

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Cristina Silva dos Santos

**Memórias de mulheres inseridas no mercado de trabalho na
sociedade brasileira:
Mulheres em postos de responsabilidade judiciária na Bahia**

Vitória da Conquista - BA
Julho de 2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Cristina Silva dos Santos

**Memórias de mulheres inseridas no mercado de trabalho na
sociedade brasileira:
Mulheres em postos de responsabilidade judiciária na Bahia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Radl Philipp.

Vitória da Conquista - BA
Julho de 2017

S234m	<p>Santos, Cristina Silva dos.</p> <p>Memórias de mulheres inseridas no mercado de trabalho na sociedade brasileira: Mulheres em postos de responsabilidade judiciária na Bahia. / Cristina Silva dos Santos. – Vitória da Conquista - BA: UESB, 2017. Orientadora: da Profa. Dra. Rita Radl Philipp.</p> <p>161f.</p> <p>Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.</p> <p>1. Mulheres - Memória - Histórias de vida. 2. Identidade de Gênero. 3. Mulheres - Mercado do Trabalho. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós- Graduação em Memória, <i>Campus</i> de Vitória da Conquista. II. Philipp, Rita Radl. V. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD(21): 305.4</p>
-------	--

Catálogo na Fonte:

Adalice Gustavo da Silva – CRB 535-5ª Região
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Título em inglês: Memories of women entering the labor market in Brazilian society: Women in positions of judicial responsibility in Bahia.

Palavras-chaves em inglês: Memory. Women. Gender Identity. Job market. Life stories.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Rita Maria Radl-Phillipp (Presidente), Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Titular), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (Titular) Profa. Dra Sônia de Souza Mendonça Menezes (Titular), Profa. Dra. Geovânia da Silva Toscano (Titular).

Data da Defesa: 28 de julho de 2017.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cristina Silva dos Santos

Memórias de mulheres inseridas no mercado de trabalho na sociedade Brasileira: mulheres em postos de responsabilidade judiciária na Bahia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 28 de julho de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita Maria Radl Philipp (Presidente)
Instituição: UESB/USC

Ass.: 

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Geovânia da Silva Toscano
Instituição: UFPB

Ass.: Geovânia da Silva Toscano

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Instituição: UFS

Ass.: Sônia de Souza Mendonça Menezes

A Deus, minha maior fonte de inspiração.
Aos meus pais (*in memoriam*) que sempre acreditaram em mim.
A minha querida irmã que é meu alicerce.
Aos meus queridos sobrinhos, pela vivacidade e alegria que trazem à minha vida.
Ao meu companheiro que esteve ao meu lado nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter proporcionado tamanha satisfação e crescimento pessoal e profissional. A Ele devo todo o sentido de minha vida.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Rita Maria Radl-Philipp, por tamanha paciência e dedicação em mostrar-me uma nova forma de caminhar. Sem seu apoio, compreensão, rigor, disponibilidade e incentivo, certamente, este sonho não teria se tornado uma realidade. A jornada que trilhamos foi árdua, mas, hoje, tenho consciência que foi necessária para a minha formação acadêmica. Muito obrigada!

Às Professoras Doutoras Luci Mara Bertoni e Ângela Fernandes pelas ricas sugestões durante o Exame de Qualificação, pois se preocuparam em contribuir com o nosso trabalho.

Às Professoras Doutoras Ana Elizabeth Santos Alves, Sônia de Souza Mendonça Menezes, Geovânia da Silva Toscano por terem participado da Banca Examinadora de Defesa, oferecendo-me trocas significativas e grandes contribuições para o meu crescimento intelectual.

Aos meus colegas de doutorado, com os quais compartilhei momentos de profundo aprendizado.

À Daisy Laraine Assis, Luciano Lima, Ana Márcia Alcântara, Maria Cristina, Neila Cunha, Déa Carneiro e Roselane Ferraz, para os quais deixo a mensagem de uma lenda chinesa: “amizades verdadeiras são como árvores de raízes profundas: nenhuma tempestade consegue arrancá-las”. Muito obrigada por estarem ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, por proporcionar este acontecimento ímpar em minha vida profissional, ao corpo docente e às coordenadoras e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, em especial, agradeço a professora Doutora Livia Diana Magalhães.

É pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento [...] Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes. Octavio Ianni (1999).

RESUMO

Os direitos conquistados pelas mulheres são reflexos de um movimento organizado originário do Ocidente, que teve início desde os primórdios do século XIX, e que foi se fortalecendo, ao longo das décadas, por meio de efervescências sociais, políticas e ideológicas: o feminismo. A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi uma das conquistas femininas mais difíceis enfrentadas por elas. E mais ainda quando se trata de assumir atividades profissionais historicamente ocupadas por homens. Assim, o objetivo desta investigação foi analisar como são construídos os discursos de memória das mulheres inseridas no mercado de trabalho em funções historicamente reconhecidas como masculinas, bem como suas narrativas referentes à memória da relação de gênero na sociedade contemporânea. Como base da investigação, adotamos um estudo qualitativo, tendo como instrumento metodológico da pesquisa a história de vida de 5 mulheres baianas, advogadas, representadas por distintas gerações, da faixa etária de 25 a 70 anos e que atuam ou atuaram na comarca de Vitória da Conquista-Ba. Certificamos que os estudos sobre gênero estão longe da escassez, sendo necessário desbravarmos novas questões para compreendermos as identidades femininas em constantes transformações. Os resultados mostram que as mulheres, por meio das conquistas das últimas décadas, têm adentrado os espaços do mercado de trabalho constituintes por homens, mas não conseguem estar nas mesmas condições que os homens. Pesam diferenças em função do gênero que dificultam muito às mulheres uma nova orientação, mas também para os homens no aceite da nova situação. Nesse sentido, constatamos que homens e mulheres estão subjetivando nos mais variados espaços sociais, bem como as mulheres constroem identidades de gênero com dupla orientação: familiar e profissional.

Palavras-chave: Memória. Mulheres. Identidade de Gênero. Mercado do Trabalho. Histórias de vida.

ABSTRACT

The rights of conquered women are reflected by an organized movement that originated in the West, which began in the early nineteenth century, strengthening, through the decades, social, political and ideological effervescence: feminism. The insertion of women in the job market was one of the most difficult women's achievements. And even more so when it comes to engaging in occupational activities traditionally occupied by men. Thus, the objective of this research aims to analyze how they are built the discourses of memory of women inserted in the job market in functions conceived as masculine, As well as their narratives concerning the memory of the gender relation in contemporary society. As a basis for our investigation, we adopted a qualitative study, having as a methodological research tool the life history of 5 Bahian women, lawyers, represented by different generations, aged between 25 and 70 years and who work or worked in the region of Vitoria Of Conquest-Ba. We make sure that studies on genres are far from scarce, and we need to explore new questions in order to understand feminine identities in constant transformation. The results show that women, through the achievements of the last few decades, have entered the labour market spaces constituents for men, but cannot be under the same conditions as men. They weigh differences depending on the genre that make a lot of women a new direction, but also for men accepting the new situation. In this sense, we note that men and women are subjectivating in the most varied social spaces, as well as, the women are constructing gender identities with dual orientation: family and professional.

Keywords: Memory. Women. Gender Identity. Job market. Life stories.

]

RESUMEN

Los derechos de las mujeres conquistados son reflejo de un movimiento que se ha organizado y originado en Occidente, teniendo su comienzo a principios del siglo XIX, que se fortaleció a lo largo de décadas, por medio de las efervescencias sociales, políticas e ideológicas del feminismo. La inserción de las mujeres en el mercado de trabajo fue una de las conquistas femeninas más difíciles conseguidas por ellas. Y más aún en el caso de asumir actividades profesionales tradicionalmente ocupadas por hombres. Así, el objetivo de esta investigación consiste en analizar cómo están contruidos los discursos de memoria de las mujeres presentes en el mercado de trabajo en funciones concebidas como masculinas, así como sus narrativas al respecto referentes a la memoria de las relaciones de género en la sociedad contemporánea. Como base de nuestra investigación, elegimos efectuar un estudio cualitativo, teniendo como instrumento metodológico de la investigación la historia de vida de 5 mujeres baianas, abogadas, representadas por distintas generaciones, del grupo de edad de 25 a 70 años que actúan o actuaron en la comarca de Vitória de la Conquista-Bahia. Se ha podido comprobar que las investigaciones desde una óptica de género están escasos, siendo necesario abordar nuevas cuestiones para comprender las identidades femeninas en un flujo de constantes transformaciones. Los resultados muestran que las mujeres, a través de las conquistas de las últimas décadas, han entrado en los espacios del mercado de trabajo ocupados por hombres, pero no consiguen estar en las mismas condiciones que los varones. Están pesando diferencias en función del género que dificultan mucho a las mujeres una nueva orientación, pero también para los hombres una aceptación de la nueva situación. En ese sentido, constatamos que hombres y mujeres están subjetivando los más variados espacios sociales y que las mujeres construyen identidades de género con una doble orientación: familiar y profesional.

Palabras clave: Memoria. Mujeres. Identidad de género. Mercado de trabajo. Historias de vida.

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1	População Economicamente ativa de 2010	102
Tabela 2	População economicamente ativa (pessoas) por gênero no Brasil – 1950 a 2010	103
Tabela 3	População ocupada – Tipo de atividade e gênero – Brasil, 2011	104
Tabela 4	Distribuição da PEA, segundo sexo e escolaridade Brasil	105
Tabela 5	Ensino Superior: Concluintes do sexo feminino segundo as áreas de conhecimento no Brasil	106
Tabela 6	Participação Feminina em ocupações selecionadas no Brasil	107
Tabela 7	Apresentação das mulheres entrevistadas na pesquisa	123

SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto População economicamente ativa
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEA	População economicamente ativa
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO CONHECIMENTO DE MULHERES E GÊNERO	18
2.1	DEBATE SOBRE SEXO/GÊNERO	18
2.2	O CONHECIMENTO DAS MULHERES E DE GÊNERO	27
2.3	ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO CONHECIMENTO DAS MULHERES E DE GÊNERO	29
2.4	ESTUDO DAS MULHERES E DO GÊNERO NO BRASIL	40
3	AS IDENTIDADES DE GÊNERO	48
3.1	IDENTIDADE CONCEITUAL: IDENTIDADE E DISTINTOS CONCEITOS DE IDENTIDADE	48
3.2	IDENTIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO	53
3.3	ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO.....	57
3.3.1	A teoria da psicanálise de Sigmund Freud	57
3.3.2	As teorias interacionistas	60
3.3.3	As teorias psicológicas e psicossociais	66
3.3.4	As teorias Feministas	67
3.3.4.1	<i>Teorias da Igualdade</i>	68
3.3.4.2	<i>Teorias da Diferença</i>	72
3.3.4.3	<i>Teorias Pós-modernas</i>	76
3.3.4.4	<i>A Teoria de Carol Gilligan</i>	82
4	MEMÓRIA, MULHER E MUNDO DO TRABALHO	85
4.1	AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOLÓGICAS DE HALBWACHS.....	85
4.2	MEMÓRIA DAS MULHERES	91
4.3.	CONSIDERAÇÕES SOBRE MULHER E TRABALHO	92
4.3.1	Aspectos Gerais	92
4.3.2	Trabalho, mulheres e profissões “imperiais” no Brasil	95
5	METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA	110
5.1	HISTÓRIA DE VIDA NA PESQUISA QUALITATIVA.	112
5.2	DA HIPÓTESE CENTRAL E HIPÓTESES SIGULARES DA PESQUISA	115
5.3	A BUSCA DAS HISTÓRIAS DE VIDA COMO FONTES ORAIS ...	116
5.4	CATEGORIA DE ANÁLISE	119
5.5	CONTEXTO DA PESQUISA	121
6	O PASSADO PRESENTE NA VIDA DAS MULHERES:	

	apresentação e interpretação dos dados	126
6.1	IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO FAMILIAR	126
6.2	IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO PROFISSIONAL	136
6.3	ASPECTOS DE MUDANÇA REFERENTE A MÉMORIA ENQUANTO IDENTIDADES DE GÊNEROS DAS MULHERES NA FAMÍLIA E NO TRABALHO	139
6.4	ASPECTOS DE AVANÇO NA CARREIRA PROFISSIONAL	144
6.5	RELAÇÕES INTERGÊNEROS NA FAMÍLIA E NO ESPAÇO ESCOLAR	149
7	CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FINAIS DAS HIPÓTESES	155
	REFERÊNCIAS	165
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da existência humana, a falta de entendimento das diferenças entre os homens e mulheres ou a própria compreensão social, fez daqueles ou daquelas diferentes, pessoas incluídas ou excluídas. Os estereótipos são variados e, quando é para desvalorização do ser humano, acabam despontando para segregação, discriminação e estigmatização. A condição feminina sempre foi de interiorização e subvalorização em relação ao homem.

Observamos que, nas últimas décadas do século XX, discussões e debates acerca da relação de gênero, de uma forma geral, têm se apresentado de modo contínuo na sociedade. É notório que a mulher tem conquistado espaços anteriormente ocupados apenas por homens. Consideramos que isso é resultante das denúncias a respeito das desigualdades sociais, de lutas empreendidas pelas próprias mulheres ou, até mesmo, das tentativas de minimizar o processo de exclusão social e invisibilidade, vivenciado ao longo desses anos, pelas mulheres.

Em meados do século XX o movimento feminista ressurgia por meio de reivindicações estudantis, debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade e dos comportamentos e condutas sexuais. Para as feministas, “a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, servia para compreender – e justificar – a desigualdade social” (LOURO, 2004, p. 20). No Brasil, na década de 1980, as feministas passaram a usar o termo gênero como construto da identidade do indivíduo, acentuando por meio da linguagem “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72).

As diferenças entre homens e mulheres não são apenas apresentadas em função da ordem física, mas dos diferentes contextos históricos e características representadas pelos fatores socioculturais, conceituadas no sentido de pertencimento a diferentes grupos como etnia, religião, dentre outros, instituindo uma identidade de gênero (LOURO, 2001). Esses fatores contribuem para o fortalecimento de situações resultantes de manifestações contra o feminismo.

É notório que, historicamente, a mulher conquistou espaços dos quais antes só faziam parte os homens, mas sua inserção e permanência no mundo do trabalho em condições de igualdade de direitos e reconhecimento ainda não foram atingidas. Isso devido ao processo de constituição do sistema econômico denominado

capitalismo, produzindo mecanismos que funcionam como instrumentos de preconceitos, discriminações e exclusões entre classes e grupos sociais.

Sendo assim, vivenciamos um processo de legitimação e visibilidade na sociedade entre homens e mulheres. Dessa forma, nos questionamos qual o discurso de memória das mulheres inseridas no mundo do trabalho, em atividades que historicamente reconhecidas como masculinas?

Assim, estabelecemos como objetivo geral nesta tese analisar como são construídos os discursos de memória das mulheres inseridas no mundo do trabalho em funções historicamente reconhecidas como masculinas, bem como suas narrativas referentes à memória da relação de gênero na sociedade contemporânea. Mais especificamente, identificar como são constituídas as memórias das relações de gênero na contemporaneidade que contribuem para as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho; compreender e comparar os discursos e concepções das memórias de identidade de gênero nas narrativas de mulheres inseridas no mundo do trabalho em funções concebidas como masculinas; e analisar as memórias das identidades presentes nas narrativas das mulheres e o discurso da relação de gênero entre masculino e feminino.

É fundamental dar voz às mulheres por meio de uma pesquisa qualitativa, na qual apresentamos narrativas como elemento metodológico da história de vida. Para colhermos essas narrativas optamos como *corpus* da pesquisa mulheres inseridas no mundo do trabalho, que exercem a profissão da advocacia¹. Assim, colhemos os relatos de histórias de vida de 5 (cinco) mulheres, atendendo aos critérios de inclusão de serem baianas; e, de atuarem, preferencialmente, na comarca de Vitória da Conquista-BA; idade entre 25 aos 70 anos, pois correspondem aos períodos históricos brasileiros marcados por transformações sociais e políticas, principalmente na participação da mulher no mundo do trabalho e no processo de construção identitária de gênero.

Estabelecemos como hipótese do trabalho a questão de que nas memórias das mulheres estão presentes três modelos de identidades femininas que podem ser convergentes ou divergentes: a identidade de gênero baseada na orientação familiar, deixando a profissão em segundo plano; Identidade de gênero tendo a

¹ Segundo Coelho (1999), as áreas de medicina, direito e engenharia ficaram conhecidas como profissões imperiais, monopolizadas pelos homens para garantir seu *status* na sociedade.

orientação profissional como prioritária; e/ou a identidade de gênero com dupla orientação: familiar e profissional.

Vale salientar que a escolha deste tema está atrelada ao desenvolvimento de nossas atividades profissionais, pois como professora da disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB –, *campus* de Itapetinga, observamos as constantes inquietações que fazem parte das relações de identidade de gênero e sexo que são estabelecidas historicamente, refletidas na sociedade contemporânea.

A presente pesquisa deseja contribuir para a formação de homens e mulheres que convivam em uma sociedade mais igualitária, na qual a mulher possa refletir sobre suas identidades, visto que estão em constantes transformações. E assim, ter voz e vez para transformar sua condição e seu papel na sociedade.

No intuito de desenvolver o trabalho estruturamos em seções: a primeira seção, a **Introdução**, fazemos uma apresentação constando nossos objetivos, questionamentos, hipóteses e a estrutura da pesquisa.

Na segunda seção, apresentamos as **Bases Teóricas e Epistemológicas do conhecimento de mulheres e gênero**. Estabelecemos uma discussão conceitual sobre gênero e sexo, bem como um estudo sobre as mulheres e o gênero no contexto histórico brasileiro.

Na terceira seção, intitulado de **Identidades de Gênero**, discutimos as bases conceituais de identidade e as estruturas teóricas dos processos de construção da identidade de gênero, dando ênfase às teorias feministas da igualdade, desigualdade e da desconstrução de conceitos, preconceitos e imagens sobre a mulher.

Na quarta seção, discorreremos sobre **Memória, mulher e mundo do trabalho**, como a mulher tem sido representada ao longo do contexto histórico brasileiro no mundo do trabalho e sua inserção nas profissões imperiais.

Na quinta seção, descrevemos a **Metodologia da Pesquisa Empírica**. Nela damos vida às narrativas das histórias de vida das mulheres que participaram de nossa pesquisa. São memórias singulares e universais contadas por Ametista, Esmeralda, Pérola, Safira e Turquesa². Relatos marcados pelas emoções que atravessam as experiências, as vivências, as relações discriminatórias e

² Utilizamos nomes fictícios para garantir o anonimato das mulheres que participaram de nossa pesquisa.

preconceituosas desde a infância até a vida adulta, bem como os sonhos e as lutas por emancipação e igualdade de direitos.

Na sexta seção, construímos as categorias de análise, buscando a compreensão das questões norteadoras de nosso estudo: Identidade de gênero no espaço familiar; Identidade de gênero no espaço profissional; Aspecto de mudança referente à memória enquanto as identidades de gênero das mulheres na família e no trabalho; Aspecto de avanço na carreira profissional; e as Relações intergêneros na família e no espaço profissional. Intitulamos como **O passado presente na vida das mulheres: apresentação e interpretação dos dados**.

No sétimo capítulo discorremos sobre nossas **Conclusões e perspectivas finais das hipóteses**, nela estão às questões relevantes dos resultados e comparações das hipóteses sobre nosso estudo.

Certificamos, por meio da pesquisa, a necessidade de outros estudos acerca das relações de gênero, ampliando e destacando as mais diversas áreas de atuação da mulher. Reconhecemos a problemática de subjetivação da mulher no mundo do trabalho, pois ainda são poucos os trabalhos em que encontramos mulheres contando sua própria história, conquistas e contribuições na sociedade vigente.

Compreendemos que os espaços sociais são campos para subjetivação de homens e mulheres, os quais podem e devem participar dos âmbitos considerados públicos e privados, sociais e individuais. Nesse sentido, consideramos que ambos os sexos podem construir suas identidades de gênero com dupla orientação: familiar e profissional, desfazendo-se de uma visão reducionista de sociedade.

2 BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO CONHECIMENTO DE MULHERES E GÊNERO

A trajetória da mulher ao longo da história foi marcada pela condição de ser biologicamente diferente do homem e também com papéis bem determinados na sociedade: filha obediente, mãe zelosa, dona de casa primorosa, esposa devotada. Mesmo agora no século XXI após a emancipação de um grande número de mulheres a imagem da mulher submissa ainda perdura com acentuada hegemonia do masculino diante do feminino.

O conceito de gênero surgiu para transpor a visão de masculino e feminino e configurar uma nova forma de identidade feminina, pois as relações de gênero são construídas por meio das experiências sócio-histórica-culturais (RADL-PHILIPP, 2010).

Consideramos necessária essa breve retomada histórica e conceitual como ponto de partida para as discussões que estabelecemos neste trabalho de doutorado, visando maior compreensão das intenções sociais para explicar as possibilidades de inserção da mulher no mundo do trabalho em posições historicamente reconhecidas como masculinas, bem como, questões ligadas aos conceitos de memórias das relações de gêneros produzidas e disseminadas na sociedade contemporânea.

2.1 DEBATE SOBRE SEXO/GÊNERO

Consideramos imprescindível fazer um resgate conceitual como etapa inicial para as discussões que pretendemos estabelecer nesta tese de doutorado, visando maior compreensão sobre os aspectos conceituais de sexo e gênero nesta primeira parte.

As construções conceituais de sexo e gênero são apresentadas ora como complementares, diferenciadas ou sinônimas, sendo esses conceitos utilizados como uma ferramenta analítica e epistemológica para nos apropriarmos dos significados que perpassa pela construção social, cultural e histórica das experiências vivenciadas por homens e mulheres.

Segundo Radl-Philipp (2010), a utilização do conceito de gênero nos estudos das mulheres é datado a partir dos anos 1980. Mas, nos anos 1960, já tínhamos

estudiosos das áreas médicas-psicológicas que faziam menção à concepção de gênero.

Ya en los años 60 Robert Stoller y John Money, en el campo de las terapias médico-psicológicas, se percatan en sus sesiones clínicas de una diferenciación importante en relación con la identidad sexual de sus pacientes en cuanto a su pertenencia de sexo y sus sentimientos reales en relación a la misma, esto es, que la autoconcepción identitaria no tiene porque ser la correspondiente a la clasificación biológico-corporal del sujeto (RADL-PHILIPP, 2010, p.137).

Estes médicos-psiquiatras afirmam, por meio de seus trabalhos clínicos desenvolvidos com transexuais, que a identificação do sexo (filiação biológica) do sujeito pode ser diferenciada de suas projeções sociais e de identificação cultural. Money (1960 *apud* RADL-PHILIPP, 2010) chamou a atenção, especificamente, para o dimorfismo sexual³, tendo como base de seus estudos a identidade hermafrodita, homossexualidade e transexualidade centradas na identidade sexual.

A partir de este momento Money (1966) propone dissociar la identidad del sujeto en tanto que persona – su rol de género (*gender rol*) – de su pertenencia de sexo – su rol de sexo (*sex role*). Este autor ya llega a afirmar que la identidad de género corresponde a un proceso de elaboración social, mientras que la identificación basada en las diferencias biológico-hormonales nos clasifica como personas pertenecientes a un sexo u otro (RADL-PHILIPP, 2010, p. 137).

Assim, no contexto do estudo das mulheres começam a ser introduzidos os conceitos de sexo e gênero para determinarem o caráter das identidades masculinas e femininas, suas funções e relações sociais.

Segundo Haraway (1994 *apud* IZQUIERDO, 1998, p. 27), a distinção sexo/gênero está agrupada em torno de uma família de binômios que fazem parte de um sistema de significados “natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recurso/producto”.

Essa visão binária do sexo homem/mulher contribui expressivamente para a construção biológica de papéis sociais dão origem a uma matriz genital/biológica, proporcionando uma ótica social respaldada na sexualidade reprodutiva e heterossexual.

³ Nas ciências biológicas, o dimorfismo sexual refere-se às diferenças físicas entre os indivíduos do sexo masculino e feminino.

Para Beauvoir (1980), o sistema biológico/reprodutivo reduz a figura da fêmea a uma matriz, um ovário. “O termo fêmea é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo” (BEAUVOIR, 1980, p. 25). Sendo assim, macho e fêmea são indivíduos de uma espécie diferenciados pelo papel desempenhado na reprodução.

O sexo é configurado em um sistema biológico baseado na perspectiva reprodutora humana, sistematizando as construções ideológicas do gênero. Diante desse quadro, erguem-se as construções culturais e políticas originando a heterossexualidade com a finalidade de manter a ordem social patriarcal.

De acordo com a concepção de sexo e gênero, para Izquierdo (1998, p. 18):

La construcción de género, y la utilización de términos distintos para referirse a las categorías de género respecto de los que se utilizan para referirse a las categorías de sexo, es una tarea que se justifica por razones de rigor científico, ya que persigue diferenciar analíticamente los aspectos físicos de los psico-sociales e históricos, sin embargo, no ha sido una iniciativa de la comunidad científica, sino que tiene su origen en la lucha de las mujeres contra la discriminación sexual.

Em linhas gerais, na visão da autora supracitada, podemos conceituar sexo como uma categoria de características biológicas e fisiológicas apresentadas entre fêmeas e machos. Enquanto gênero é identificado pela configuração social, psicológica e cultural do sexo biológico. Esse conceito clássico de gênero marca as diferenças entre feminino e masculino.

Percebemos que o conceito de sexo está susceptível a diversas concepções. Ao observar pela vertente empírica, Izquierdo (1998, p. 25) afirma a existência de extremos:

Puede comportar que el individuo quede reducido a las diferencias sexuales anatómicas, como determinantes de todo su ser; en este caso es cuando se hace la doble clasificación de hembras y machos, y el sexo, en lugar de un atributo de la persona, se confunde con la propia persona. En el otro extremo, pueden tornarse las diferencias sexuales como uno de los atributos de la persona, limitando su alcance a la procreación, en este caso atributo y la persona no quedan confundidos.

De acordo com as diferenças anatômico-fisiológicas, em um extremo estão situados os atributos deterministas/reducionistas biológicos e no outro o determinismo cultural, operando sobre o corpo os construtos históricos e sociais.

O objetivo de distinguir sexo/gênero contribui para diferenciar conceitualmente as características sexuais e suas implicações no processo de capacitação e limitações que os implicam, bem como:

Las características sociales, psíquicas, históricas de las personas, para aquellas sociedades o aquellos momentos de la historia de una sociedad dada, en que los patrones de identidad, los modelos, las posiciones y los estereotipos de lo que es/debe ser una persona responden a una bimodalidad en función del sexo al que pertenezca (IZQUIERDO, 1998, p. 29).

Para a autora, as condutas, as estruturas psíquicas e as identidades reconhecidas na sociedade estão canalizadas em nossa cultura em dois padrões: machos e fêmeas. Em parte sabemos que não é possível classificar todos os indivíduos entre os grupos de machos e de fêmeas devido a um dimorfismo sexual ou por um desajuste morfológico e funcional.

Algunas personas que morfológica y funcionalmente se ajustan a uno de los sexos, declaran encontrarse metidas en un cuerpo equivocado, y cuando se expresan de este modo indican que creen estar experimentando las emociones y deseos, deseado hacer las cosas que socialmente se le atribuyen, o deseado hacer las cosas que socialmente se atribuyen al otro sexo y ser reconocidas como tales (IZQUIERDO, 1998, p. 37).

Assim, uma saída para essa problemática significa supor que a pessoa tem dificuldades de integração e adaptação social, devendo corrigir desse desvio ou que as estruturas da sociedade na qual a pessoa está inserida é deficiente, ocasionando os transtornos de origem social.

Foucault apresenta a concepção da sexualidade como um produto histórico tendo como aporte o sexo para justificar sua funcionalidade. Assim,

a noção de sexo permitiu agrupar em uma unidade artificial elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações, prazeres, e permitiu o funcionamento como princípio causal dessa mesma unidade fictícia; como princípio causal, porém também como sentido onipotente, secreto a descobrir em todas as partes: o sexo, pois pode funcionar como significante único e como significado universal (FOUCAULT, 1993, p. 187).

Desta forma, o sexo pode ser apresentado como um dado biológico, bem como um construto social que identifica e separa os corpos de machos e fêmeas determinando uma relação de poder.

Também encontramos diversas versões apresentadas por estudiosas das áreas das ciências humanas e sociais para conceituar o construto gênero.

Para Narvaz (2010, p. 182), “as diferentes concepções de gênero, construídas a partir de diferentes posições teórico-epistemológicas, políticas e ideológicas, vêm-se modificando ao longo do tempo”. De acordo com a vertente pós-estruturalista, o gênero é reflexo do paradoxo em meio à igualdade e diferença entre homens e mulheres, bem como homens e entre mulheres, enfatizando as mais diversas demarcações das diferenças humanas: sexualidade, classe, etnia, religião.

A oposição entre a dimensão cultural do gênero e o aprisionamento à Biologia é apresentada por Simone de Beauvoir (1980), contribuindo para o descolamento da naturalização da situação feminina, bem como, para a construção cultural do gênero. Em suas palavras:

A humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, 1980, p. 09).

Percebemos, neste discurso, a condição masculina e feminina direcionada para a construção cultural da categoria de cada gênero, sendo o homem em sua concepção o “Sujeito”, “Absoluto”, enquanto a mulher é o “Outro”. Esta visão de unicidade para o homem contribui para pensarmos em um ser sem demarcações específicas, ou seja, um Sujeito universal. Assim, a mulher demarcada por suas diferenças é designada como o Outro.

Gênero é, portanto, uma categoria política, uma invenção cultural, distanciando dos fatos naturais e biológicos. Ao compreendermos as relações de gênero como categorização de ordem social determinista, percebemos que o homem e a mulher estão subordinados nas relações subjetivas da apreensão de mundo, pois

Entre meninos e meninas, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão de mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

No discurso de Beauvoir está presente a evidência de uma compulsão na construção social do gênero. Ressaltamos que essa compulsão não é originária do

sexo, uma vez que esse corpo que se torna mulher pode não ser, necessariamente, uma fêmea.

Neste caso, o corpo é representado pelos construtos determinados por um conjunto de relações culturais, contribuindo para as demarcações do gênero feminino e sendo o homem um sujeito universal.

Com a influência das teorias pós-estruturalistas são rompidos os esquemas conceituais binários que foram demarcados pelas tradições filosóficas ocidentais. Assim, representantes teóricas como Joan Scott (2005) e Judith Butler (2013) teceram fortes críticas ao sistema sexo-gênero.

Segundo Scott (2005), o gênero deve ser concebido dentro de uma cadeia discursiva e demarcado pela linguagem em uma rede de relações de poder. Para ela, o gênero é construído com base nas relações sociais, bem como pelas categorias étnicas, classe social e sexualidade. Para Narvaz (2010, p. 178):

Estas categorias, entrelaçadas, inscrevem-se na história da organização das relações sociais, marcando diferenças de poder entre os sujeitos. Gênero é uma categoria de análise que excede, portanto, a relação masculino/feminino, homens/mulheres, servindo para dar visibilidade a complexos processos culturais e redes de relações de poder que demarcam a articulação (e não a simples justaposição) entre diferentes vetores de opressão, tais como raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade.

As diferenças ressaltadas entre os sexos são, politicamente, convertidas em desigualdades no processo das relações de poder entre homens e mulheres.

Para Butler (2013), a unidade de sujeito pode ser contestada pelas vias conceituais do gênero ao apossar em sua construção de múltiplas interpretações para o sexo. Assim, “o gênero não está passivamente inscrito no corpo, e tampouco é determinado pela natureza” (BUTLER, 2013, p. 23). Nesta perspectiva, observamos que a autora desconstrói e desnaturaliza a categoria gênero por meio de sua contestação da distinção entre sexo e gênero, permitindo analisar o gênero sem estar implicitamente vinculada ao sexo.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de homens aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo mulheres interprete só corpos femininos.

[...] Não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2013, p.24).

Essa visão mimética entre gênero e sexo resulta na contestação da imutabilidade conceitual do sexo, sendo culturalmente construído assim como o gênero. Desta forma, as diferenças conceituais dos construtos sexo e gênero revelam-se como “meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior a cultura, uma superfície literalmente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2013, p. 25).

Assim, não podemos negar que nada “é mais claro do que o fato de que o gênero é questão de aprendizado e trabalho contínuos, em vez de ser uma simples extensão de diferenças propostas biologicamente” (GIDDENS, 2002, p. 63).

Cabe analisar que as diferentes categorias de gênero e sexo que foram construídas ao longo da história estão marcadas por diferentes concepções de caráter teórico-epistemológicos, ideológicas e políticas. Nossas reflexões foram pautadas nas diferentes concepções teóricas, baseadas no paradoxo entre igualdade e diferença e nos processos de produção das subjetividades, mas no presente contexto das narrativas de mulheres inseridas no mundo do trabalho, a diferenciação conceitual entre sexo e gênero é fundamental. A nossa análise baseia-se precisamente no significado da construção social do gênero e da identidade de gênero.

2.2 O CONHECIMENTO DAS MULHERES E DE GÊNERO

No decorrer da existência humana, mulheres foram mantidas excluídas da produção científica, bem como do conhecimento filosófico, opressão originária das ações religiosas, como a questão da castidade e virgindade, e pelas organizações científicas. Essa opressão expressava a cultura androcêntrica, afastando a mulher da sistematização do conhecimento e da formação profissional.

Durante longo período de dominação e opressão, a mulher inicia pouco a pouco seu acesso ao conhecimento acadêmico a partir do século XVIII, sendo o século XX marcado pelo viés crítico dos estudos feministas ou estudo de mulheres. No entanto, também é certo que já em tempos muito remotos existiam mulheres construtoras de conhecimento tão como Hildegard Von Bingen, Christine de Pizán,

entre outras (RADL-PHILIP, 2010). Em sentido estrito, os estudos feministas visaram, na época moderna, a ampliação do seu campo acadêmico nas ciências humanas e sociais, apresentando uma nova vertente teórico-conceitual denominada de gênero.

O gênero, enquanto conceito surgiu no século XX com o propósito de distinguir da categoria analítica biológica de sexo, como já falamos. Apresentado como uma proposta de sistematização e classificação dimensional da construção histórica e social, o gênero enfatiza as diferenças entre feminino e masculino, homem e mulher. Assim, a falta de entendimento das diferenças entre homens e mulheres ou a própria compreensão social, fez daqueles ou daquelas qualitativamente diferentes, pessoas com os mais diferenciados “rótulos”.

Segundo Radl-Philipp (2010, p. 136), a mulher passou e passa por inúmeras privações, obedece ordens, é obrigada a se submeter a situações de humilhação, é cerceada em sua liberdade e tem negado o direito a exercer sua cidadania:

Es negado moverse libremente en las sociedades, se les coacciona y se les obliga vestirse de una forma determinada, en muchas sociedades no tienen voz ni voto, no pueden muchas veces ni siquiera ganarse su propio sustento, se les obliga a casarse y someterse a la voluntad de una familia y marido que les maltrata, se les mantiene en la pobreza y dependencia absoluta, se les niega recibir una educación mínima, se les impide ejercer su profesión, se les viola impunemente en cualquier conflicto bélico y se les niega el ejercicio de sus derechos de ciudadanía.

Isso não ficou restrito apenas na relação de gênero, mas também é observado quanto à raça e etnia. As mulheres negras sofrem ainda mais para alcançar uma posição de destaque no mundo do trabalho obtendo vagas em subempregos, serviços domésticos e até mesmo na profissão de atriz recebem papéis secundários e em geral representando serviçais ou moradoras da periferia. Segundo Rago (1997, p. 582):

As mulheres negras, por sua vez, continuariam trabalhando nos setores mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. [...] revelam um grande número de mulheres negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. [...] As mulheres negras são apresentadas como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer tipo de cidadania.

Essa depreciação da mulher ainda encontramos como forma de resistência à figura feminina empoderada na atualidade, concretizada pela falta de oportunidade nas ocupações no mundo do trabalho em cargos ou posições que foram predestinadas aos homens ao longo da elaboração de nossa memória histórica e social.

Para Radl-Philipp (2011, p. 176), a trajetória do conhecimento do estudo das mulheres:

Se trata de un conocimiento que nace de una práctica política y como tal apunta a un compromiso axiológico crítico-ideológico para con la transformación de la situación social y política de las mujeres, hecho que explica una concepción epistemológica la cual apuesta por esta visión crítico-ideológica del conocimiento.

Percebemos que, apesar dos preconceitos, gradativamente, a mulher está mudando seu contexto histórico e cultural de invisibilidade, vivenciado por séculos, e que usava sua distinção biológica como forma de justificar a generalização da diferenciação entre o conceito de sexo.

Vale salientar que, ao visualizarmos as memórias que contribuem para a construção do conhecimento no estudo das mulheres, percebemos que estão relacionadas com os fatos históricos e sociais que são atualizados nos espaços de subjetivação da práxis política de homens e mulheres. Assim,

este conocimiento que analiza las particularidades y características específicas que afectan al comportamiento y las relaciones sociales de mujeres e hombres en la sociedad no es pensable sin el movimiento político del vindicaciones de los derechos de las mujeres (RADL-PHILIPP, 2011, p. 177).

É claro que as relações estabelecidas pelas diferenciações, discriminações e as desvantagens da invisibilidade das mulheres e o conceito equivocado de gênero na esfera do conhecimento social, tornam-se um tema de evidência nas discussões acadêmicas a partir das últimas décadas do século XX.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO CONHECIMENTO DAS MULHERES E GÊNERO

A seguir, buscamos compreender como as teorias epistemológicas sobre a mulher são percebidas diante da construção social do sujeito estabelecida pelas linhas conceituais no tempo.

Enquanto movimento feminista, o movimento dos direitos das mulheres na política social é discutido no cenário europeu, século XV, por meio da autora Christiane de Pizán (1364-1400) em suas obras ideológicas e teóricas feministas, denunciando a misoginia em relação às mulheres.

Detentora de uma educação humanista, Pizán, produziu tratados de educação e moral, bem como célebres obras literárias no cenário francês. Em suas reflexões encontramos sua defesa em relação às diferenças entre homens e mulheres como um fator de ordem social.

Segundo Radl-Philipp (2011, p. 178):

Reclama la autora para las mujeres el reconocimiento de la condición de persona, argumentando las mismas cualidades que se atribuyen en exclusiva a los varones: inteligencia, fuerza, valor, creatividad, tenacidad, entrega, fidelidad, prudencia. Asimismo reivindica todo aquello que se reconoce como propio de las mujeres, pero que no encuentra una estimación adecuada, valores tales como la ternura, el cuidado de las personas y la ocupación en tareas menores.

Para Pizán, a mulher é dotada de qualidades que também estavam presentes nos homens. Em sua obra, **O livro das três Vertudes: ensinamentos das Damas**, encontramos os primeiros registros europeus escritos por uma mulher sobre a educação feminina. Neste tratado a autora apresenta três virtudes dirigidas às mulheres: a Razão (ou inteligência), Retidão e Justiça (PIZÁN, 2002).

A autora defendia os preceitos comuns ao gênero feminino, bem como a sua capacidade intelectual de aprimorar as atividades morais e cotidianas, apresentando uma nova perspectiva da educação para mulher baseada na visão da ação racional presente na cultura humanista (PIZÁN, 2002).

Assim, percebemos que a inteligência, ao ser apresentada como uma nova qualidade feminina transcende a visão naturalizada da mulher como reprodutora na sociedade ocidental.

Em seu livro, **A cidade das mulheres**, a autora equaliza homens e mulheres ao redefinir preceito divino da criação de Eva para eliminar a solidão de Adão:

Nessa altura, Ele [Deus] adormeceu-o e, a partir de uma das suas costelas, criou o corpo da mulher. Isso significa que ela foi criada para estar ao seu lado, para ser sua companheira, alguém que ele deveria amar e cuidar como sendo carne da sua carne e não um ser inferior (PIZÁN, 2007, p. 22).

Ao apresentar esse preceito divino da criação da mulher a partir das costelas do homem, a autora apresenta como aspecto relevante a dotação da mulher como gênero humano, pois “Deus dotou ambos, homem e mulher como uma alma idêntica, nobre e virtuosa” (PIZÁN, 2002, p. 68). Esta classificação permitiu à mulher defender seu papel social relacionado com sua vida privada e convívio social.

Percebemos que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas apresentadas em função da ordem física, mas nos diferentes contextos históricos e características representadas pelos fatores socioculturais, conceituadas no sentido de pertencimento a diferentes grupos como raça, etnia, religião, dentre outros, instituindo uma identidade de gênero. Esses fatores contribuem para o fortalecimento de situações resultantes de manifestações contra o feminismo.

Assim pensando nos ditames dos direitos iguais, da revolução sexual, do conhecimento das mulheres construídos com base nas relações histórico-sociais apresentamos tais fatos com uma visão sexista representada pela relação de gênero. Desta forma, optando por um enfoque teórico ou corrente de construção do pensamento sobre os estudos das mulheres encontramos as memórias históricas formadas em uma perspectiva da prática feminista e não feminista.

Ao conceituar feminismo, Radl-Philipp (2011, p. 179) afirma:

El feminismo en tanto que una corriente de pensamiento social y político centrado en una valorización y revalorización relacionado con las mujeres, con su papel, comportamiento específico u sus funciones, se ha desarrollado por antonomasia como una posición teórica y movimiento social que reclama, en síntesis, los derechos de las mujeres.

Percebemos a inserção de um pensamento político e social engajado nos direitos das mulheres, visando o ideário de dignidade para homens e mulheres, meninos e meninas, ou seja, para todos os seres humanos.

Radl-Philipp (2011, p. 180) ressalta que “el tema de los derechos y la dignidad humana para todos los seres humanos, la persona como sujeto de derechos y de derechos, se introduce en la historia occidental con el comienzo del cristianismo”. Portanto, o debate sobre os direitos e dignidade humana é tratado em sua singularidade como pressuposto básico do cristianismo, tendo homens, mulheres, crianças e escravos como seres criados à imagem e semelhança de Deus. Até este momento da história, o termo pessoa só era utilizado no teatro, na forma de uma

máscara para representar um personagem. Na filosofia e nas sociedades grega e romana, esses direitos eram aplicados a determinados sujeitos.

Assim,

na Grécia, a mulher ocupava posição equivalente a do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelos homens livres. Em Atenas, ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo (ALVES; PITANGUY, 1985, p.11).

Nem todos usufruíam dos direitos como sujeitos de direitos. A mulher era responsável pela reprodução humana e por trabalhos ligados à subsistência do homem.

Na América, no século XVII, o primórdio do sistema capitalista marcava transformações nas organizações sociais dos países por meio da manufatura, expansão das atividades laborais e do comércio. Para Alves e Pitanguy (1985, p. 27), “vive-se, enfim, os primórdios do capitalismo, em um marco ideológico impregnado pelas idéias religiosas do puritanismo e pelo respeito crescente à razão e à ciência enquanto formas fundamentais de conhecimento”. Neste período, a igualdade de direitos para as mulheres nos países americanos ainda era intolerável, até mesmo no cenário religioso.

O século XVIII ficou conhecido pelas grandes revoluções que ocorreram no cenário mundial. Nos Estados Unidos, a luta pela participação, igualdade e liberdade política do cidadão deram origem à Declaração de Independência: todos os homens foram criados iguais. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p. 38):

Ficavam excluídos da idéia de igualdade, de forma irreversível – porque em nome do sexo e da raça, fatores biológicos insuperáveis – as mulheres, os negros, os índios. A este contingente discriminado, adicionava-se também o homem branco de baixa renda, cuja exclusão não era, no entanto irremediável já que, teoricamente, poderia ascender financeiramente e ter direito de voto.

Este século foi marcado pela ascensão dos homens burgueses e restrição da mulher e de outras minorias no tanger do direito de igualdade.

Na Europa, o feminismo como movimento social, político e teórico é retomado no século XVIII, na defesa dos ideais Iluministas sobre os seres humanos, conectado a dois movimentos: a Revolução Francesa e ao Movimento Socialista Trabalhador.

No contexto da Revolução Francesa, o movimento feminista é conectado com a ideologia dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, porém esses direitos de cidadania eram usufruídos apenas pelos burgueses. No contexto do Movimento Socialista Trabalhador, a existência humana é vinculada com as condições de exploração pelo sistema econômico capitalista, tendo como principal antagonismo a força social e o trabalhador. “Dentro de este movimiento se entiende que las mujeres son consideradas por su asociación de clase y esto es más fuerte que la condición de género” (RADL-PHILIPP, 2013, p.183).

Para Alves e Pitanguy (1985), os ideais de igualdade das mulheres formulados no contexto francês são inseridos desde o ponto de vista político escrito por Olympe de Gouges (Marie Gouze), em 1791, na Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Esta declaração consistia em várias peças que defendiam o direito de igualdade e liberdade da mulher, isenta da opressão homem e suas manifestações sociais. Olympe de Gouges foi uma mulher à frente do seu tempo, escritora, autora de peças de teatro e defensora das minorias excluídas – os escravos, os pobres além das mulheres. Essa extraordinária e corajosa mulher foi um exemplo de independência com uma vida profissional e emancipada, já que não era casada por decisão própria.

Ela não aceitava que a Revolução Francesa, alicerçada nos princípios racionais e questionadores do Iluminismo, mantivesse diferenças entre homens e mulheres. As mulheres lutaram lado a lado com os homens na Revolução contra a tirania da poderosa monarquia francesa mas continuavam em situação igual ou pior do que a que se encontravam antes da Revolução.

Vale salientar que Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793, após inúmeras tentativas de se defender, sendo acusada “de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 34).

Gouges afirmava que “o objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão” (GOUGES, 2007, p.01). Seu discurso estava impregnado dos princípios fundamentais do liberalismo, do direito natural, da inserção da mulher “na vida política e civil em condição de igualdade com os homens, tanto de deveres quanto de direitos” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 34).

As mulheres revolucionárias participavam ativamente das manifestações sociais e políticas peticionando a revogação dos instrumentos normativos como a legislação sobre o casamento que dava direitos absolutos ao marido sobre o corpo e os bens que possuía.

Em meio de um período revolucionário francês, de 1792, Mary Wollstonecraft apresenta sua defesa em favor aos direitos das mulheres. Defendia os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade entre homens e mulheres. Em seu celebre livro, **Vindicaciones de los derechos de la mujer** (1998), analisava as condições das mulheres em relação à família, educação, costumes e moralidade.

Denunciava e contestava as ideias de Rousseau⁴ (1985) de que existiam diferenças naturais de caráter e inteligência entre homens e mulheres, sendo sua inferioridade estabelecida de acordo com a educação que recebiam.

Si las mujeres son realmente capaces de actuar como criaturas racionales, que no se las trate como esclavas o como a los animales domésticos sometidos a la razón del hombre sino que se cultive se espíritu, que se les ofrezcan principios sublimes y saludables y que tornen consciencia de su dignidad, reconociéndose a si mismas como seres que sólo dependen de Dios. Que se les enseñe, como a los hombres, a someterse a la necesidad en lugar de darles una moral propia para su sexo, a fin de hacerles más atractivas (WOLLSTONECRAFT, 1998, p. 59-60).

Com essa denúncia, Mary Wollstonecraft propagava a necessidade de ambos os sexos serem educados com os mesmos princípios da formação intelectual e desenvolvimento físico.

A recomendação de Wollstonecraft era simples: as mulheres devem ser educadas como homens. Devem ler filosofia, lógica e matemática. Devem ser estimuladas à ginástica; qualquer fragilidade física que tenham deve ser superada e não agravada. Desse modo, as mulheres tornaram-se economicamente independentes e plenamente capazes de participação política. Se as mulheres na sua atual situação são criaturas degradadas, a razão disso não esta na natureza da mulher, mas nas atitudes e práticas intimamente interligadas que, especialmente para as meninas, formam sentimentos, pensamentos e caráter nas estreitas linhas traçadas por uma lascívia masculina nanica. Quando as mulheres forem tratadas

⁴ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) nasceu em Genebra e foi considerado um dos maiores escritores e filósofos do seu tempo, defendendo “a idéia da volta à natureza, a excelência natural do homem, a necessidade de um contrato social para garantir os direitos da coletividade” (GARCIA, 1985, p. 07).

de modo diferente, farão, por outro lado, esposas e cidadãs eficientes, fiéis e castas (NYE, 1995, p. 26).

Assim, esse contexto foi marcado pelas reivindicações das mulheres por seus direitos de cidadania, de voto, participação social e política, bem como o acesso ao ensino superior (RADL-PHILIPP, 2013).

No século XIX, estruturam-se as bases da teoria socialista caracterizados pelos movimentos reivindicatórios. Charles Fourier, escritor e político defensor do socialismo, em 1837, apresentou o termo feminismo com um novo conceito pautado na emancipação da mulher, no amor livre, sendo contra o matrimônio burguês (RADL-PHILIPP, 2011).

Ressaltamos que foi um século marcado por acontecimentos em diferentes países: Em 1848, ocorreu a 1ª Assembleia dos Direitos das Mulheres, nos EUA, marcando o início do movimento sufragista⁵ americano. Ressaltamos que o sufrágio universal não incluía o sufrágio feminino que demandou por um longo período, apesar de não serem apresentados ou pouco comentados nos livros de História. Esta luta foi marcada por mulheres de todas as classes sociais, denunciando sua exclusão das decisões da esfera política, em meio à expansão do conceito liberal de cidadania. Este período histórico também é marcado pelo acesso das mulheres ao ensino superior na Austrália, Alemanha e Estados Unidos (RADL-PHILIPP, 2011).

Na Inglaterra, foi fundado o 1º *Queen's College* como ramo do conhecimento feminino. Em 1855, também na Inglaterra, estabeleceu o 1º Comitê Feminista, na direção de Bárbara Leigh Smith. Em 1857, foi fundada uma escola de enfermagem, por Florence Nightingale e criada uma seção feminina na Associação Nacional para a Promoção das Ciências Sociais. Em 1865, constituiu-se a Associação Alemã de Mulheres, tendo como representantes as feministas Luise Otto Peters (1819-1895) e Helene Lange (1848-1930). Também em 1855, John Stuart Mill, instituiu o projeto de lei dando direito de votar à mulher, sendo o ano seguinte marcado pela criação do Comitê para o sufrágio Feminino (RADL-PHILIPP, 2011).

Segundo Alves e Pitanguy (1985, p. 46):

⁵ O movimento pela participação nas decisões públicas, especificamente seu direito ao voto, ficou conhecido como movimento sufragista. O sufrágio universal é uma conquista dos homens da classe trabalhadora “depois de muita luta, por reformas legislativas que eliminaram o voto qualificado por renda” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 42).

Por volta de 1913, o movimento sufragista inglês se divide em suas táticas de luta, entre pacifistas e as chamadas *suffragettes* que, radicalizando cada vez mais sua situação, passam a efetuar atos de danos à propriedade e bens materiais como forma de chamar atenção para sua causa.

A reivindicação pelo direito de voto, baseado nos ideais liberais, teve como consequência uma luta que se estendeu por mais seis décadas na Inglaterra.

Na Espanha, situado entre o século XIX e princípio do século XX, apresentamos, vinculadas ao movimento burguês pelas reivindicações da igualdade de direitos das mulheres, as autoras Concepción Arenal (1820-1893) e Emília Pardo Bazán (1891-1921); ao movimento socialista e ao partido radical encontramos Clara Campoamor (1888-1972), Victoria Kent (1892-1987) e Margarita Nelken (1896-1968). Em 1835, por meio da lei de Pablo Montesinos, foram criadas as escolas primárias para meninos e meninas, em ambientes separados e as meninas destituídas da escrita. Em 1858, foi instituída a Escola Normal com a intenção de formar professoras primárias. Em 1910, é autorizado o acesso das mulheres as universidades pelo Ministro de Instruções Públicas Julio Burrell (RADL-PHILIPP, 2011).

No século XIX, materializou-se a luta da mulher por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania. Alves e Pitanguy (1985, p. 42) caracterizaram esses dois construtos político-sociais da seguinte forma:

A luta por melhores condições de trabalho (salário, redução de jornada de trabalho, repouso semanal, condições de higiene) e a luta pelos direitos de cidadania (o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos do Parlamento, posto que, como estes não eram retribuídos, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los.

Esse período da história é uma denúncia da condição social da mulher no cenário político, sendo excluídas como trabalhadoras e cidadãs na participação das decisões públicas. Para Gonçalves (2006), quando aceitas no mundo do trabalho, eram em funções de escalões inferiores. Vale salientar que:

Todas as profissões deveriam ser exercidas com autorização dos maridos, como previsto no Código Civil, criando uma curiosa distinção entre as mulheres celibatárias, um pouco mais autônomas e aquelas que haviam contraído casamento (GONÇALVES, 2006, p. 35).

O código civil refletia uma sociedade regida por uma cultura machista, patriarcal e hierarquizada, sendo a mulher casada caracterizada como incapaz e homem o chefe da relação conjugal e administrador dos bens, da esposa e dos filhos. No código civil, de 1916, o desquite era possível, porém, permanecia a indissolubilidade do vínculo matrimonial e o estabelecimento de novas uniões.

Ocupavam-se dos trabalhos fabris, secretariado, magistério e de datilografia, sendo essas divididas de acordo com a origem social. Apesar desses espaços de atuação, os salários eram baixos, causando desconforto e acentuando as desigualdades do sexo. A inserção da mulher não passava de uma necessidade da sociedade capitalista como exemplifica Gay (1988, p. 135): “Com a expansão estonteante das escolas primárias e secundárias por toda parte, especialmente a partir da década 1860, a necessidade de professores se tornou insaciável, e as mulheres estavam disponíveis”.

Percebemos que o século XX foi marcado pelas Guerras Mundiais que eclodiu a necessidade da mulher ocupar posições no mundo do trabalho. Essa necessidade econômica de um momento histórico conflui com a afirmação de igualdade entre os sexos. “Valoriza-se, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento em que torna-se necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 50).

Esse processo de inserção feminina se dá diretamente nos países envolvidos com as guerras, principalmente EUA e Inglaterra. Porém, com o final das guerras ocorre o retrocesso da figura feminina no mundo do trabalho, uma vez que reafirmada a ideologia da diferenciação de papéis por sexo, retornando a força de trabalho masculina. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p. 50):

É com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuído à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mundo do trabalho para ceder lugar ao homem.

Assim, a mulher passa a subjetivar nos espaços domésticos como a “rainha do lar”, dona-de-casa, esposa e mãe, sendo o trabalho externo desvalorizado e visto como complementar as funções masculinas na sociedade capitalista.

Diante deste contexto histórico-político-social, na década de 1950, surge uma voz isolada, Simone de Beauvoir (1908-1986), para marcar o Movimento Feminista

Moderno e o Estudo de Mulheres. Esta autora denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual em sua obra **O Segundo Sexo**, publicada no ano 1949, reconstruindo a visão de uma mulher livre e independente (RADL-PHILIPP, 2011).

Beauvoir (1980) postula em seus escritos a ideia de igualdade da mulher em detrimento da superioridade do homem, sendo o trabalho o único mecanismo de garantia concreta da liberdade feminina. Alves e Pitanguy (1985, p. 54) afirmam que:

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que, ao invés de integrá-la ao sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito.

Essa delimitação dos fundamentos da reflexão sobre a relação entre homens e mulheres que a autora realiza, contribui para percebermos a necessidade de compreendermos como a mulher realiza a apropriação do universo do qual se encontra inserida.

A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco para as transformações na década de 1960, do século XX, quando efetivamente o livro desta escritora vai ser importante para o movimento pelos direitos das mulheres. Neste período, na Europa, as taxas de empregos para as mulheres já existiam, mesmo sendo de baixa remuneração. Os escritos da autora contribuíram para as denúncias das condições de desigualdade e discriminação das mulheres em virtude dos homens (RADL-PHILIPP, 2011).

Inicia-se um debate sobre a igualdade de oportunidade entre mulheres e homens em centros acadêmicos, bem como remuneração, condições e tipos de trabalho. Em consequência, começa a fase de reformas no sistema educacional, originando a presença da mulher nas universidades americanas e europeias.

Es, entonces, cuando se forman los primeros seminarios de las mujeres y cuando se elaboran los primeros estudios como investigaciones feministas comprometidas con la causa de las mujeres, Universidades pioneras son las de Colombia, la New School, y las de Berlin, Frankfurt y Paris (RADL-PHILIPP, 2011, p. 189).

Nesses seminários foram produzidos os primeiros estudos sobre mulheres, sendo essas pesquisas comprometidas com os estudos feministas, reivindicando um conhecimento específico de sua situação.

Ya hacía finales de los años 70 del siglo XX, comienzan las investigaciones propias sobre la problemática de las mujeres, sobre todo en el ámbito social, laboral, político, familiar y educativo. Es ahora cuando se trata de elaborar un conocimiento científico nuevo, basándose en los hechos empíricos que conciernen a las mujeres su rol y su función social (RADL-PHILIPP, 2011, p. 190).

Os estudos das mulheres tomam corpo no campo acadêmico como forma de conhecimento científico vinculado às Ciências Sociais, comprometidos com o movimento pelos direitos das mulheres, utilizando-se de variadas metodologias. “Esto significa que a lo largo de la década de los 80 del siglo XX se diferencian claramente dos corrientes epistemológicas, es decir, una meramente empirista y otra crítico-ideológico-feminista” (RADL-PHILIPP, 2011, p.191).

A partir da década de 1980, como um ponto de vista epistemológico, o estudo de mulheres é institucionalizado como conhecimento e introduzido no contexto internacional, expandindo-se para estudos de gênero através do debate sexo/gênero (RADL-PHILIPP, 2011).

Na década de 1990, a institucionalização do conhecimento gênero e das mulheres já é uma realidade social, formados por múltiplas teorias e correntes epistemológicas perpassando ora pela linha empirista e ora crítico-ideológico-feminista, vinculados às disciplinas científicas como a Sociologia, História e Filosofia.

Ao iniciarmos o século XXI, percebemos que essa institucionalização do conhecimento de mulher e gênero e da diversificação teórico-epistemológica contribui para o surgimento das mais variadas vertentes sobre o Estudo das mulheres e de gênero.

2.4 ESTUDOS DAS MULHERES E DO GÊNERO NO BRASIL

Nesta etapa de nosso trabalho buscamos compreender como os estudos da mulher e de gênero são percebidos diante da construção social do sujeito estabelecida pelas linhas conceituais no tempo.

Para Silva (1992, p. 21), a sociedade brasileira é um “conjunto dinâmico e contraditório de relações em que prevalece o exercício de poder do sexo masculino

sobre o feminino, com fins de submeter este a uma situação de dominação-exploração”. Assim, a subordinação da mulher configura-se como a primeira forma de opressão social e destituição de direitos na história da humanidade.

Em contraste, no cenário brasileiro percebemos que a consciência crítica feminista sobre a luta pelos direitos das mulheres é qualificada como recente, “delineando-se com maior nitidez e amplitude somente nas últimas décadas” do século XIX (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 23).

É necessário deixarmos claro que essa universalização da subordinação da mulher é apresentada em proporções variadas dependendo das sociedades, épocas e classes sociais em que são analisadas, bem como as circunstâncias e os avanços da luta pelos seus direitos. Enquanto a Europa e os Estados Unidos vivenciavam a consciência feminina, nos demais países da América Latina prevaleciam o regime colonial, de base patriarcal e escravocrata.

No Brasil, o pensamento feminista surge no século XIX, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885):

Cuja publicação das obras “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), marca o despertar de uma consciência crítica acerca da condição feminina na nossa sociedade (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32).

O pensamento de Nísia Floresta contrastava com a mentalidade social no cenário brasileiro, no qual prevalecia a limitação de direitos e submissão da mulher dentro das relações e produções de uma sociedade capitalista, respaldada na classificação e separação dos sexos. Seus escritos contribuíram para romper com a visão da divisão de gêneros, culturalmente, criada e consolidada ao longo da história.

Destarte, considerava que a mulher possuía mais aptidões que os homens para garantir a prevalência da ordem pública. Para que isso ocorresse, seria necessário a mulher ter acesso ao processo educacional, direito ao conhecimento científico. Floresta (1989) considerava que o conhecimento científico seria o único caminho para ascensão e independência da mulher na sociedade brasileira.

A consciência do feminismo no Brasil assume várias concepções na luta dos diversos direitos da mulher, “já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32). Vale salientar que

nesta luta estavam inseridos o direito de voto, a educação formal, a igualdade salarial, a valorização do trabalho, o controle do seu corpo e sexualidade, bem como a construção de uma sociedade igualitária.

Costa e Sardenberg (2008, p. 33) relatam, em seus estudos, que o Brasil escravocrata era uma sociedade agrária, centrada na zona rural, sendo a situação da mulher burguesa precária “sobretudo porque a família patriarcal se estabelecia segundo as Ordenações de Portugal, dando ao marido não só amplos poderes, mas ainda o cruel direito de castigar fisicamente sua mulher”. Mais especificamente, a mulher era confinada às obrigações domésticas, à subserviência aos seus pais e maridos e à reprodução.

Sua única outra opção de vida era a de recolher-se a um convento, pelo que muitas mulheres optavam, pois apesar do confinamento maior que tal escolha pudesse implicar, representava, em muitas instâncias, – como no caso do Convento do Desterro, na Bahia –, condições melhores de vida e, até mesmo, oportunidades para encontros amorosos (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32).

Salientamos que essa condição precária e opressiva também era vivenciada pelas mulheres das classes populares. Apesar de gozarem de maior liberdade pessoal, seus direitos não eram respeitados, restringindo suas funções a trabalhos de esforços físicos para sustento de sua prole. “Em muito piores condições viviam as negras, escravas, vítimas de toda a sorte de opressão, exploração e violência” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 33).

Sendo assim, o período colonial foi marcado pelo poder patriarcal, investido pelo pai ou marido, os quais eram raramente questionados, sendo apresentadas raras exceções na história “daquelas que se destacaram por seu comportamento atípico, como ‘heroínas’ – Joana Angélica, Maria Quitéria”, caracterizando a existência tímida de um pensamento feminista (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.33).

Com a passagem do período colonial para República, as mudanças de ordem econômica e social são marcadas pelo advento da industrialização, abertura dos portos ao comércio estrangeiro, ferrovias e crescimento urbano, tornando evidentes as desigualdades entre homens e mulheres. Para Costa e Sardenberg (2008, p.35), neste período:

Cresce também o sentimento de identidade nacional que, aliado às idéias liberais, burguesas, fomentarão uma nova ordem econômica,

jurídica e política no país, através da Independência do Império (1822); e, já na segunda metade do século, as campanhas abolicionistas, que culminariam com o fim do regime escravocrata, em 1888. Logo no ano seguinte, em 1889, a proclamação da República e promulgação de uma “nova” Constituição, a de 1891, elaborada segundo os moldes da ideologia liberal burguesa.

Lembramos que, por meio dessa Constituição, foi estabelecido o sufrágio universal, afirmando que todos eram iguais perante à lei. Essa igualdade estendia-se apenas aos homens alfabetizados, excluindo a população masculina das classes trabalhadoras e as mulheres. Porém, as primeiras manifestações feministas eram em favor do direito à educação e à profissionalização da mulher.

As aspirações femininas pelos direitos jurídicos e políticos se dão com a Proclamação da República em 1889.

O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política (HAHNER, 1981, p. 80).

A Proclamação da República contribuiu para o surgimento de diversos movimentos em favor do sufrágio feminino, como os editoriais *O Sexo Feminino* e *a Voz Feminina* (1901), a fundação do Partido Republicano Feminino (1910) e a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919), mais tarde tornando-se Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF (1922). A FBPF tinha Bertha Lutz, responsável pela criação de diversas associações no território nacional e pela luta sufragista em nível parlamentar no Brasil, sendo concedido às mulheres, em 1932, o direito de voto. “Seu programa limitou-se ao combate às leis discriminatórias, preconceitos e tradições que impedem a igualdade entre homem e mulheres, no contexto das democracias burguesas” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 38).

A concessão do voto fazia parte de uma das ações do governo de Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial, que buscou apoio popular para fortalecer sua gestão. Dentre suas ações de caráter populista fez parte a criação do Ministério do Trabalho, o voto feminino e o salário mínimo.

Em 1936, Bertha Lutz assume como deputada na Câmara Federal, apresentando o projeto Estatuto da Mulher reivindicando melhores condições de vida para mulher e representação social, dentre elas a licença maternidade e proteção ao trabalho.

Confrontando o FBPF, movimento feminista burguês, desenvolveu no Brasil uma mobilização de mulheres do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecida como feminismo de esquerda. De acordo com Costa e Sardenberg (2008, p. 39):

Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais interessavam mais à política mundial stalinista do que aos interesses das mulheres às quais diziam representar. Esse foi o caso da *União Feminina*, criada para atender à política de “frente popular”, estabelecida pela Terceira internacional em 1935; o *Comitê das Mulheres pela Anistia* em 1945, que se transforma no *Comitê das Mulheres pela Democracia*; o *Instituto Feminino do Serviço Construtivo*, criado em 1946; a *Federação de Mulheres do Brasil* em 1949 e várias outras entidades. Todas sempre vinculadas e atendendo à política do PCB.

Afirmamos que esses movimentos socialistas não reivindicavam os direitos especificamente da mulher, pois sua militância reforçava o papel da mulher na família e na sociedade, reafirmando uma política social e ideológica de opressão.

Contraopondo-se ao movimento burguês e ao movimento feminista socialista, surge a Liga Comunista Feminista liderada por Maria de Lourdes Nogueira, sendo um movimento anarquista em defesa dos interesses das operárias brasileiras. Figueiredo (2008, p. 58, grifo do autor) descreve esses movimentos da seguinte forma:

As feministas liberais, que seriam as criadoras do neofeminismo, porque continuariam a luta das sufragistas do início do século, lutando pela igualdade de direitos civis para todos os cidadãos sem discriminação de sexo e enfatizando a igualdade e a potencialidade de ambos os sexos, desvirtuadas por condicionamentos sócio-culturais e limitadas no acesso ao nível do poder pelo bloqueio do grupo masculino; as *feministas partidárias* de caráter reformista, que visavam prioritariamente a anistia e a abertura política num plano geral e, no plano específico, a criação de creches e de uma legislação protetora do trabalho feminino. Podemos incluir entre elas não somente a maioria das mulheres que vinham de grupos de esquerda como também acadêmicas e intelectuais engajadas politicamente, para as quais a origem da simetria dos gêneros continuava a ser o resultado de um sistema capitalista de produção. E, por fim, as *feministas radicais*, para as quais a natureza da opressão feminina, volto a dizer, estaria no surgimento do patriarcado enquanto sistema ideológico de poder.

Essas correntes dos movimentos feministas e demais movimentos populares são silenciados com o advento do Golpe Militar de 1964, reaparecendo na década de 70 por meio de reivindicações estudantis, debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade e dos comportamentos e condutas sexuais. Este espaço conquistado pela mulher nas Ciências Humanas tornou-se privilegiado, pois

liberava a estudiosa de uma patrulha ideológica patriarcal e das pechas desqualificantes que se seguiam à auto afirmação de feminista. No entanto, a maioria das acadêmicas podia ser classificada como feminista partidária. Inicialmente, os principais temas estudados foram relativos à mulher na força de trabalho, mulher *versus* sindicato, política, Estado etc. Somente mais tarde, com as feministas radicais é que se começou a tratar da questão da opressão propriamente dita, sua natureza, atuação, exploração sexual e econômica dentro do casamento etc (FIGUEIREDO, 2008, p.62).

Vale ressaltar que a década de 70, também, foi marcada pela anistia política, o que contribuiu para as presas, recém saídas das cadeias ou retornando do exílio, buscassem uma participação efetiva nos movimentos feministas.

Em 1975, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), realiza um seminário em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, discutindo a condição da mulher na família e na sociedade e a divisão sexual do trabalho no cenário mundial.

Neste tocante, cumpre lembrar que malgrado os avanços do movimento de mulheres no Brasil, a situação da mulher brasileira – inclusive no que se refere ao seu nível de conscientização e desenvolvimento social – ainda permanece muito aquém das expectativas, sobretudo, quando se considera aquelas situadas nas camadas populares. Na realidade, só uma pequena minoria, pertencendo em geral às classes mais favorecidas, é que tem se beneficiado dos novos espaços e direitos conquistados. A maior parte das mulheres não desfruta desses avanços, nem deles sequer tem conhecimento ou consciência do seu significado. Vive à margem do processo de mudança social – uma situação que, certamente, não é específica às mulheres, mas, sem dúvida, mais grave no seu caso, devido à exploração e opressão de gênero, além da de classe (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32).

Na década de 1980, as feministas passaram a usar o termo gênero como construto da identidade do indivíduo. A categoria gênero tem início por meio das reivindicações lançadas pelo movimento feminista em busca de direitos iguais.

O feminismo trata, entre as tantas relações de dominação e opressão, das relações do gênero. São relações de poder que se estabelecem em todo tecido social, atuando como fios invisíveis que cruzam as relações sociais. As relações de gênero são também relações que envolvem todas as pessoas, são relações de domínio e subordinação que se sustentam numa rígida divisão sexual do trabalho e se expressam em forma de dominação específicas, tanta no âmbito do público como do privado. Sua importância está referida não só ao sujeito que a sofre, como também é a primeira e mais generalizada relação de poder que vivem as pessoas em quase todas as sociedades. Ela estrutura uma forma de comportamento e uma percepção da sociedade que é deformada de antemão, estabelece uma sorte de relações pervertidas que estão presentes em todo tecido social e dão lugar a uma concepção autoritária das relações humanas e da ação social. As Mulheres, como um grupo que sofre formas de dominação/subordinação específicas, são chamadas a resistir e transformar esta situação (SOARES, 2008, p. 236).

O conceito de gênero contribuiu para o crescimento da visão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Em 1990, segundo Auad (2006, p. 18):

Chegou ao Brasil um texto escrito por Joan Scott, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Essa publicação contribuiu para que setores da área de ciências humanas reconhecessem a importância das relações sociais que estabelecem com base nas diferenças percebidas entre o sexo masculino e feminino.

Podemos afirmar que o conceito de gênero empregou-se no contexto do pensamento feminista para transpor a visão de masculino e feminino e configurar uma nova forma de identidade feminina, pois as relações de gênero são construídas por meio das experiências sócio-históricas-culturais.

Nas últimas décadas, os movimentos de mulheres têm crescido com o objetivo de legitimar a condição feminina e transpor a visão estereotipada da mulher submissa ao homem.

3 IDENTIDADES DE GÊNERO

Ao traçarmos em qual contexto foi produzido o conceito de gênero, em meio aos movimentos feministas, apresentamos os conceitos de identidade de gênero.

Assim, ao longo da história das civilizações o termo identidade perpassou e foi conceituada por diversas áreas de conhecimento como a sociologia, antropologia e a psicologia, sendo uma clássica questão relacionada com as estruturas sociais e liberdades individuais.

Nas últimas décadas dos anos de 1900, vários movimentos sociais compostos por indígenas, negros, feministas, homossexuais reivindicam seus direitos sociais e políticos negados historicamente. Esses movimentos formados pelas chamadas “minorias sociais” têm contribuído para o crescimento das discussões no meio acadêmico sobre a problemática de suas identidades conceituais.

Nesse sentido, propomos apresentar dimensões teórico-conceituais desenvolvidas ao longo da história sobre as diversas identidades, enfatizando aquelas que mais se aproximam de nosso trabalho: Identidade de gênero.

3.1 IDENTIDADE CONCEITUAL: IDENTIDADE E DISTINTOS CONCEITOS DE IDENTIDADE

Refletindo sobre sua essência dificilmente encontraremos um conceito único para classificar o que é identidade. Podemos afirmar que a identidade da pessoa é construída pela compreensão dos aspectos sociais, históricos e subjetivos relacionados com o ser humano.

Resgataremos três concepções de identidade estabelecidas no decorrer dos séculos: Identidade Iluminista, na qual a concepção de sujeito está baseada numa visão individualista do ser humano; Identidade Sociológica baseada na interação entre o indivíduo e a sociedade; e a Identidade Pós-moderna composta por um sujeito fragmentado composto por diversas identidades marcadas pela natureza, exclusão, símbolos, sociedade, cultura e história.

Hall (2006, p.10) afirmava que o sujeito do iluminismo era totalmente centrado e unificado,

dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo — contínuo ou "idêntico" a ele — ao longo da existência do indivíduo.

Esta visão iluminista faz parte de uma concepção individualista do sujeito, sendo sua identidade descrita como masculina dotada da racionalidade. Por outro lado, relacionava a identidade da mulher com a natureza.

A identidade sociológica refletia a complexidade do mundo moderno, sinalizando um sujeito formado a partir das relações estabelecidas com o outro, mediadas pelos valores culturais, sentidos e símbolos de uma sociedade. Como representantes dessa corrente estão os interacionistas simbólicos com a concepção da interrelação dos sujeitos no meio que estão inseridos. “De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p.11).

Nesta concepção, o sujeito tem sua essência sendo o eu real, mas receberá a influência do mundo exterior, formando sua identidade por meio dessa interação. Para Hall (2006, p. 12):

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior"— entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis.

A identidade sociológica passa a ser formada por um sujeito que após as relações estabelecidas com o meio social estrutura suas funções psíquicas, tornando-se um sujeito unificado. Essa produção identitária é construída em locais históricos e institucionais específicos resultando no sujeito que nos tornarmos, sendo produtos do meio que estamos inseridos.

Na concepção sociointeracionista agimos discursivamente no contexto de produção das identidades sociais, sendo as práticas discursivas espaços sociais das manifestações identitárias, construídas de acordo com a linguagem.

Baumann (2005), em uma visão pós-moderna, compara a identidade como um quebra-cabeça, formado por peças e que só pode ser compreendida pela sua

incompletude, na qual não saberemos jamais quantas peças faltam. Assim, “as identidades não tem a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e renegociáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Para Ciampa (1987, p. 64), temos que desenvolver uma reflexão sobre o sujeito, suas relações em grupo e o meio que vive, ou seja,

não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos - biológicos, psicológicos, sociais, etc. que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação [...].

Os sujeitos estão submetidos aos aspectos sociais e biológicos, sendo estes processados culturalmente para formação da identidade do indivíduo. Nesta perspectiva, afirmamos que a construção das identidades é um processo dinâmico em constante transformação por meio de suas práticas discursivas, sendo mutáveis ao longo do tempo.

Em virtude da complexidade das sociedades que esses sujeitos estão inseridos, percebemos que com a pós-modernidade essas identidades entram em crise em virtude da fragmentação do indivíduo. Para Hall (2006, p. 19),

a sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças fora de si mesma.

Esse sujeito pós-moderno passa por um processo de subjetivação de acordo com os sistemas sociais que o rodeia, perdendo as características de uma identidade essencial, fixa ou permanente. Assim, “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 13). Sua mobilidade e constante transformação são definidas com base na construção histórica, assumindo identidades diferentes em momentos diferentes, ou seja, um eu composto de várias identidades no espaço/tempo.

Hall (2006) argumenta em favor da existência de uma identidade que possui uma fluidez em sua construção, ou seja, não é limitada e fixa na oposição binária –

homem/mulher, natureza/racionalidade, nós/eles.

Percebemos a necessidade de conceituarmos a identidade em virtude de compreendermos a sua funcionalidade, bem como suas diferentes dimensões. A construção da identidade perpassa por aspectos simbólicos e sociais demarcados pela discursividade do indivíduo, afirmando as diferentes identidades que têm consequências materiais. Woodward (2012, p. 14) afirma que:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações das deferências são vividas nas relações sociais.

Esses sistemas classificatórios proporcionam ao sujeito a conceitualização e percepção da identidade nos moldes relacionais das organizações e divisões estabelecidas no meio social. Assim, “só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior” (WOODWARD, 2012, p. 17).

Ao determinarmos os campos sociais nas posições de sujeito estabelecemos práticas de significação envolvidas nas relações de poder, moldando a identidade por meio das experiências vivenciadas nas relações sociais e culturais. Pierre Bourdieu (1996) chama de campos sociais as diferentes instituições – igrejas, famílias, grupo de trabalho, instituições educacionais, partidos políticos etc – nas quais o sujeito está inserido.

Assim, diferentes campos sociais fornecem diferentes identidades, pois em “certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os campos sociais nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2012, p. 31).

Os novos movimentos sociais – indígenas, negros, mulheres, gays etc – contribuíram para que a noção que tínhamos de uma identidade fixa e unificada de sujeito fosse contestada diante das transformações globais e das estruturas contemporâneas demarcada pela política e pelo sistema econômico de cada país, pois este “é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas

certezas e pela produção de novas formas de posicionamento” (WOODWARD, 2012, p. 25).

Na contemporaneidade, falar em identidade unificada e fixa tornou-se complexo em virtude das transformações globais e das crescentes transnacionalizações econômicas e culturais, pois determinam novos padrões de produção e consumo contribuindo para novas identidades globalizadas. Para Woodward (2012, p. 21), a globalização produz

diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Notamos que o processo de globalização interfere, também, na formação das identidades visto que as mudanças econômicas nas demandas de bens e serviços, nas questões relacionadas às posições laborais de homens e mulheres, bem como nas identidades de gênero. Segundo Woodward (2012, p. 32),

como indivíduos, podemos passar por experiências de fragmentação nas nossas relações pessoais e no nosso trabalho. Essas experiências são vividas no contexto das mudanças no mercado de trabalho e nos padrões de emprego. [...] A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito.

O autor supracitado refere-se ao conflito fazendo menção às tensões entre as diferentes demandas de ações das identidades que acabam interferindo na eficácia da outra. Todo espaço social e cultural possui seus mecanismos simbólicos de controle e expectativas para serem atingidas.

Assim, em nossa discussão sobre identidade demarcamos a necessidade de compreendê-la em seus diferentes campos sociais para associarmos quais são os papéis forjados e vivenciados pela identidade de gênero na contemporaneidade.

3.2 IDENTIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade constrói-se por uma confluência de fatores (sociais, políticos, culturais, históricos) e situações que o indivíduo vai experienciando em sua trajetória individual em ser-estar no mundo.

A constituição da identidade vivenciada por mulheres e homens é caracterizada pela reprodução dos estereótipos atribuídos aos gêneros ao longo da vida, pois “os homens tendem a construir posições-de-sujeito para as mulheres tornando a si próprios como ponto de referência” (WOODWARD, 2012, p. 10). Assim, nesta etapa do trabalho, abordaremos como os papéis de gênero determinados pelos aspectos biológicos, culturais, simbólicos e históricos contribuem na constituição do sentimento de identidade de gênero.

As identidades são compreendidas por meio das marcações das diferenças que ocorrem mediante sistemas simbólicos e por formas de exclusões sociais (WOODWARD, 2012).

Stoller (1982) afirma que todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, considerando o que é masculino e feminino. Ao longo da vida psíquica serão associados novos papéis por meio da rotulação que os indivíduos estão expostos socialmente. Como argumenta Rutherford (1990, p. 19-20, apud WOODWARD, 2012, p.19),

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação.

Espera-se que este menino ou menina tenha comportamentos condizentes ao que foi assinalado pelo sexo. Caso ocorra um erro nesta rotulação inicial, podemos dizer que, dificilmente, mudaremos a identidade de gênero deste indivíduo após ele ter superado a fase do complexo de Édipo (WOODWARD, 2012).

Os estudos sobre gênero atingiram grande proporção no cenário mundial a partir da década de 1960, século XX, com os estudos desenvolvidos por feministas, inicialmente nos EUA e em alguns países europeus. Destacamos, por exemplo, Betty Friedan (1921-2006) como liderança do movimento feminista a favor da igualdade de poder entre os gêneros, respeitando as diferenças. Margaret Mead (1901-1978) afirmando a predominância da cultura nos papéis, condutas e comportamentos na determinação do gênero.

Percebemos que o conceito de gênero é ampliado por Joan Scott (2005) para uma dimensão relacional, histórica e política, sendo um dos elementos constitutivos nas relações sociais e de poder entre os sujeitos.

Ao longo da história, as diferenças entre os gêneros masculino e feminino contribuíram para serem convertidas em desigualdades, outorgando as diferenças de poder entre homens e mulheres no cenário público e privado.

Quando nos baseamos na oposição binária para construção da identidade de gênero, evidenciamos a existência da distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, sendo a base das divisões sociais. Concordamos com Woodward (2012, p. 52) “que nesses dualismos um dos termos é sempre valorizado mais que outro: um é a norma e o outro é o outro – visto como desviante ou de fora”.

Segundo Scott (2005), a categoria gênero sugere a visibilidade dos complexos processos culturais e relações de poder, pelos quais as diferenças raça, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade são transformadas em vetores de opressão.

Para Haraway (2004), a identidade de gênero vai além das questões biológicas, abrangendo as diferenças raciais, de classe e as condições políticas e históricas produzidas em cada contexto social.

Ao ser introduzido o conceito de gênero, na década de 1970, pelas ciências sociais, observamos um ponto em comum com o movimento feminista: a desnaturalização do gênero na perspectiva biológica. Segundo Meyer (2003, p. 15):

[...] com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas.

Nesta concepção, está presente a crítica às teorias essencialistas e naturalizadas do gênero em uma perspectiva biológica, dando margem à discussão de um gênero construído dentro de um contexto social e cultural, ultrapassando as barreiras da essência humana.

Narvaz (2010, p. 178) acrescenta que pensamos o gênero como um representativo dos aspectos comuns entre as mulheres,

enquanto os demais aspectos (raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade) aparecem como indicativos das diferenças entre elas, ou seja, das diferenças intragênero. A desnaturalização e a desconstrução do gênero binário – masculino/feminino – colocaram em causa as identidades fixas e estáveis dos corpos, dos desejos e dos sujeitos, tanto de homens quanto de mulheres.

Conforme a autora, as identidades heteronormativas encontram-se desestruturadas, destruindo com a visão binária que esteve presente durante séculos na história e estudos das mulheres.

Para Narvaz (2010, p. 179), a produção da subjetividade contribuiu para:

Desestabilizar as identidades essencialistas do sistema sexo-gênero implicando repensar a categoria “mulheres”, fundamento das políticas de identidade do feminismo original. O feminismo, entendido como movimento de reivindicação de direitos das mulheres, pressupõe a existência de um sujeito mulher como origem dos interesses da categoria a serem representados pelo feminismo. A existência desta mulher enquanto identidade sobre a qual se fundamentam as políticas de identidade, desnaturalizada e desconstruída, traz à cena a possibilidade de “um feminismo sem mulheres”.

A naturalização da visão binária sugeria a existência de uma identidade homogênea, a qual não corresponde mais aos parâmetros históricos, sociais e políticos da contemporaneidade.

As teorias pós-estruturalistas defendem a desconstrução do gênero ao afirmarem em suas discussões que não existe mulher, mas mulheres reais e concretas, ou seja, sua pluralidade enquanto sujeito social que vive sua sexualidade de diferentes formas. Conforme Butler (2013, p. 213) “a unidade da categoria ‘mulheres’ não é pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que espera libertar”.

Vale salientar que não podemos rejeitar absolutamente o conceito de identidade para não descaracterizarmos o movimento feminista, esvaziando-o de uma história marcada pela luta dos direitos das mulheres. Como afirma Costa e Sardenberg (2008), as lutas das mulheres devem ser defendidas e travadas pelas mulheres, caracterizando as diferenças na articulação em favor de uma identidade feminina, sendo que a mesma possui diferentes identidades.

A pretensão é conhecermos o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos que possuem “[...] identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 2004, p. 24), transcendendo a linha imaginária da execução de meros papéis desempenhados pelo gênero na sociedade.

Percebemos a existência de uma dinâmica da transformação social diante da construção dos conceitos normativos que são estabelecidos no espaço/tempo, nas

idéias de valores distintos entre homens e mulheres, nos campos científicos, nas concepções políticas, nas identidades subjetivas e coletivas, bem como nas relações de poder dos espaços laborais dos modelos dominantes do masculino sobre o feminino.

3.3 ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

As dinâmicas sociais, os limites, as noções sobre os sujeitos e os paradigmas na construção das identidades de gênero têm contribuído na formação dos diferentes discursos sobre a construção da subjetividade da mulher.

Priorizamos, nesta parte do trabalho, apresentar uma abordagem analítica das diferentes correntes teóricas da formação do sujeito que marcaram a construção da identidade do indivíduo no decorrer da história da humanidade.

3.3.1 A teoria da psicanálise de Sigmund Freud

Debruçamo-nos, nesta etapa, em uma averiguação na teoria da psicanálise com base nos estudos de Sigmund Freud (1856-1939) que destaca o inconsciente como protagonista da nossa vida psíquica influenciando nosso comportamento e atitudes muito além do que imaginamos. Cabe ressaltar que sua teoria não pode ser considerada especulativa, nem tão pouco filosófica, pois foi construída a partir de relatos de vida de mulheres, ou seja, empirista.

Radl-Philipp (1996a, p. 17) afirma que:

La primera explicación científica concisa sobre los procesos de las identidades de género pertenece, sin lugar a dudas, a la Teoría Freudiana sobre la constitución de la personalidad humana. Es justamente aquella que determina, a nuestro juicio, explícita o implícitamente las explicaciones actuales sobre la constitución de las identidades de los géneros masculino y femenino y la discusión sobre las diferencias y las relaciones de género, al lado de explicaciones indudablemente existencialistas.

Apesar de não mencionar o conceito de identidade de gênero, Freud destaca os papéis relacionados ao masculino e feminino que fundamentará outras teorias da

personalidade humana. Com base em elucidações existencialistas, estabeleceu as diferenças sexuais justificando as funções sociais de homens e mulheres.

Na teoria freudiana, encontramos as instâncias psíquicas para explicar a construção da personalidade humana: Id, Ego e Super-Ego. Para Radl-Phillipp, (1996a), a teoria freudiana permite a construção da personalidade humana levando em consideração as relações que o sujeito estabelece com o mundo exterior, ou seja:

Según el enfoque psicoanalítico que actúan en el desarrollo de la personalidad humana por un lado, las capacidades, deseos, necesidades, es decir, los impulsos propios del sujeto que de forma inalienable están presentes en el “Es”. Por otro lado están las exigencias sociales a las que el sujeto tiene que adaptarse y, en efecto, someterse, por cuyo motivo debe hacerlas suyas a través de las interiorizaciones que se efectúan durante el transcurso de la socialización primaria. El resultado final de este proceso consiste en haber conseguido el traslado de la instancia de control exterior al interior del ser humano, hecho que recoge la categoría Freudiana del ‘Über-Ich (el Super-Yo). La tercera instancia, Ich (Ego), es la que tiene que conciliar y lograr un equilibrio entre las exigencias discrepantes del ‘Ello’ y del Super-Yo (RADL-PHILIPP, 1996a, p. 20).

A instância psíquica do Id é configurada através do processo primário do princípio do prazer, de suas experiências em relação com suas necessidades básicas e a libido, ou seja, busca do bem-estar. O Super-Ego é o princípio da realidade, representado pelas normas sociais internalizadas para o controle do sujeito. O Ego representa a identidade do sujeito através da conciliação realizada entre o Id e Super-Ego (FREUD, 1974).

Freud (1974) enfatizou, nos seus estudos, a motivação sexual do ser humano. Vale ressaltar que a sexualidade não designava apenas o prazer centrado nos órgãos genitais, mas nas atividades presentes desde a infância por meio da satisfação de suas necessidades primárias.

Seu modelo de identidade sexual masculina, por meio do Complexo de Édipo, contribuiu como alicerce para elaboração do modelo de identidade sexual feminina, Complexo de Elektra⁶.

⁶ “O mito de Electra tem sido escolhido como tema por vários autores clássicos e modernos, fascinados pelos enigmas da feminilidade. Electra representa a problemática do desenvolvimento feminino mal sucedido, freqüentemente marcado por ciúmes, masoquismo, dramatização, rejeição da feminilidade e sexualidade freada” (HALBERSTADT-FREUD, 2006, p. 32).

Durante a fase do complexo de Édipo normal, encontramos a criança ternamente ligada ao genitor do sexo oposto, ao passo que o seu relacionamento com o seu próprio sexo é predominantemente hostil. No caso do menino, isso não é difícil de explicar. Seu primeiro objeto amoroso foi a mãe. Continua sendo, com a intensificação de seus desejos eróticos e sua compreensão interna mais profunda das relações entre pai e a mãe, o primeiro está fadado a ser seu rival (FREUD, 1974, p. 77).

No Complexo de Édipo, é necessário que o menino mantenha um vínculo afetivo com a mãe e posteriormente identificação com o pai. Freud (1974, p. 80-1) explica as diferenças no desenvolvimento da sexualidade entre meninos e meninas da seguinte forma:

No caso do homem, a mãe se torna para ele o primeiro objeto amoroso como resultado de alimentá-lo e de tomar conta dele, permanecendo assim até ser substituída por alguém que lhe assemelhe ou dela se derive. Também um primeiro objeto de uma mulher tem de ser a mãe; as condições primárias para uma escolha de objeto são naturalmente as mesmas para todas as crianças. Ao final do desenvolvimento dela, porém, seu pai – um homem – deveria ter-se tornado seu novo objeto amoroso.

Observamos a complexidade em relação ao desenvolvimento da sexualidade feminina, pois a menina é levada a duas alterações de comportamento: abandonar sua principal zona genital (clitóris) em favor da vagina e trocar seu objeto original (a mãe) pelo pai.

Radl-Philipp (1996a, p. 17) afirma que, “el deseo del niño de poseer a la madre le lleva a querer eliminar a su progenitor, pero el miedo a la eliminación propia, a la castración, es tan grande que ante esta situación opta por identificarse con el padre”. Essa identificação masculina contribui para a relação de hierarquia que é estabelecida na identidade de gênero masculina dentro da estrutura familiar subordinando a mulher a uma posição de inferioridade, pois a menina “tiene que aceptar la identificación con la madre, proyectando la posesión del símbolo fálico al futuro, cuando en edad adulta pueda tener a un hombre que se parezca y que tenga lo que tiene el padre” (RADL-PHILIPP, 1996a, p. 17-8).

Nesta perspectiva, a construção da Teoria Freudiana sobre o Complexo de Édipo está centrada em uma sociedade patriarcal, pois a identidade sexual feminina é estabelecida por meio valorativo da falta. A fantasia da castração leva a menina a identificar-se com sua mãe de forma negativa, culpando-a por sua imperfeição física.

“Ela reconhece o fato de sua castração, e, com ela, também a superioridade do homem e sua própria inferioridade” (FREUD, 1974, p. 82).

Com base no complexo de Édipo, Freud (1974) estabelece a teoria sobre as fases do desenvolvimento psíquico, diferenciando em fase pré-edipiana (fase anal); fase edipiana (começa na fase fálica) e pós-edipiana (a partir da fase fálica).

O complexo de Édipo não é considerado por Freud em uma perspectiva de caráter social, mas estabelecida pelo método científico-positivo com base na observação e associação livre das experiências primárias de meninos e meninas. Assim, o modelo freudiano de identidade sexual é apresentado como universal e determinista dos papéis de meninos e meninas.

Radl-Philipp (1996a) ressalta que esse pressuposto freudiano recebe inúmeras críticas teóricas, principalmente das correntes feministas, pois nessas relações de gênero verticais existem determinadas estruturas sociais que inferiorizam o papel da mulher.

3.3.2 As teorias interacionistas

A identidade baseada nos estudos das teorias interacionistas é apresentada em uma perspectiva da interação do eu com a sociedade. Para Hall (2006), é constituída com base nas diferenças determinantes das posições-de-sujeito nas práticas discursivas associadas nos grupos sociais. Afirmamos que o pessoal está inserido na dimensão social dos sujeitos, pois nos encontramos introduzidos em diversos grupos sociais que possibilitam a construção de nossa identidade nos quais desempenhamos papéis diversificados.

Percebemos a identidade como um produto da socialização do sujeito, em suas diferentes esferas como família, mundo do trabalho, igreja, dentre outras, estabelecendo seus papéis sociais de acordo com essas instituições.

Kaufmann (2004) afirma que, apesar do conceito de identidade estar em discussão desde a antiguidade, nas Ciências Sociais vem se consolidando recentemente como objeto de investigação.

Giddens (2002) tem como ponto central de sua teoria a reflexividade do **eu** conectado às mudanças pessoais e sociais inserido em uma sociedade marcada pela modernidade, estabelecendo a diferenciação com as culturas tradicionais em

que a identidade era assumida com base na coletividade em seus ritos de passagem.

Para Durkheim (1995), a individualidade não era considerada nas culturas tradicionais. Percebemos que as questões identitárias da modernidade e a diferenciação da divisão do trabalho entre homens e mulheres contribuíram para individualização do sujeito nas sociedades modernas.

A origem do conceito de identidade nas teorias interacionistas tem base nos estudos estabelecidos pelo filósofo George Herbert Mead (1863-1931) que difundiu em suas pesquisas as relações entre o *self* e a sociedade por meio do Behaviorismo Social⁷. Vale ressaltar que Mead fez parte da Escola de Chicago que possuía uma filosofia pragmática baseada nas orientações políticas reformistas, desenvolvendo o Behaviorismo Social, seguido mais tarde pelo Interacionismo Simbólico⁸ representado por Herbert Blumer.

Para Radl-Philipp (1996a, p. 23), o estudo de Mead,

parte expresamente del papel prioritario que tienen las interacciones sociales, eso es, las relaciones interpersonales, en la constitución de la personalidad humana. Este autor, explica el proceso de actuar en roles (role-taking) como un proceso durante el cual el sujeto tiene que asumir las expectativas sociales, pero ya durante las acciones de asunción de roles adapta y crea activamente estos mismos roles de acuerdo con sus necesidades y experiencias inalienables.

A ação social pode ser apresentada de forma imediata e recíproca de acordo com ação do sujeito, sem estabelecer regras fixas, mas baseada na ação de reconhecer e aceitar o processo de interação.

A problemática essencial de Mead reside na investigação das ações interpessoais. Para o estudioso, o indivíduo é um ser sociocultural e cada ato seu é um processo das experiências internas e que, ao mesmo tempo, constitui-se socialmente (FONTELA, 2002, p. 64).

Assim, os elementos, as normas e as experiências sociais concretas executam uma função decisiva na formação da personalidade do indivíduo, portanto,

⁷“A descrição de Mead do comportamento humano tem como dado principal o ato social, em termos não só de comportamento externo observável, mas também de atividade encoberta do ato. Essa descrição do comportamento feita por Mead foi denominada behaviorismo social”. (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 150).

⁸ “O grande disseminador, considerado também referencial desse pensamento foi Herbert Blumer (1900 - 1986). É ele quem designa à teoria o nome pela qual ela ficou conhecida - Interacionismo Simbólico. Ele usou o termo pela primeira vez em 1937 e “para muitos ele era o Interacionismo Simbólico”. Para Blumer, o ser humano conhece as coisas pelos seus significados e esses são criados e modificados pela interação social”. (SILVA, 2012, p. 75).

na formação das identidades de gênero marcadas pelas ações sociais e históricas concretas. “Corresponden estas condiciones tendencialmente a una estructura familiar em la cual el género masculino disfruta de un *status* privilegiado mediante su participación destacada en el mundo público y laboral (estructura patriarcal).” (RADL-PHILIPP, 1996b, p. 24).

Mead (1993) ao afirmar que possuímos um *self* constata um comportamento reflexivo estabelecido por meio das nossas ações sociais com base em outras pessoas, bem como a interação que estabelecemos sobre nós mesmos. Neste aspecto, a premissa básica é que a realidade social está amparada nas relações intersubjetivas e interpretativas nas quais as pessoas estão inseridas.

O autor afirma que a subjetividade do individuo está inserida nas relações sociais, apresentando o *self* de forma distinta e complementar por meio do eu e do mim. O Eu funciona como um mecanismo que nos possibilita a representação imaginativa de nós mesmos, sendo a consciência espontânea da individualidade. O Mim é configurado pela sociedade, pela noção de pertencimento a um grupo social que tem suas normas estabelecidas para serem seguidas. Assim, podemos observar o funcionamento da interação do Eu e do Mim:

El "mí" es un individuo convencional, habitual. Está siempre presente. Tiene que tener los hábitos, las reacciones que todos tienen; de lo contrario, el individuo no podría ser un miembro de la comunidad. La reacción del "yo" involucra adaptación, pero una adaptación que afecta, no sólo a la persona, sino también al medio social que ayuda a constituir a la persona; es decir: involucra un punto de vista de la evolución en el cual el individuo afecta a su propio medio al mismo tiempo que es afectado por este. La reacción del "yo" puede ser un proceso que involucre una degradación del estado social así como una integración superior (MEAD, 1993, p. 222).

Nesta perspectiva, percebemos que o progresso social implica na consciência que o indivíduo desenvolve na construção de si e na produção das transformações, nas adaptações e reconstruções sociais.

A partir da década de 1930, começa a ser delineada a teoria do interacionismo simbólico com base na teoria de Mead, cunhado pela interpretação de Herbert Blumer que enfatizava o **significado** como principal elemento para compreensão, interação e construção dos processos sociais do comportamento humano.

Blumer (1982) apresenta a linguagem como principal sistema de símbolos na ação social dos sujeitos para transformação e modificação dos significados, tendo como base para o interacionismo simbólico três premissas:

La primera es que el ser humano orienta sus actos hacia las cosas en función de lo que estas significan para él [...]. La segunda premisa es que el significado de estas cosas se deriva de, o surge como consecuencia de la interacción social que cada cual mantiene con su prójimo. La tercera es que los significados se manipulan y se modifican mediante un proceso interpretativo desarrollado por la persona al confrontarse con las cosas que va hallando a su paso (BLUMER, 1982, p. 2).

De acordo com essas premissas apontadas pelo autor, notamos a necessidade de estabelecermos um esquema analítico da sociedade, bem como com as interrelações firmadas por meio da conduta e das ações recíprocas e contínuas do ser humano. Ou seja, construímos nossos comportamentos ativamente mediante a nossa interação, sendo os significados reformulados de forma contínua ao longo de toda vida social.

Apontamos nas teorias interacionistas uma consolidação das identidades vinculadas aos grupos que o sujeito faz parte. Sendo assim, no Eu (interioridade) podem estar inseridos diversos 'mim' (exterioridade) que correspondem às representações simbólicas dos papéis vivenciados em cada um dos campos sociais.

O conceito de identidade como produto da socialização do sujeito também é encontrado nos estudos desenvolvidos por Goffman (1980), acreditando na existência de uma ordem social baseada nas microrrelações. A identidade é contextual, sendo reservado ao sujeito fazer uso do papel social de forma estratégica levando em consideração o ambiente em que está inserido. Ou seja, nesse processo, identificamos a mulher e o homem interagindo com diversas identidades dependendo do ambiente em que se encontram – na família, no trabalho, na igreja etc.

Para Goffman (1980, p. 29), os conceitos de interação e representação se fundem, pois representação é “toda a atividade de um indivíduo que se passa em um período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que exerça sobre estes algum tipo de influência”. O sujeito passa por um sistema classificatório de categorização dos papéis sociais que

desempenhará de acordo com os padrões e comportamentos normatizados nos espaços públicos, dando origem a sua identidade social.

Esse conceito de identidade social apresentado por Goffman (1980) possui duas vertentes: a identidade social virtual que é atribuída aos outros um sistema classificatório de categorização dos papéis sociais e a identidade social real referindo-se aos papéis com os quais nos identificamos.

A identidade como um processo de categorização social pode ser apresentada como,

un acto creativo y reflexivo que se conforma em cada situación concreta tanto en relación con las expectativas especiales, como con las distintas identidades de los respectivos participantes en estos actos. La identidad significa precisamente el esfuerzo de los sujetos para realizar acciones comunes, y se manifiesta cada vez de nuevo en las interrelaciones entre las necesidades y expectativas que aparecen en una situación dada, y las participaciones interactivas anteriores y posteriores (RADL-PHILIPP, 1996b, p. 111-12).

Neste prisma, notamos que, na contemporaneidade, homens e mulheres passam por um processo contínuo de reafirmação de suas identidades sociais, alimentadas nas interações das relações cotidianas e no contexto social.

3.3.3 As teorias psicológicas e psicossociais

Como observamos na teoria interacionista, a identidade está em constante transformação entre o mundo interior e exterior, ocorrendo mudanças contínuas nas relações sociais. Passamos a ser o que nos define, agora com base em nossas experiências anteriores e nos projetamos para aquilo que iremos nos transformar.

Na teoria da Psicanálise de Freud, apresentamos a formação da identidade do sujeito se dá a partir do Complexo de Édipo, percorrendo ainda o caminho da psicologia apresentamos Lacan, seguidor de Freud, que enfatiza a importância do simbólico e da linguagem na formação e desenvolvimento da identidade do sujeito.

Segundo Woodward (2012, p. 63):

A ênfase que Lacan coloca na linguagem como um sistema de significação é, neste caso, um elemento central. Ele privilegia o significante como aquele elemento que determina o curso do desenvolvimento do sujeito e a direção do seu desejo. A identidade é moldada e orientada externamente, como um efeito do significante e articulação do desejo.

Para Lacan, a criança inicialmente passa pela fase imaginária, período que ainda não consegue se perceber separado da mãe, sendo um corpo fragmentado devido à sua dependência neurofisiológica. Seus desejos são supridos pela figura materna, permanecendo como um segmento do corpo de sua mãe.

Este rompimento ocorre com o advento da linguagem, pois o sentimento de identidade passa a existir da internalização das visões exteriores que a pessoa possui de si mesma por meio da linguagem e reconhecimento simbólico.

Esse momento de constituição do eu mediante a sua identificação pelo outro ficou conhecido como Estádio do Espelho. “A criança reconhece sua imagem refletida, identifica-se com ela e torna-se consciente de que é um ser separado de sua mãe” (WOODWARD, 2012, p. 64). Nesta fase, a criança compreende o significado de subjetividade, vendo-se como um corpo independente. Para Lacan (1977, p. 98),

existe assim um contínuo processo de identificação, no qual buscamos criar alguma compreensão sobre nós próprios por meio de sistemas simbólicos e nos identificar com as formas pelas quais somos vistos por outros. Tendo, inicialmente, adotado uma identidade a partir do exterior do eu, continuamos a nos identificar com aquilo que queremos ser, mas aquilo que queremos ser está separado do eu, de forma que o eu está sempre dividido no seu próprio interior.

Esse contínuo processo de identificação nos dá uma visão ilusória de uma identidade unificada, mas significa a busca constante do sujeito de tornar-se inteiro novamente. “Basta compreender o Estádio do Espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1977, p. 100).

Na visão lacaniana, é na fase edípica que identificamos a presença da linguagem e dos processos simbólicos da figura paterna que contribuem para o rompimento das fantasias da criança relacionadas com a mãe como objeto de desejo, sendo reprimidos para o inconsciente.

Para David B. Lynn, a criança possui uma imagem distorcida do pai (RADL-PHILIPP, 2013). A dificuldade de identificação positiva da criança com o pai está no fato de ser uma figura ausente no ambiente familiar. Assim, para os meninos essa imagem distorcida por atitudes hipermasculinizadas explica a visão estereotipada da figura do homem construída com base em atitudes agressivas na primeira socialização.

Quanto a Eleonor Maccoly, Carol Jacklin e Nancy Chodorow insistem que a identidade dos filhos e filhas será formada a partir da boa conduta dos pais nas atividades e funções desenvolvidas, funcionando como modelos para serem seguidos (RADL-PHILIPP, 2013).

Para Santos (2006), todos os indivíduos convivem com dois tipos de identidade: identidade sexual que é caracterizada pelos fatores internos e privados, contribuindo para que o sujeito perceba enquanto masculino ou feminino; e a identidade de gênero formado pelos fatores públicos e sociais por meio em que é visto na sociedade, tendendo estar em consonância com o sexo biológico do sujeito.

Santos (2006, p. 66) apresenta uma diferenciação entre identidade de gênero e papéis de gênero, afirmando:

A identidade de gênero está intimamente relacionada às escolhas afetiva e sexual do indivíduo, mesmo não sendo condição para a orientação sexual. Assim, é possível encontrar sujeitos com identidade masculina ou identidade feminina, que não necessariamente pertencem a seu sexo biológico e que podem fazer escolha afetiva e sexual do sexo oposto ao seu. [...] O papel de gênero reflete as expectativas convencionais para comportamentos masculino e feminino, impostos pelo contexto social.

Na visão do autor supracitado, entendemos que a identidade de gênero perpassa pelas escolhas afetivas que o sujeito faz podendo ser considerado heterossexual, bissexual, homossexual, transexual, sem levar em consideração o sexo biológico. O papel de gênero está relacionado com as expectativas e ideias que a sociedade constrói, veladamente, sobre o comportamento de homens e mulheres, de meninos e meninas.

A complexidade das identificações das identidades e papeis de gênero estão apresentados com maior discursividade na contemporaneidade, tendo como desafio transcender os esquemas binários nos quais os sujeitos encontram-se aprisionados.

3.3.4 As teorias Feministas

A construção das teorias feministas, as posições e condições das mulheres têm sido discutidas na academia por diversas áreas e correntes de pensamentos. Tal fato tem proporcionado avanços na visibilidade da mulher em diversos âmbitos sociais, principalmente, no mundo do trabalho.

Percebemos os movimentos feministas como correntes de pensamentos que abordam questões sociais e políticas, vislumbrando os direitos das mulheres.

Para Radl Philipp (2011), não podemos apresentar o termo feminismo como um antônimo do termo machismo, visto que o conceito de feminismo é marcado por posições teórico-políticas alicerçadas nos direitos das mulheres e o machismo é marcado pela soberania do patriarcado no exercício do domínio masculino sobre as mulheres.

O desenvolvimento da multiplicidade das teorias feministas contribui para combater questões relacionadas com a ação patriarcal que prepondera nas sociedades ocidentais marcadas por abusos sexuais, violência, tráfico de mulheres, prostituição, má remuneração e direitos sociais negados.

Propomo-nos, nesta etapa do trabalho apresentar as teorias feministas da igualdade, desigualdade, pós-modernas e de Carol Gilligan, bem como suas principais percussoras.

3.3.4.1 *Teorias da Igualdade*

O feminismo representa um termo amplo com diversas correntes de pensamento. Diante desse movimento, percebemos, no contexto ocidental, a busca da mulher por sua liberdade, sendo a Revolução Francesa o berço do feminismo.

Assim, a idéia de um movimento feminista baseado no princípio de igualdade das mulheres é formulada com no final do século XVIII no contexto histórico inglês e francês.

Olympe de Gouges introduce esta vindicación en 1791 en su Declaración de los derechos de la mujer como ciudadana en el contexto francés, hecho que le comporta más tarde su terrible muerte en la guillotina a manos de sus correvolucionarios, como es bien sabido (RADL-PHILIPP, 2011, p. 181).

Na declaração supracitada, foram expressas as reivindicações dos direitos naturais da mulher no acesso ao poder legislativo, prestígio pertencente aos homens, visto que a sociedade vivenciava características patriarcais.

No século XIX, cristalizou-se primeira ação do movimento feminista com vista para a emancipação, igualdade de direitos, acesso à educação, inserção no mundo do trabalho por meio de profissões liberais e o direito ao voto no cenário inglês.

Os reflexos dos avanços foram apresentados mais tarde, entre as décadas de 1930 e 1940. Neste período, as reivindicações das mulheres de votar e concorrer a

eleições, acesso à educação e participação no mundo do trabalho tinham sido atingidas.

Com o advento da II Guerra Mundial aumenta a necessidade e valorização da participação da mulher no mundo do trabalho, pois os homens foram recrutados para fazerem parte dos pelotões de soldados para batalha. Mas essa valorização da mulher no mundo do trabalho permaneceu apenas no período da guerra, sendo reforçada a diferenciação de papéis de gênero com o retorno dos soldados. Dessa forma, volta a ser atribuído à mulher o espaço privado, espaço doméstico.

Uma das obras fundamentais dos aspectos político-sociais da teoria da Igualdade e que marca o feminismo contemporâneo é “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir. É um período histórico que marca a transição entre o primeiro movimento feminista – sufragista - para o segundo movimento de ostentação social – segunda onda⁹. Nele consta um tratado que defende a mulher independente e livre, denunciando as desigualdades sociais e sexuais.

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo de igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica cordialmente. (BEAUVOIR, 1980, p.14).

Beauvoir faz uma reflexão da situação de inferioridade que a mulher é tratada, mesmo quando esses direitos são atribuídos de forma abstrata. Reivindica a posição de uma mulher livre, reconhecida como sujeito.

Segundo Beauvoir (1980), a teoria da igualdade perpassa pelos ideais e valores do Iluminismo que reivindica a condição de liberdade e razão e da Revolução Francesa emanando a liberdade, igualdade e fraternidade. Desse modo, observamos os avanços realizados nas reflexões sobre a opressão da mulher na história.

Apresentou a mulher como protagonista de sua história, questionando sua identidade e papel na sociedade. Examina que nossa história era escrita apenas por homens na qual se colocavam como protagonistas, senhores de extrema

⁹ “Caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos, então, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer”.

superioridade, tendo seu espaço classificado como público, laboral e extradoméstico.

Para Beauvoir (1980, p. 97), a mulher estava “condenada a desempenhar o papel do outro, a mulher estava condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino”. Vale salientar que o espaço de superação e de liberdade concreta para mulher seria por meio do trabalho.

A teoria da igualdade defende que a mulher não pode ser aprisionada pela sua condição biológica atuando como uma máquina reprodutora da espécie, objeto sexual do marido e em uma situação opressora de dependência e servidão. Beauvoir (1980, p. 45-6) afirma que na vertente biológica:

A individualidade da fêmea é combatida pelo interesse da espécie. Ela aparece como possuída por forças estranhas, alienada. [...] Ao contrário, o macho encontra caminhos sempre mais diversos para despertar as forças de que se torna senhor; a fêmea sente cada vez mais a servidão. [...] A mulher, que é a mais individualizada das fêmeas, aparece também como a mais frágil, a que vive mais dramaticamente seu destino e que se distingue mais profundamente do macho.

A caracterização da servidão da mulher enquanto objeto sexual e reprodutor transcende a vertente biológica, pois os valores de uma sociedade são construídos dentro de um segmento histórico, político e social. “O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei” (BEAUVOIR, 1980, p. 98). Para mulher superar essa posição de alienação, é necessária uma equalização entre mulheres e homens dentro da esfera pública.

A identidade social da mulher e do homem é construída a partir dos papéis estabelecidos pela sociedade, funções que esperamos que sejam cumpridas de acordo com o sistema classificatório de valores destinados para cada sexo. Na cultura ocidental, existe a diferenciação do papel que deve ser desempenhado pelo homem e mulher:

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais se revela viril; nele os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com a sua feminilidade, porquanto se exige da “verdadeira mulher” que se torne objeto, que seja o Outro (BEAUVOIR, 1980, p. 308).

Percebemos que o campo de atuação de homens e mulheres está delimitado de acordo com suas características determinadas pela relação de gênero construída na sociedade.

Ainda buscando entender as diferenças entre homens e mulheres, os lugares sociais de pertencimento, mitos, destino biológico e a situação cultural, Beauvoir (1967, p. 09) afirma:

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam feminino. Somente a mediação de outrem pode construir um indivíduo como um Outro.

De acordo com a autora, o feminino e masculino são construídos pelas relações estabelecidas no interior das sociedades. A subordinação e opressão pelas quais a mulher passa configura-se de acordo com as características estabelecidas para a figura feminina: ser dócil, frágil, amorosa, delicada, além de suas principais funções de mãe e esposa.

Diante desse quadro, na teoria da igualdade é apresentado que a mulher só poderá romper com essa situação de servidão a partir de sua independência econômica. Para Beauvoir (1967, p. 449), “a mulher sustentada – esposa, cortesã – não se liberta do homem por ter na mão a cédula de voto. [...] ela continua adstrita à sua condição de vassala. Só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”.

Cada sociedade elabora os distintos significados dos papéis de gênero que serão atribuídos aos homens e mulheres. Depois de elaborá-los, nas relações sociais estabelecidas, serão legitimados por um processo de naturalização.

Encontramos na teoria da igualdade posições mais radicais quanto à liberdade da mulher. Segundo Radl-Philipp (2008, p. 12):

La postura más radical dentro del paradigma feminista de la igualdad corresponde indudablemente a la idea de Shulamit Firestone (1970). Esta teórica del feminismo piensa que solo con la ayuda total de la tecnología las mujeres llegaron a ser verdaderamente libres cuando ya no estén sometidas a los dictámenes de la función reproductiva maternal.

A autora idealiza que para mulher atingir sua liberdade necessita do auxílio da tecnologia no processo de reprodução da vida humana fora do útero, em tubo de ensaio. Assim, a mulher distanciará de sua função biológica da maternidade,

tornando-se livre igual ao homem. Vale salientar que, na atualidade, existem experimentos de produção de úteros artificiais para ajudar no tratamento de crianças que nascem prematuras.

A desvalorização do espaço doméstico em que a figura feminina foi aprisionada, ao longo da história, contribuiu no processo de naturalização da opressão da mulher. A intervenção da ação humana nas relações socioculturais e políticas engessam homens e mulheres nos processos de universalização dos papéis sexuais dentro das sociedades. Sendo assim, rigorosamente nascemos machos ou fêmeas, mas a nossa identidade é construída de acordo com a dimensão sociocultural e política.

3.3.4.2 Teorias da Diferença

Apresentamos aqui, as questões e conexões que estão presentes na teoria feminista da diferença. De acordo com as fontes teóricas que trabalhamos, Luce Irigaray, nascida na Bélgica, em 1930, é filósofa, psicanalista e linguista e considerada a precursora da teoria da diferença, contrapondo-se à genealogia da feminilidade.

La publicación de la obra *Speculum* (“*espéculo*”) de Luce Irigaray en 1974 constituye el punto y a parte de una nueva visión feminista apoyada en una *Genealogía de la Feminidad*. Esta teórica introduce con sus reflexiones una postura teórico-feminista de la diferencia con lo cual se convierte epistemológicamente hablando, en la autora más importante de la postura feminista de la diferencia. (RADL-PHILIPP, 2008, p. 14).

Como representante maior da teoria da diferença, introduz a noção de diferença sexual sendo a questão mais relevante para compreendermos as identidades, considerando a sexualidade como ponto de distanciamento entre homens e mulheres devido às suas especificidades.

Irigaray (1992) realiza uma exposição do seu pensamento sobre a formação do feminismo pós-moderno, acreditando na necessidade de uma ruptura com o pensamento ocidental centrado nas questões valorativas patriarcais. “La visión masculina – androcéntrica, gobierna *lo Otro* con su impulso de medir, delimitar, definir”. (RADL-PHILIPP, 2008, p. 14).

A visão androcêntrica está impregnada de conceitos falocêntricos que distanciam as mulheres de serem conhecidas e representadas na sociedade. É necessário que ocorra uma ruptura dessa posição opressora por meio do reconhecimento da sexualidade, das diferenças genitais e libidinais.

Percebemos que a teoria da diferença defende que a mulher só conseguirá atingir sua liberdade e autonomia do sistema de dominação falocêntrico por meio da afirmação de suas diferenças e direitos sexuais. Ou seja, é evidente a necessidade de novas identidades para classificarmos homens e mulheres de acordo com seus direitos sexuais.

Para Irigaray (1992, p. 13):

La diferencia sexual es imprescindible para el mantenimiento de nuestra especie, y no sólo por ser el lugar de la procreación, sino también por residir en ella la regeneración de la vida. Los sexos se regeneran uno a otro, al margen de la reproducción. Además se corre el riesgo de debilitar la vida de la especie al reducir la diferencia sexual como genealogía.

Ao contrário da teoria da igualdade, Irigaray estabelece a importância de apresentarmos as diferenças sexuais entre homens e mulheres, porém sem reduzi-las à genealogia, ao sistema de reprodução humana, ao modelo masculino de igualdade e de equalização das mulheres.

Com base na teoria da diferença, não podemos defender a existência de uma simetria entre masculino e feminino. A exploração e opressão da mulher existem em virtude das diferenças sexuais e só por meio delas serão resolvidas, criando novas formas culturais, valorativas e positivas, para as mulheres.

La regresión de la cultura sexual va acompañada del establecimiento de unos valores diferentes, pretendidamente universales, que, sin embargo, se manifiestan como el dominio de una parte de la humanidad sobre la otra, en este caso, del mundo de los hombres sobre el de las mujeres. Tal injusticia social y cultural, que nuestra época pretende desconocer, necesita ser interpretada y modificada con el fin de liberar nuestras potencias subjetivas en los sistemas de intercambio, los medios de comunicación y creación (IRIGARAY, 1992, p. 14).

Vivemos sobre o governo de valores universais que beneficiam aos homens, sistema genealógico exclusivamente masculino. No sistema falocêntrico predomina uma posição dissimétrica entre homens e mulheres. Para as feministas da diferença não existe uma relação recíproca entre mulher/homem, reclamando os

direitos jurídicos específicos relacionados com a identidade feminina. Assim, Luce Irigaray:

Denuncia una y otra vez el abuso que tolera la sociedad moderna de las mujeres y niños en la publicidad, la prostitución, la pornografía y en el mundo económico en general. Está a favor de una legalidad civil en materia de *derechos femeninos* en cuanto a los procesos de violación, incesto, prostitución involuntaria etc. poniendo de relieve que no se trataría de una acusación individual, si no de una social. La sociedad ha de acusar y garantizar los derechos a las mujeres (RADL-PHILIPP, 2008, p. 15).

A mulher é vista como o outro nas culturas das sociedades patriarcais, partindo de uma visão hierárquica entre homens e mulheres, sendo a sexualidade pensada de acordo com os parâmetros e valores masculinos, em um sistema universal e de repetições miméticas. Assim, de acordo com a teoria feminista da diferença, a sexualidade da mulher deve ser vista como múltipla e indivisível, tendo seus direitos sexuais garantidos (IRIGARAY, 1992).

Para que a diferença sexual transcenda a visão falocêntrica de submissão e subordinação ao homem, é necessária uma revolução nos valores éticos e culturais, interpretando como as relações são estabelecidas entre os sujeitos, os discursos e o mundo.

Los sujetos no son idénticos ni iguales, y no conviene que lo sean. Particularmente, en el caso de los sexos. Se impone, por tanto, comprender y modificar los instrumentos socio-culturales que regulan los derechos subjetivos e objetivos. Una justicia social, claramente sexual, no puede realizar-se sin transformaciones en las leyes de la lengua y de los conceptos de verdad y valor que organizan el orden social (IRIGARAY, 1992, p. 17).

De acordo com a autora, só por meio das diferenças dos sexos poderemos compreender as relações de semelhança, equivalência e até mesmo de identidade, distanciando-nos da visão opositora ou da dicotomia. Rompe com a tradição fálica freudiana – que caracteriza a mulher pela ausência do pênis - e com as questões relacionadas com a representação do corpo feminino.

Irigaray (1992) defende o direito à dignidade humana para homens e mulheres, reconhecendo efetivamente os valores diferenciais de cada sexo necessário para a sobrevivência da espécie humana.

Afirma que no discurso sexuado da linguagem, a língua também proporciona a existência de regras fundamentais que dão conotações de propriedades sexuais dentro da sociedade.

Las diferencias entre el discurso masculino y femenino son, pues, producto de la lengua y de la sociedad, de la sociedad y de la lengua. Una no puede cambiar sin la otra. [...] Sin renunciar a poner en palabras la diferencia sexual, es conveniente que las mujeres sean más capaces de situarse a sí mismas como un yo, yo-ellas, de representarse como sujetos y hablar con otras mujeres. Esto requiere una evolución de la subjetividad y un cambio en las reglas de la lengua, que contribuyen a hacer visible y claro para las mujeres. (IRIGARAY, 1992, p. 30).

Percebemos que sua proposta é manter a sexualidade dentro dos parâmetros da linguagem, porém com as adequações necessárias entre língua, sociedade e cultura. Devemos analisar, também, os aspectos relacionados aos períodos históricos em que a linguagem foi estabelecida. As mudanças, as evoluções de cada período histórico devem refletir na linguagem, não resistindo às transformações “que tanto mujeres y hombres porta en su conducta individual, social y formal de relacionarse” (IRIGARAY, 1992, p. 89).

A linguagem perpassa todos os segmentos da vida das pessoas, modifica-se com o tempo e evolui a partir da dinâmica social e das transformações sócio-históricas que resignificam conceitos, comportamentos, valores e relacionamentos interpessoais.

3.3.4.3 *Teorias Pós-modernas*

Nesta etapa, nos propomos a perceber o pensamento pós-moderno sobre as teorias feministas e as influências do contexto histórico e sócio-cultural, uma vez que o período moderno foi marcado pelas tradições e supremacia ocidental. A cultura feminista modernista estava baseada nas relações patriarcais, enquanto a pós-moderna na multiplicidade das identidades numa perspectiva do pós-modernismo, ciberfeminismo e da teoria da desconstrução. Assim, “tanto las corrientes teóricas de la deconstrucción, las cibernéticas y las teorías queer como enfoque teórico del posmodernismo se consideran en sí corrientes críticas” (RADL-PHILIPP, 2008, p. 16).

Segundo Radl-Philipp (2008), os campos das teorias feministas ganham novas proporções a partir dos anos 1980, do século XX, com o movimento pós-modernista baseado no livro de Françoise Lyotard, dando um significado científico-social e filosófico. Nele é proclamado o fim das teorias de metanarrativas e reducionistas, trabalhando na construção de um suporte teórico que engloba toda a história e o sujeito em sua relação com o mundo.

Os pós-modernistas protestam contra as diferenças de gênero como um mecanismo de domínio social e universal das identidades, apostando no fim dos mitos e das grandes histórias, ou seja, das utopias que governavam o mundo moderno. Questionam os conceitos universais, a razão, a ciência em si mesma, a história construída e apresentada de forma linear que servia como verdade única.

As feministas pós-modernas acreditam no erro cometido nos discursos modernos em que apresentavam a unicidade da identidade feminina, os princípios essencialistas das mulheres brancas, da heterossexualidade, burguesa e ocidental. Discutem a necessidade de abandonar a categoria mulher com o objetivo de recriar as experiências humanas, nas quais as diferenças de classe, sexo, cultura, etnia e *status* econômico sejam considerados.

Encontramos inseridas diversas vertentes de pensamento, mas vale ressaltar que todas correntes teóricas feministas criticam a universalidade, a ciência masculina, a racionalidade, as práticas, os valores e a construção do conhecimento que acompanham os discursos totalizadores, apoiando os discursos que postulam pela diversidade.

Os postulados feministas pós-modernos dão ênfase à diversidade, abordando a multiplicidade de identidades e as relações de poder. É necessária uma resignificação do mundo masculino, sendo vista como positiva pode ser classificada libertadora para homens e mulheres. Assim, deve ser rompido o pensamento binário para não cairmos no processo de subordinação da mulher na sociedade.

Segundo Radl-Philipp (2008, p. 15), a pós-modernidade é marcada pela teoria da desconstrução, tendo como principal representante Judith Butler, “cuyos aportaciones teóricas han evolucionado hacia una postura deconstructiva – lós de tipo cibernético y de teoría *queer*”.

Butler (2013) declara que as questões de gênero sempre existiram e não seria um ponto detectado apenas nos movimentos feministas. Desta forma, podemos afirmar que os gêneros são significados assumidos culturalmente pelo

corpo sexuado “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de homens aplique-se exclusivamente a corpos masculinos ou que o termo mulheres interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2013, p. 24).

Com base nesta visão de gênero, observamos que o sexo é uma categoria de um sistema classificatório produzido para os interesses da construção dos modelos heterossexuais e de reprodução (RADL-PHILIPP, 2008).

Neste caso, a conceituação de sexo passa a ser um ato performático de dominação, instituído por uma realidade político-social e o gênero uma construção social que perpassa por geração no tempo/espaço.

O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (BUTLER, 2013, p. 200).

Ao desconstruirmos o gênero, contribuimos para a desconstrução do binarismo ancorado no gênero. Para Butler (2013, p. 25), “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma”.

A performatividade do gênero inclui movimentos, gestos e estilos que se propagam sobre o corpo, contribuindo para ilusão da formação de um Eu. Butler (1999) afirma que o corpo faz parte da identidade de gênero, sendo assim, as transformações que fazemos em nosso corpo fará parte de nossa identidade. São as repetições performáticas que possibilitam as repetições subversivas e transformadoras assumidas como norma do gênero.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há

razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (BUTLER, 2013, p. 24).

É no corpo que encontramos as possibilidades de materialização do gênero. Quando ocorre a resistência do corpo sobre as intenções e normas sociais de materialização é que “somos dirigidos por aquilo que não conhecemos e não podemos conhecer e esta pulsão é precisamente o que não se reduz à biologia e nem à cultura, mas sempre o lugar de sua densa convergência” (BUTLER, 2013, p.15).

De acordo com a tradição cultural da modernidade, ainda vivenciamos a constituição de identidades masculinas e femininas enraizadas nos sistemas classificatórios e reguladores do gênero em uma perspectiva heterossexual compulsória. Por outro lado, Butler (2013) defende que se os atributos e atos do gênero produzem atos performáticos, então não há identidade de gênero fixa, unitária.

Outro conceito que faz parte da pós-modernidade é a teoria *queer*, representando uma vertente dos movimentos homossexuais que significa posicionar contra o processo de normalização do gênero heterossexual na sociedade. Esse movimento pode ser visto como transgressor e perturbador, uma diferença que não queremos tolerar, nem tão pouco que seja assimilado no meio social.

O movimento *queer*, em termos teóricos, surge como um impulso crítico, sendo cristalizado na década de 1980, relacionado com os novos movimentos sociais. De acordo com Miskolci (2013, p. 24), o termo *queer* significa “um xingamento, um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria”. Esse termo está ligado ao movimento *gay* e lésbico mais radical que criticava os princípios de sua luta política.

Os movimentos *gays* e lésbicos também tiveram suas diferenciações sócio-políticas e teóricas. Segundo Miskolci (2013, p. 25):

O antigo movimento homossexual denunciava a heterossexualidade como sendo compulsório, o que podia ser também compreendido como uma defesa da homossexualidade. O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até *gays* e lésbicas normatizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o

gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo.

Portanto, o movimento *queer* combate os valores violentos entre os que são aceitos e rejeitados socialmente, contra as humilhações, injustiças e desprezo coletivo daqueles que são excluídos por suas opções sexuais.

A teoria *queer* está ligada ao pensamento ocidental contemporâneo que problematizam as noções de identidade, sujeito coerente, racional e unificado, uma vez que as teorias psíquicas formulam sobre a existência do inconsciente. Freud (1974) afirma que o indivíduo quando ignora seus próprios desejos e não pode controlar suas lembranças deixa de ser o todo unificado.

Vivemos entre os múltiplos discursos criados para classificar a sexualidade – o que é permitido e proibido enquanto sujeitos sociais – mas também, nesta mesma sociedade, são configurados os mecanismos de controles.

Foucault (1993, p. 48) acentua o discurso sobre a proliferação e dispersão dos conceitos de sexualidade, pois

assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas sobretudo – e é esse o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apóie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas.

Butler (1999, p. 154), como uma das representantes da teoria *queer*, reafirma o papel discursivo da sexualidade, construindo novos conceitos sobre sexo e gênero, materializando normas reguladoras do sexo dos sujeitos, mas deixa claro que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”.

Outro aspecto presente no contexto histórico pós-moderno são os meios midiáticos e tecnológicos de comunicação e informação. Esses mecanismos incidem em transformações sem limites na vida dos sujeitos e nas diversas sociedades. Para Radl-Philipp (2012, p. 22),

[...] parece evidente que el uso tecnológico tiene impactos determinantes en las identidades de género de nuestros jóvenes, refuerza y diferencia características diferenciadas que aparecen como definidoras a nivel empírico incluso en los momentos para las identidades de género femenino y masculino.

Os jogos, as redes sociais, os níveis de informações que são transmitidos ocorrem de forma rápida e interativa entre os sujeitos, contribuindo para a formação das identidades de gênero.

Para identificarmos a teoria feminista, de acordo com o uso tecnológico, usamos o termo ciberfeminismo que foi introduzido por Donna Haraway, em 1987. Esse termo “propone a las mujeres una nueva identidad basada en la tecnología como seres híbridos y quimeras” (RADL-PHILIPP, 2012, p. 23), com uma visão positiva das redes para novas identidades de mulheres e gênero.

Haraway (1994, p. 244) define *cyborg* como:

um organismo cibernético híbrido; é uma máquina e organismo, uma criatura ligada não só à realidade social como à ficção. [...] O *cyborg* é um tipo de ficção e experiência vivida que muda aquilo que foi estabelecido como experiência feminina. [...] o *cyborg* é nossa antologia, determina a nossa política. O *cyborg* é uma imagem condensada da imaginação e da realidade material, tendo dois centros interligados para estruturar qualquer possibilidade de transformação histórica.

Com o ciberfeminismo percebemos que não existe mais distinção entre o privado e o público, distanciando os conceitos de natureza ligados ao mundo ocidental. As fronteiras violadas entre o que pode ser público e privado deixam de existir, cedendo lugar a intensificação global das redes sociais e as identidades encontradas submergidas em diversos conteúdos políticos e sociais.

As visões reducionistas das diversas categorias sociais ganham maior ênfase e visibilidade por meio das redes sociais. Haraway (1994, p. 252) criticava essas visões reducionistas afirmando que:

a categoria “mulher” negava todas as mulheres não brancas, “negros” todas as pessoas não negras, assim como todas as mulheres negras. Mas não havia nenhuma “ela”, nenhuma singularidade, mas um mar de diferenças entre as mulheres.

Essas identidades excluídas persistem travando uma luta ideológica no sentido de promover suas próprias tendências políticas, distanciadas das matrizes naturalistas de unidade.

A situação real da mulher na contemporaneidade e de sua integração com os campos de trabalho, comunicação e família estão atreladas à dominação da informática, reforçando as novas relações sociais no mundo globalizado. Assim, “as tecnologias de comunicação e as biotecnologias são os instrumentos cruciais no readestramento de nossos corpos” (HARAWAY, 1994, p. 262).

As novas tecnologias têm efeito sobre as formas de produção e desenvolvimento humano,

afetam as relações sociais tanto no aspecto da sexualidade quanto no da reprodução, e nem sempre da mesma maneira. [...] Sexo, sexualidade e reprodução representam atores centrais em sistemas míticos de alta tecnologia que estruturam nosso imaginário de possibilidades pessoais e sociais. (HARAWAY, 1994, p. 269).

Nas relações sociais estão imbricadas as novas tecnologias que exercem no imaginário do sujeito dominação, podendo funcionar de forma positiva ou negativa. “Não existe um esforço nos *cyborgs* para produzir uma teoria total, mas há uma íntima experiência das fronteiras, sua construção e desconstrução” (HARAWAY, 1994, p. 282).

Percebemos que, na teoria ciberfeminista, não existe uma produção da teoria universal, bem como uma visão dualista para explicarmos nossos corpos enquanto um sujeito preso no gênero masculino e feminino.

3.3.4.4 A Teoria de Carol Gilligan

O desenvolvimento de uma abordagem feminina sobre o cuidado de si, a ética e o sujeito moral advém de uma luta ideológica desenvolvida a partir do século XX, tendo sua literatura representada por autoras como Carol Gilligan, Nel Noddings, Martha Nussbaum, Josefina McDonough, dentre outras (RADL-PHILLIPP, 2012).

Tendo como ponto de partida dos seus estudos, Carol Gilligan (1982), feminista americana, defendia a moral do cuidado de si, sendo uma de suas principais obras **Uma voz diferente**. Nesta obra, a autora apresenta as diferenças de gênero entre homens e mulheres nas orientações morais, bem como as normas, valores e critérios estabelecidos como parâmetros das sociedades.

Gilligan (1982) analisava o desenvolvimento cognitivo amparada nos estudos de Kohlberg, confirmando a orientação moral do cuidado como característico do coletivo das mulheres.

A autora apresentava duas vertentes para compreensão da moral: a masculina que é a voz da moralidade que predomina na história da humanidade e a feminina que é a voz diferente. A voz da moralidade masculina está baseada na

noção que o sujeito tem de justiça, direitos e normas universais. A voz diferente aponta o cuidado nas decisões morais, baseando-se diversos modos de vivenciar o problema e nas conexões sociais. Diante desse quadro, compreendemos que mulheres e homens possuem vertentes diferenciadas ao tratar com as questões morais (GILLIGAN, 1982).

Para Gilligan (1982), a voz diferente da moralidade permaneceu silenciada, por longo tempo em nossa sociedade, em virtude de pertencermos a um modelo estrutural patriarcal e opressor, considerando a mulher um modelo inferior para ser ouvido ou seguido. Essa visão de mundo patriarcal está amparada por crenças, valores e atitudes hierarquizados e dualistas, na qual o homem tem o poder racional, tornando-se superior às mulheres que são seres frágeis e sentimentais.

A voz de moralidade masculina centra nos princípios básicos, tendo como uma orientação de justiça nas sociedades ocidentais. Por outro lado, a voz diferente acredita que o sujeito deve ter responsabilidade uns com os outros, sendo “o desejo de não magoar outros e a esperança de que na moralidade reside o modo de solucionar conflitos de modo que ninguém se magoe” (GILLIGAN, 1982, p. 76).

Em sua teoria da moral feminista, Gilligan (1982) estabelece a necessidade da mulher reivindicar seu espaço na sociedade, por uma racionalidade contextualizada no sentimento de conexão e de cuidado com o outro, diferenciada das teorias modernas de moralidade estabelecidas pela vertente que tem como observador e escritor o homem. Pois, “quando as mulheres se sentem excluídas da participação direta na sociedade, vêem-se como sujeitas a um consenso ou julgamento dito e imposto pelos homens de cujo apoio e proteção dependem e cujos nomes são conhecidos” (GILLIGAN, 1982, p. 77).

Segundo Radl-Philipp (2013), a autora americana encontrou dados por meio de um estudo realizado com homens, demonstrando que a maioria deles atinge apenas a orientação moral de justiça. Este estado é conceituado por Kohlberg como de uma racionalidade instrumental-universal. Em relação às mulheres, são mais inclinadas para o trabalho de socialização e educação humana, sendo reflexo de suas ações deixarem para trás questões relacionadas a uma carreira profissional.

Gilligan (1982) sustenta a tese de que, na sociedade patriarcal, o homem encontra-se no topo da hierarquia social, pois seus valores e normas estão baseados no dualismo da relação de gênero. Defende uma sociedade em que

homens e mulheres possam exercer suas diferentes vozes morais, sua autonomia e cuidado com o outro, concebendo sua teoria do desenvolvimento moral humano.

A autora considera a necessidade de uma simetria nas relações de poder estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres, implicando no reconhecimento de uma complementaridade entre a voz da moral masculina e a voz diferente feminina. Desta forma, Gilligan (1982, p. 100) reconhece que homens e mulheres,

ao longo de seu desenvolvimento moral podem pensar a ética a partir de perspectivas diferentes, defendendo o alcance da maturidade moral que ocorre quando os indivíduos percebem a complementaridade existente entre suas perspectivas e a possibilidade de conciliá-las.

Entendemos que a voz da moralidade masculina que indica o respeito dos direitos dos outros e a voz diferente feminina responsável pelo cuidado com o outro devem ser complementares, proporcionando a homens e mulheres atingirem a maturidade moral. Essa complementaridade significa a necessidade da voz feminina ser ouvida, inserindo as mulheres nas relações sociais que resultaria na simetria das relações de poder entre homens e mulheres.

O reconhecimento da existência desse dualismo permitiria ao sujeito negar a relação de dominação entre homens e mulheres. Destarte, é preciso respeitar o raciocínio feminino sem torná-lo único, mas possibilitando as reformulações éticas e o cuidado com o outro, bem como respeitar o eu masculino.

4 MEMÓRIA, MULHER E MUNDO DO TRABALHO

A proposta desta seção é apresentarmos o nosso objeto de estudo realizando uma retrospectiva histórica sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho. Nesse sentido, traçamos um panorama do pensamento feminista que está imbricado nos estudos da memória e das relações entre mulher e gênero no mundo do trabalho, bem como suas dificuldades e lutas por igualdade salarial.

Ao nos depararmos com a temática memória, percebemos que a sua dimensão conceitual não pode ser apresentada de maneira superficial, nem tão pouco podemos simplificá-la a um mero ato mental. Vale salientar que os conceitos de memória perpassam por diversas áreas de conhecimento, desde os fenômenos neuropsicológicos até os aspectos sociológicos.

Utilizamos os quadros da memória para percebermos como as mulheres encontram-se, na contemporaneidade, inseridos em lugares identificados como espaços masculinos. Sendo assim, optamos por apresentar como principal representante, dos estudos da memória, Halbwachs (1877-1945), pois acreditamos, com base em sua teoria, utilizamos como suporte os quadros da memória relacionados ao nosso objeto de estudo da tese.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES SOCIOLÓGICAS DE HALBWACHS

Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês que se destacou por sua obra célebre ao estabelecer o conceito de **Memória Coletiva**, extraído das anotações deixadas pelo autor. Sua primeira formação foi em Filosofia, período em que foi aluno de Henri Bergson¹⁰ (1859-1941) de quem recebeu forte influência em sua formação inicial. Sua segunda formação foi em Sociologia, rompendo com a filosofia para vivenciar a construção de novas bases ideológicas, sendo discípulo de Émile Durkheim (1858-1917).

¹⁰ Foi um influente filósofo francês do século XX, tendo como base o método intuitivo que conduziu a uma reflexão sobre a duração do tempo, apreensão do sujeito à condição imediata do tempo, do apreender a si mesmo por meio da subjetividade. Bergson (2011) apresentou em seu livro **Matéria e Memória** a idéia de matéria e a relação da memória com as imagens, sendo o corpo responsável pela percepção que temos do universo e as imagens provenientes da rememoração futura.

Durkheim (1995), ao estabelecer a Sociologia como uma ciência, distanciou-se da visão filosófica da autonomia individual. Apresentou, em seus ensaios, o conceito de representações coletivas¹¹ que serviu de base para Halbwachs (2004) desenvolver o fundamento da memória coletiva.

As ideias sobre memória apresentadas por Halbwachs (2004) surgem em um período marcado por fortes tendências positivistas e cientificistas que valorizavam a relação estabelecida entre mente e corpo. Sua contribuição para combater essa vertente cientificista centrou-se na introdução do conceito de memória nas ciências sociais.

Em **Los marcos sociales de la memoria**, validou a importância dos contextos sociais para a construção da memória, buscando explicar o processo de rememoração baseado no campo social (HALBWACHS, 1994). Parte do pressuposto que as nossas lembranças sobrevivem dentro do grupo que fazemos parte por meio dos objetos, lugares e pontos de referência. Assim,

cuando evocamos un recuerdo, y cuando necesitamos ubicarlo, es decir, en suma, cuando concluida, a veces se dice que dosificamos para aquellos a su alrededor: es en realidad, porque otros recuerdos en relación a estas subexisten a nuestro alrededor, en los seres pertenecientes al medio que vivimos, el tiempo, naciones, historias, geográficas, biográficas, políticas, datos actuales y maneras de ver familiares, todo lo que no estaba empezando, sino un esquema vacío de un acontecimiento pasado y que estamos en condiciones de determinar con una posición creciente (HALBWACHS, 1994, p. 55-5).

Dessa forma, rememorar significa compartilharmos nossas experiências mediadas por grupos sociais que fazemos parte, localizando, reconhecendo e construindo-a a partir de uma coletividade. Podemos afirmar que os quadros sociais da memória ajustam o comportamento humano sobre o que devemos lembrar ou esquecer. Estão presentes nas narrativas, imagens, bem como nos objetos materiais e instituições que proporcionam ao grupo vínculos de solidariedade necessários à união das sociedades (HALBWACHS, 1994).

Deparando com esse vínculo de solidariedade entre os grupos, evidenciamos que a memória apresenta uma estrutura de identidade que aproxima ou distancia um sujeito de um grupo.

¹¹ As representações coletivas “são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo também; para fazê-las, uma multiplicidade de espíritos diversos associaram, misturaram e combinaram suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí sua experiência e sua sabedoria”. (DURKHEIM, 1995, p. 157).

Ao apontarmos o marco familiar como exemplo dessa solidariedade, podemos afirmar:

Son caras y hechos que se instalan como puntos de referencia; pero cada uno de esos rostros expresa toda una personalidad, cada uno de estos hechos resume todo un período de la vida del grupo; Ambas son imágenes y nociones. Toda nuestra reflexión se dirige a ellos; todo sucederá sin duda, como si retomamos contacto con el pasado. Pero eso quiere decir, solamente, que a partir de nuestros marcos nos sentimos capaces de reconstruir la imagen de las personas y de los hechos (HALBWACHS, 1994, p. 184).

Assim, rememoramos fatos ocorridos em nossa infância com nossos familiares, situações do nosso contexto profissional entre nossos colegas de trabalho, dentre outras situações que proporcionam ao indivíduo a inserção em um grupo subsidiados pelos quadros sociais da memória.

Os quadros sociais da memória contribuem para estimular a rememoração no presente, bem como, localizar em momentos passados fatos que o presente necessitou, articulando situações passadas no presente, perpassando por um processo de seletividade do que o homem e a mulher querem lembrar. Essa seletividade evidencia:

Não é o passado todo inteiro que exerce sobre nós uma pressão com vista a penetrar em nossa consciência. Não é mais a série cronológica dos estados passados que reproduziria exatamente os acontecimentos antigos, mas são aqueles únicos entre eles que correspondem a nossas preocupações atuais que podem reaparecer. A razão de sua reaparição não está neles, mas na sua relação às idéias e percepções de hoje: não é pois deles que partimos mas dessas relações (HALBWACHS, 2004, p.141).

Assim, evocamos imagens sensíveis relacionadas com o grupo que pertencemos, constituídas de representações e pela própria memória do grupo. Nossa memória individual torna-se cada vez mais coletiva quando mantemos relações maiores com integrantes do mesmo grupo onde se dá a relação de pertencimento.

A memória individual pode ser classificada como um ponto de vista da memória coletiva, sendo os fatos de domínio comum de um grupo.

Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para o outro, aquele que eu compunha com esse arquétipo, além deste, com aqueles, dos quais ele era interprete junto a mim [...]. Para melhor me recordar, eu

me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda o impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles (HALBWACHS, 2004, p. 31).

Destacamos, então, que para o homem pertencer a um grupo deve existir um elo que é a afetividade estabelecida pela duração da convivência, sendo que as lembranças vividas por um grupo têm maior significação do que as individualizadas. Assim, temos que compartilhar dos fatos para reconstruirmos um acontecimento passado, obtendo a lembrança.

Essa forma de guardarmos as lembranças, de dispormos das imagens-lembranças vividas ou a forma que organizamos internamente nossas memórias é reconhecida como memória individual, ou seja, os detalhes, as imagens, bem como os cenários fazem parte da subjetividade da vivência individual, inserida na memória coletiva. Nesse processo, a memória individual é influenciada pela memória coletiva, pois

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2004, p. 72).

Percebemos que as duas memórias se interpenetram, sendo que a memória individual assimila as contribuições externas oferecidas pela memória coletiva.

Maurice Halbwachs (1994) afirma que o pensamento social não é abstrato, pois os grupos e as pessoas existem por meio de uma lembrança da sociedade. Sendo assim, as lembranças consideradas significativas para uma sociedade são vistas fazendo parte de um sistema de ideias, não bastando apenas à imagem para lembrarmos.

Todo fato histórico pertencente à memória se transforma em símbolo, recebendo um determinado significado e transformando as tradições em idéias atuais. Desta forma, todo conjunto de lembranças coletivas são reconstruídas tendo como mecanismo o sistema de estímulos atuais (HALBWACHS, 1994).

De acordo com Halbwachs (1994, p. 296), ao pensarmos o passado, localizamos no presente. Não há “idea social que no es un recuerdo de la sociedad”.

Quanto à materialização da memória, identificamos por meio da linguagem, sendo a condição do pensamento coletivo. Segundo Montesperelli (2004, p. 17) “esta relação entre linguagem e pensamento, as mudanças do primeiro pode repercutir na esfera do segundo, nas modalidades de organização da memória sobre as expressões de uma cultura”. Nesse caso, a imagem evidencia uma condição social da memória considerada individual e a linguagem pertencente às lembranças que os homens têm em comum. “Los hombres viven en sociedad usando palabras que pueden entender el significado; es el estado de pensamiento colectivo” (HALBWACHS, 1994, p. 279).

Assim, a memória coletiva é formada a partir dos acontecimentos evidenciados por meio dos quadros sociais utilizados para rememorar o passado de um grupo.

É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de ponto de referência nesta reconstrução que chamamos de memória (HALBWACHS, 2004, p. 10).

O passado se instaura por um processo de perpetuação no presente por meio da constante atualização, sendo o homem um instrumento depositário das lembranças apreendidas na história vivida na perspectiva coletiva.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2004, p.30).

O autor diferenciou memória coletiva de história, apresentando a história como fatos que ressurgem do passado por meio de signos produzidos, representações, formas escritas e sistematizadas durante o tempo que por ele não foi vivenciado.

Ao mesmo tempo, sei muito bem que não posso ter sido testemunha do acontecimento em si: ateno-me aqui às palavras que li ou escutei, signos reproduzidos através dos tempos, que são tudo que me chega do passado. O mesmo acontece com todos os fatos históricos que conhecemos. [...] A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas (HALBWACHS, 2004, p. 73).

É um passado que recebemos de forma mecânica e materializada sinteticamente, já reproduzida e interpretada que passa a fazer parte de nossa memória. A história é o fato e ela passa, mas a memória continua presente nas pessoas que vivenciaram o acontecimento. Assim,

nossa memória não se apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (HALBWACHS, 2004, p. 78-79).

Temos ciência que essa visão de história, apresentada pelo autor, vai de encontro à visão dos historiadores, enquanto ao seu movimento e sua duração. A história não leva em consideração as diferenças de ordem individual e social que se estabelece na própria história, pois

não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Com isso, ela apenas obedece a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela encara cada período como um todo, em boa parte independente do que o precede e do seguinte, porque tem a realizar uma tarefa – boa, má ou indiferente. Enquanto essa obra não estiver terminada, enquanto essas situações nacionais, políticas, religiosas não desenvolverem todas as consequências que comportavam sem levar em conta as diferenças de idade, tanto jovens como velhos estariam encerrados no mesmo horizonte (HALBWACHS, 2004, p. 103).

Percebemos que a história apresenta uma estrutura didática como se todos pertencessem àquele momento, não considerando as diferenciações estabelecidas pelos aspectos geracionais: crianças, jovens e velhos.

4.2 MEMÓRIA DAS MULHERES

Concebermos como as memórias das mulheres foram construídas ao longo da história, principalmente em relação a sua trajetória profissional, nos traz à tona as contribuições das memórias coletivas, bem como das memórias individuais.

Para Halbwachs (2004), as memórias individuais e coletivas se cruzam contribuindo para a reconstrução dos acontecimentos a partir das múltiplas leituras do passado. Desta forma,

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que esses nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muito os pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando desses para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se estivermos feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2004, p. 39).

Portanto, ao fazermos o registro sobre a memória das mulheres e suas funções no mundo do trabalho significa que tratamos da memória individual, bem como da memória coletiva que diz respeito ao grupo de mulheres que possui uma identidade que também é coletiva.

Essas memórias individuais que foram construídas ao longo do tempo correspondem aos contextos históricos que as mulheres estavam inseridas, mesmo com suas particularidades acabavam por fundir em grupos formulando a memória coletiva das correntes teóricas feministas: da igualdade, da desigualdade e da desconstrução.

Nesta dinâmica da leitura do passado, trazemos as memórias de lugares em que as mulheres foram subjetivadas para construção de suas identidades, marcadas pelas temporalidades históricas de um passado coletivo: o mundo do trabalho.

Para Halbwachs (2004), a memória coletiva é construída a partir de convivências de grupos organizados como família, escola e igreja. Desta forma, inserimos como grupos organizados os grupos feministas. Esses grupos entrelaçam a memória de suas mulheres que unifica ou diferencia seu contexto sociocultural e histórico, sendo a mulher que recorda seu contexto, agrupando-o à memória coletiva

Buscamos, desta forma, trazer as nossas protagonistas da pesquisa para o diálogo e contornos de suas experiências de acordo com o contexto histórico e social na sua inserção no mundo do trabalho utilizando como base a formação da memória coletiva sobre as relações de gênero e de identidades.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE MULHERES E TRABALHO

A sociedade contemporânea vivencia um sistema econômico pautado no capitalismo, cenário que afeta diretamente o espaço sociocultural, modificando o modo de produção e as relações estabelecidas entre os seres humanos. Diante dos processos de mudanças de gestão e organização do trabalho, podemos destacar a globalização, a diversidade cultural da mão de obra, as novas formas de trabalho e, principalmente, as mudanças tecnológicas.

4.3.1 Aspectos gerais

No decorrer do contexto histórico das sociedades pré-industriais e ocidentais, a mulher começa a desenvolver novas relações de trabalhos integradas as funções domésticas, caracterizando a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres (ALVES, 2013). Porém, as mulheres permaneciam submissas e oprimidas no modelo de trabalho domiciliar.

Com o advento do desenvolvimento industrial a mulher começa a ser deslocada do ambiente de trabalho familiar para as fábricas, sendo que, “o resultado dessas transformações trouxe consequências para a divisão sexual do trabalho” (ALVES, 2013, p. 273).

Observamos que a inserção da mulher no mundo do trabalho tem acontecido gradativamente na cultura ocidental, visto que a desigualdade de direitos foi um fator marcante na divisão sexual do trabalho e na luta dos movimentos feministas, “uma perspectiva fundamentada em papéis atribuídos de acordo com sexo” (ALVES, 2013, p. 273). Vale salientar que a questão da segregação pode ser diferenciada de uma cultura para outra, pois temos que levar em consideração as tradições, os costumes e as normas estabelecidas nas sociedades.

Nas sociedades ocidentais, as distribuições de funções ocorreram obedecendo a critérios considerados sexistas, predominando uma divisão de sexo e de classes, sendo a construção do gênero através de dinâmicas sociais e de estabelecimento de normas entre masculino e feminino. Para Saffioti (2013, p. 210):

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

De acordo com a autora, é por meio das normas estabelecidas para o corpo que prevalecerá o espaço social a ser ocupado em relação à atividade que será desempenhada. Para Alves (2013, p. 274), a divisão sexual do trabalho está atrelada a ideia antagônica das diferenças e explorações entre os sexos, sendo

Uma das suas principais características está na destinação primeira, que é situar homens no campo produtivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar. Além disso, baseia-se em dois pressupostos organizadores, o da separação, que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da 'hierarquização' que indica ser maior valor do trabalho de homens.

Percebemos que a forma de produção masculina está imbricada nas atividades demarcadas na esfera pública, sendo a feminina destinada para a esfera privada. Cada esfera refere-se a um espaço social de um determinado gênero.

O modo de produção capitalista acentua a diferença significativa entre as classes sociais. Sendo assim, não existem só diferenças entre homens e mulheres, mas entre mulheres e mulheres determinadas pelo sistema de produção social. Saffioti (2013, p. 67) classifica como contingentes femininos marginalizados oriundos dos modos de produção capitalista da seguinte forma:

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito ao contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.

No discurso da autora está assinalada a questão das desvantagens sociais que marcam as mulheres nas sociedades de classes. No mundo do trabalho reflete a relação de mais-valia, na qual a mulher possui uma carga horária de trabalho maior que os homens, além de remuneração mais baixa.

Com os movimentos sociais feministas dos anos 1970, a cultura foi modificada com a conquista de maior grau de instrução das mulheres, o que contribuiu para subjetivarem em outros espaços e conquistarem melhores posições no mundo do trabalho. Porém, as conquistas desses espaços não estão dissociadas das relações de preconceito e discriminação.

A porcentagem ativa de mulheres no mundo do trabalho tem expandido devido aos diversos padrões e contextos socioculturais, econômicos, históricos, e

demográficos. Diante dessas circunstâncias, é perceptível a queda da taxa de fecundidade, pois as mulheres que possuem maior grau de instrução buscam sua realização profissional. (BRUSCHINI, 1994).

Para Bruschini (1994), os fatores econômicos, as transformações sociais, a realização pessoal, as reivindicações dos direitos e as mudanças dos padrões culturais nas sociedades ocidentais proporcionaram a inserção da mulher no mercado de trabalho. Apesar dessa inserção significativa das mulheres no mercado de trabalho, as sociedades contemporâneas ainda apresentam um grau elevado de discriminação.

4.3.2 Trabalho, mulheres e profissões “imperiais” no Brasil

Inserimos, nesta etapa, o conceito de trabalho com o objetivo de apresentarmos como ocorre a participação da mulher no mundo do trabalho. Para isso, apontaremos dados qualitativos e quantitativos baseados nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de publicações estatísticas de fontes secundárias, quando necessárias, em virtude das questões de trabalho e do gênero.

Ao apresentarmos o conceito de trabalho buscamos suas raízes ontológicas nos fundamentos das teorias marxistas. Para Marx (1996) o trabalho pode ser conceituado como um processo no qual o homem¹² media, por suas ações, as relações com a natureza, ou seja, é a inter-relação estabelecida pelo homem com o meio que ele atua, modificando e sendo modificado.

Segundo Iamamoto (2001, p. 58), “o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens”. O homem passa a ser caracterizado na teoria marxista como um organismo biológico, pertencente à espécie humana e constituinte das relações sociais de humanização. Assim, “o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado” (ANTUNES, 2005, p. 126).

Ressaltamos que por meio do trabalho os homens diferenciam dos animais, uma vez que, o homem pode projetar no nível de consciência a realização de seu

¹² O termo homem é utilizado pelo autor Marx na forma de universalização de tratamento para homens e mulheres.

trabalho. Para Marx (1996, p. 202), “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Para Engels (1952, p. 01), o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau, que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Engels considerou que um passo importante para o homem foi a libertação de suas mãos para desenvolver com destreza suas habilidades e desempenhar atividades conjuntas entre e com outros homens, dando origem a um novo elemento conhecido como sociedade.

Nesta concepção materialista de Marx e Engels, o trabalhador e o trabalho constituem a sociedade que dá valor aos bens materiais. Assim, podemos afirmar que a produção do trabalho humano contribui para a construção do modo de existência de uma sociedade.

Os ideais liberais trabalhistas surgiram para fortalecer o sistema econômico capitalista, propondo “uma sociedade política instituída pelo crescimento dos homens que viviam em estado de natureza e na qual cada um, sob a direção da vontade geral, vive em liberdade e igualdade de garantia de propriedade de tudo que possui” (NASCIMENTO, 1997, p. 18).

A inserção da mulher no mundo do trabalho passou por um processo de transformação histórica dentro da sociedade de valores, desenhada desde os primórdios do período pré-capitalista até a contemporaneidade. Segundo Nogueira (2004, p. 244),

nos primórdios da divisão social do trabalho, tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência e reprodução, passando por vários campos, como o da alimentação, higiene dos homens e das crianças.

Percebemos que a questão do trabalho feminino está entrelaçada com a formação do núcleo familiar, dentro de um sistema patriarcal, no qual a mulher encontrava-se oprimida com suas funções de procriadora e responsável pelos afazeres domésticos.

No final do século XIX, o mercado capitalista gerou aumento do fluxo migratório para os centros urbanos. Esse fluxo possibilitou mudanças nas relações sociais e econômicas, resultantes do processo de industrialização. Vale ressaltar

que esse processo não predominou no Brasil, pois a economia continuou baseada nas relações agrícolas (HOBSBAWM, 2005).

A forte influência da industrialização nos países desenvolvidos contribuiu para a mudança do perfil do trabalhador e trabalhadora do campo. Anteriormente a produção do trabalhador do campo era para a sua subsistência, a partir desse período passa pela transformação tecnológica na qual o trabalhador passa a vender sua mão de obra para garantir a sobrevivência de sua família.

O trabalhador e trabalhadora, ao vender sua força de trabalho como mão de obra não qualificada, foram obrigados a: adaptarem-se a um ritmo mecanizado e ininterrupto de trabalho; aprender a viver como assalariado; e ter sua mão de obra explorada pelos industriais. Nesse momento, aquele que não consegue corresponder ao ritmo mecânico de trabalho passa a ser estigmatizado como vagabundo e, além disso, é excluído do mundo do trabalho, uma vez que a sociedade o transforma em errante, isto é, aquele que perambula pelas ruas da cidade em total miséria e abandono.

Diante dessas circunstâncias sociais, de um lado, os grandes proprietários agrícolas e industriais, que representavam a classe dominante, transformaram-se em grandes potências de riquezas nacionais por meio da compra da força de trabalho e do acúmulo do capital; e, de outro lado, a classe dominada, que vendia sua força de trabalho, representava a classe trabalhadora, excluída das possibilidades de acesso a todas as formas de bens (econômico, político, cultural, educacional).

Hobsbawm (2005, p. 50) explicita que, naquele momento, a classe trabalhadora lutava para garantir sua sobrevivência primeira, isto é:

[...] a maior esperança dos pobres, mesmo nas partes desenvolvidas da Europa, era ainda, provavelmente, ganhar o suficiente para manter o corpo e a alma juntos, ter um teto sobre a cabeça e roupas suficientes, sobretudo nas idades mais vulneráveis de seu ciclo vital, quando os filhos não estavam ainda em idade de trabalhar e quando homens e mulheres envelheciam.

Nessa busca pela satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, o homem, categorizado e diferenciado como pertencente à classe dominada, encontrou-se fazendo parte de um processo gradativo de segregação, provocado pelo modo de produção capitalista. Essa segregação trouxe como consequência

grandes desigualdades entre os homens e mulheres no que se refere à educação, saúde, alimentação e moradia.

A educação destinada para as pequenas elites – classe dominante – oferecia ensino diferenciado desde primário, sendo que o ensino superior era destinado, primordialmente, para o sexo masculino. A educação da classe dominante manteve-se voltada para o trabalho intelectual, centrada nas áreas da Ciência, Artes, Literatura. Era uma educação mais rebuscada, diferenciando-se da educação de massa, provocando o fortalecimento das desigualdades sociais.

Hobsbawm (2005) descreve as desigualdades entre os homens, as mulheres e os homens e as mulheres por meio das relações de trabalho. A sociedade burguesa partia do princípio que os adultos do sexo masculino eram indivíduos juridicamente livres e iguais, por isso podiam vender sua força de trabalho de acordo com suas necessidades.

Os menos privilegiados socialmente, como os operários e os homens oriundos do campo, eram subordinados a viver em condições precárias e com poucos recursos para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Nos centros urbanos, as mulheres casadas e provenientes do campo perderam alguns papéis estabelecidos, tais como: procriadora de uma grande prole; trabalhadora do campo; artesã. Por outro lado, começa a se evidenciar a discriminação entre as próprias mulheres, visto que nesse contexto, com o surgimento das lojas de departamentos e das indústrias têxteis, de confecção e de alimentação, abriu-se um novo mundo do trabalho feminino. No entanto, esse mercado foi direcionado apenas às mulheres solteiras, excluindo as mulheres casadas.

As mulheres da classe trabalhadora foram mais exploradas, evidência possibilitada pela diferenciação de remuneração, comparada a dos homens. Nesse período, ainda que a mulher necessitasse auxiliar nas despesas familiares, cabia ao homem a função de provedor da família.

Percebemos que a inserção da mulher no mundo do trabalho intensificou-se a partir das I e II Guerras Mundiais. Para Probst (2007, p. 01):

Tudo iniciou com as I e II Guerras Mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. [...] Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço. As estatísticas apontam que há mais mulheres do que homens no Brasil. Mostram também que elas vêm

conseguindo emprego com mais facilidades e que seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado que os homens. Mesmo com todas estas evoluções da mulher no mercado de trabalho, ela ainda está numa condição de desvantagem em relação aos homens, pois continua existindo muito preconceito e discriminação, mas principalmente desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O período das guerras foi marcado pela escassez de mão de obra devido à morte de muitos homens nas guerras, o que oportunizou a inserção da mulher no meio trabalhista. Mas de forma precária, com baixos salários e ocupação de cargos menos favorecidos.

Os movimentos feministas protagonizaram diversas mobilizações no cenário brasileiro, sendo:

dois momentos de grande articulação: o primeiro, ocorrido na primeira metade do século XX, quando as reivindicações se centravam, predominantemente, em torno dos direitos civis e cuja conquista expressiva foi o direito ao voto; e, o segundo, que, embalado pela “segunda onda” feminista da década de 1960, reivindicava, prioritariamente, a reapropriação dos corpos femininos pelas próprias mulheres (TEIXEIRA; FERREIRA, 2011, p. 261)

Além da reapropriação dos corpos, a partir de 1960, no Brasil, a presença da mulher no mundo do trabalho foi intensificada, proporcionando o uso pelo sistema capitalista da divisão sexual do trabalho para aumentar a competitividade e redução dos salários. Assim,

A classe trabalhadora, composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens, foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e sua valorização (NOGUEIRA, 2004, p. 245).

Apesar de percebermos essa desvalorização da classe trabalhadora, a inserção da mulher no mundo do trabalho contribuiu para seu processo de emancipação política e social, pois a opressão sofrida pela mulher é o reflexo dos efeitos de sua posição econômica dentro da sociedade a que pertence.

Segundo Nogueira (2004), o século XX foi assinalado pela entrada em massa das mulheres casadas no mercado de trabalho em ocupações terciárias e profissões assistencialistas e pela expansão da escolaridade superior da mulher, ocasionando o acesso às carreiras e profissões de prestígio.

Para Engels (1977, p. 80):

O caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda nitidez senão quando homem e mulher estiverem, por lei, direitos absolutamente iguais.

No contexto histórico atual, percebemos que essa igualdade jurídica entre homens e mulheres já existe, mas a desigualdade de fato prevalece nos meios sociais.

A divisão sexual das relações de produção, nas últimas décadas do século XX, marcou transformações no mundo do trabalho devido ao aumento da mão de obra feminina que

chegou na década de 80, cerca de 40% da força de trabalho em inúmeros países avançados. Esse novo dado vem sendo absorvido pelo sistema capitalista, embora que de maneira precarizada, subcontratada e/ou desregularizada. A mão-de-obra feminina segue diferenciada, ou mesmo sofre discriminação em relação à mão-de-obra masculina quanto ao percentual de remuneração que é bem menor (em torno de 60%) do que aquela auferida pela mão-de-obra masculina, mesmo que a mulher realize uma jornada de trabalho prolongada (OLIVEIRA; SANTOS; CRUZ, 2007, p. 06).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, desde as atividades primitivas até a era das tecnologias, são marcadas pelas diferenciações nas relações de produção entre homens e mulheres. Para Antunes (2005, p. 54):

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto àquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina.

Percebemos que a incorporação do trabalho da mulher, enquanto relação estabelecida entre capital e trabalho, está presente a exploração opressiva da constituição dos gêneros masculinos e femininos. Para Saffioti (2013, p. 41), a divisão sexual das relações de produção, reprodução e gênero, estão firmadas na questão de que:

a grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como uma concorrente real no mercado de trabalho, deixa de

perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se manifestar pelo prestígio que lhe é conferido se obter pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora em potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina como feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência, cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. Em outros termos, sendo incapaz de analisar, a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não somente a mulher, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches.

Sendo assim, a situação da mulher no mundo do trabalho contribui em sua emancipação enquanto sujeito de uma sociedade, libertando-a do processo de alienação predominante na construção histórico-social das sociedades ocidentais. Porém, Bruschini (2007, p. 538) ressalta que as mulheres:

de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, e outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados.

No mundo do trabalho, vemos as mulheres inseridas na esfera privada, bem como na esfera pública como resposta às relações desenvolvidas dentro do ideário do sistema econômico capitalista, marcadas, ainda, pelo modelo familiar tradicional.

Ao falarmos das atividades econômicas exercidas pelas mulheres, no Brasil, devemos ressaltar que essa prática sempre existiu enquanto trabalhos subalternos e precários – como operárias, camponesas, cozinheiras, vendedoras.

A partir da década de 1970, ampliou-se a participação da mulher no mundo do trabalho, tornando-se mais intensa e diversificada proporcionando uma discussão sobre o rompimento de posições dominantes e universais.

A necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e que as obrigou a buscar, fora do lar, uma complementação para a renda familiar é uma delas. [...] Não só as mulheres pobres entraram no mercado no mercado, mas

também as mais instruídas das camadas médias (BRUSCHINI, 1994, p. 64).

Essas necessidades econômicas versam sobre as expectativas de consumo, proliferação de novos produtos, crescente urbanização e a aceleração do ritmo de industrialização.

Com base no Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, apresentamos a Tabela 1, na qual estão presentes os dados da população economicamente ativa (PEA)¹³ no território nacional.

Tabela 1 – População Economicamente ativa de 2010

DIVISÃO TERRITORIAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Brasil	51.678.548	39.870.376	91.548.924

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Percebemos que a diferenciação entre homens e mulheres economicamente ativos no mundo do trabalho está menos acentuada em relação à década de 2010 conforme os dados das tabelas 1 e 2. Mas, para visualizarmos a dimensão da projeção da mulher no mundo do trabalho, necessitamos ampliar nosso debate sobre as circunstâncias econômicas, sociais, históricas e culturais sobre a luta da igualdade de gênero em nossa sociedade, sem nos apegarmos apenas nos dados referentes à última década de 2010.

Assim, apresentamos na Tabela 2, um panorama da população economicamente ativa entre homens e mulheres do período de 1950 a 2010.

Tabela 2 - População economicamente ativa (pessoas) por gênero no Brasil – 1950 a 2010

PERÍODO	HOMENS	MULHERES
1950	80,8%	13,6%
1960	77,2%	16,5%
1970	71,8%	18,5%
1980	72,4%	26,6%
1990	71,5%	32,9%
2000	69,6%	44,1%
2010	67,1%	48,9%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

¹³ **População Economicamente Ativa (PEA):** composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa do IBGE.

Destacamos, por meio do indicador da População economicamente ativa (PEA), que a inserção da mulher no mundo do trabalho apresenta um crescimento constante, tendo um diferencial de 1950 a 2010 de 36,3%. Por outro lado, a taxa masculina apresentou uma constância de 72% relacionados ao mesmo período.

Para Bruschini (2007), o aumento das taxas do trabalho feminino tem origem em diversos fatores que são reflexos das transformações socioculturais. Dentre elas estão à queda da fecundidade feminina; a redução dos componentes familiares, envelhecimento da população; taxa de natalidade feminina sobreposta à masculina; o crescimento dos arranjos¹⁴ familiares com a preponderância das mulheres como chefes de família e o aumento da escolaridade feminina. Apesar desse contingente crescente do número de mulheres no mundo do trabalho, vale salientar que não estão registradas as trabalhadoras que exercem atividades informais como o trabalho doméstico e ações não remuneradas.

Bruschini e Lombardi (2001) afirmam que a maternidade deve ser apresentada como um dos fatores que influenciam no trabalho feminino, principalmente quando os filhos são menores de idade. Pois a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos “são insuficientes para cobrir os custos com as formas remuneradas de cuidado infantil” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001, p. 164).

Obviamente que não podemos considerar que essa inserção da mulher no mundo do trabalho está ocorrendo de forma igual, mesmo tendo como base os dados da PEA. Desta forma, recorreremos aos dados do IBGE para apresentarmos, na Tabela 3, a estratificação das ocupações na Pesquisa Mensal de Empregos (PME).

TABELA 3 – População ocupada – Tipo de atividade e gênero – Brasil, 2011

OCUPAÇÃO	HOMENS	MULHERES
Administração Pública	35,9	64,1
Indústria	64,0	36,0
Construção	93,9	6,1

¹⁴ “Arranjo familiar é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2010, p.398).

Comércio	57,5	42,5
Serviços prestados a empresas	58,0	42,0
Serviços domésticos	5,2	94,8
Outros serviços	58,4	41,6

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE – 2011 (média das estimativas mensais)

Nessa tabela, apresentamos as diferenças existentes nas ocupações entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Percebemos que o maior percentual de mulheres está inserido nos serviços domésticos – empregada doméstica, faxineira, diarista, babás – e dos homens nas atividades das construções civis. A estratificação das ocupações remete a pensarmos que ainda permanecem presentes na cultura brasileira as funções ocupacionais conhecidas como sendo de homens e mulheres.

Bruschini (2007) apresenta como outros guetos femininos as áreas de auxiliares de contabilidade, caixas de supermercados, enfermagem, nutrição, assistência social, magistério nos níveis pré-escolar, fundamental e médio.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Bruschini (2007), a expansão da escolaridade superior das mulheres brasileiras tem contribuído como um diferencial para inserção da mulher no mercado de trabalho. Podemos constatar esse diferencial de gênero da escolaridade, citado pela autora, por meio da Tabela 4:

TABELA 4 - Distribuição da PEA, segundo sexo e escolaridade Brasil

Anos de estudo	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
s/instrução e menos de 1 ano	16,3	13,2	10,1	7,6
1 a 3 anos	19,0	16,5	12,5	9,4
4 a 7 anos	34,1	31,9	28,6	24,3
8 a 10 anos	13,4	13,6	17,6	17,1
11 a 14 anos	12,2	18,1	24,6	31,7
15 anos ou mais	4,8	6,5	6,2	9,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	44,2	30,0	54.290.827	41.741.144

Fonte: IBGE (2011) – (BRUSCHINI, 2007).

De acordo com a tabela, entre os anos de 1995 a 2005, o percentual de escolaridade das mulheres – em relação ao ensino médio e superior - teve um aumento considerável, sobrepondo a dos homens. Nesses indicadores apresentados pelo IBGE, encontramos claramente a evolução da mulher em sua conquista pela instrução nos diversos níveis escolares, especialmente no ensino superior. As transformações apresentadas nas últimas décadas contribuem para evidenciar as conquistas das mulheres, não restringindo apenas a sua escolaridade, mas a sua independência financeira e emancipação social, possibilitando novas oportunidades de trabalho. Destarte, apresentamos na Tabela 5 o percentual de mulheres concluintes do ensino superior nas diversas áreas do conhecimento.

Tabela 5 – Ensino Superior: Concluintes do sexo feminino segundo as áreas de conhecimento no Brasil

Área de Conhecimento	1994			2005		
	Total	Mulheres	parcela feminina (%)	Total	Mulheres	parcela Feminina (%)
Brasil	245.887	150.339	61,1	717.858	446.724	62,2
Educação	26.158	24.119	92,2	199.392	161.695	81,1
Humanidades e artes	26.323	20.630	78,4	24.810	16.108	64,9
Ciências Sociais, negócios e direito	100.979	55.298	54,8	277.572	150.958	54,4
Ciências, matemática e computação	30.175	17.657	58,5	56.436	22.061	39,1
Engenharia, produção e construção	19.491	5.081	26,1	36.918	10.892	29,5
Agricultura e veterinária	5.274	1.671	31,7	11.874	4.834	40,7
Saúde e bem estar social	35.687	24.621	69,0	90.610	66.600	73,5
Serviços	1.435	1.110	77,4	20.246	13.576	67,1

Fonte: IBGE - Censos do ensino superior: tabulações especiais – 2011 - (BRUSCHINI, 2007).

Nesta tabela evidenciamos que as áreas de concentração das mulheres estão direcionadas em maior percentual para a Educação (81,1%), Humanidades e Artes (64,9%) e Saúde e Bem estar Social (73,5%). Para Bruschini (2007), essas áreas de conhecimentos são consideradas como guetos ocupacionais femininos, uma vez que são profissões reconhecidas culturalmente como femininas. Enquanto os homens possuem maior destaque nas áreas de Engenharia, produção e construção (29,9%), Ciências, matemática e computação (39,1%) e Agricultura e veterinária (40,7%). Vale salientar que um ponto de equilíbrio entre homens e mulheres está centrado na área de Ciências Sociais, negócios e Direito (54,4%). De acordo com Bruschini (2007, p. 547), as

mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais “guetos” femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino.

Consideramos que as escolhas profissionais são consolidadas de acordo com as escolhas das áreas e cursos superiores, materializando-se no mundo do trabalho.

Na Tabela 6, apresentamos a progressão das mulheres em profissões de diversas áreas de conhecimento.

Tabela 6 – Participação Feminina em ocupações selecionadas no Brasil

Ocupações	1993		2004	
	Total	% de mulheres	Total	% de mulheres
Médicos	135.089	36,3	202.733	41,3
Advogados	25.404	35,1	37.682	45,9
Procuradores e advogados públicos	6.508	40,6	6.694	43,3
Magistrados	10.818	22,5	11.337	34,4
Membros do Ministério Público	—	—	6.159	40,9
Engenheiros	142.686	11,6	139.300	14,0
Arquitetos	7.118	51,5	8.472	54,1

Fonte: IBGE- Censos do ensino superior: tabulações especiais – 2011 - (BRUSCHINI, 2007).

Nesta tabela fica evidente que a progressão das mulheres no mundo do trabalho nas mais diversas áreas que anteriormente eram vistas como masculinizadas, sendo mais de 30% na maioria das categorias profissionais. Bruschini (2007, p. 548) afirma:

Tanto a medicina, como a arquitetura e a advocacia têm passado por processos de especialização e assalariamento, em detrimento da antiga autonomia profissional. As representações sociais, construídas tanto pela sociedade como pelas próprias categorias, também estão se modificando, particularmente no que diz respeito ao seu perfil liberal, o que repercute no nível de prestígio e *status* atribuído a esses profissionais.

Acreditamos que o ingresso das mulheres nessas ocupações é resultado das transformações culturais, sociais e políticas que impulsionou as mulheres em um novo perfil de profissional, mas ainda existem muitos percalços para serem superados. Percebemos que essas transformações contribuíram para a redução da discriminação entre homens e mulheres, bem como uma aproximação na equalização das taxas da população economicamente ativa. Por outro lado, percebemos que apesar dos avanços em relação a sua inserção no mundo do trabalho, segundo estudos do IPEA (2010, p. 05),

persiste praticamente intocável a responsabilidade feminina pelo chamado trabalho doméstico. Responder pelo cuidado de filhos e filhas, idosos, pessoas com deficiência e familiares doentes, além de cuidar de todas as tarefas relacionadas à limpeza da casa, higiene e à alimentação constitui trabalho cotidiano e indispensável para a reprodução da sociedade. Este trabalho cultural e historicamente ainda é atribuído às mulheres. A exclusividade feminina de gestar, parir e amamentar se estende, portanto, a todas as demais tarefas para as quais não importaria o sexo de quem as realiza.

Cabe salientar que a questão da maternidade não é, atualmente, a primeira escolha das mulheres. Constatamos isso pela redução do número de filhos para 2 por famílias apresentadas nos dados do IBGE (2010) e, também, pelo rompimento dos “padrões sociais que imputavam à mulher o casamento e a maternidade como alternativa primeira para a trajetória de vida, as jovens dos anos 1970, passaram a colocar entre suas prioridades o estudo e a carreira profissional” (BRUSCHINI, 2007, p. 522).

Outro aspecto relevante à inserção da mulher no mundo do trabalho é referente às profissões na área da medicina, direito e engenharia, conceituadas por Coelho (1999) como profissões imperiais. Para o autor, essas profissões contribuíram para produção de práticas monopolísticas masculinas no decorrer da construção histórico-social do Brasil.

Na perspectiva, essas profissões foram fechadas em torno de grupos sociais masculinizados que influenciaram na organização das relações, estruturação e hierarquização da sociedade brasileira, assim, garantindo “monopólios na prestação de serviços e certos privilégios na estrutura ocupacional” (BASTOS, 2004, p. 57).

Desde o Brasil colônia, essas profissões foram tratadas com total prestígio; eram os médicos, os advogados e engenheiros reconhecidos como doutores (BARBOSA, 2003).

A partir da década de 1950, as mulheres passaram a ser mais presentes nos cursos superiores, principalmente nos cursos de direito, evidenciando situações imprevistas para a situação da mulher no mercado de trabalho.

Para Vargas (2010), apesar do curso de Direito estar passando por um processo de massificação, desde a década de 1970, ainda não perdeu seu caráter de um curso de elevado prestígio e hierarquizado, devido a fatores culturais como o *status* de doutor, concursado público e estabilidade social.

O curso de Direito contribui formação do bacharel em Direito, que passa por um concurso para adquirir o título de advogado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de favorecer a preparação para concursos públicos, carreiras jurídicas, administração da justiça brasileira.

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu um fenômeno conhecido como a internalização da advocacia, fenômeno este formado por sociedades de advogados para atender corporações estrangeiras em questões das mais diversas ordens jurídicas. Vale salientar que esse movimento foi resultado do processo de globalização da economia, que proporcionou a difusão de prestações de serviços para o mercado da advocacia privada no Brasil (BARBOSA, 2003).

No Brasil, a internalização da advocacia foi uma ação de uma elite de profissionais tradicionais da área para garantir o controle do mundo do trabalho, pois esse período foi marcado pelo aumento da participação feminina, ampliação do número de instituições privadas a oferecer o curso de direito e ampliação das especializações (VARGAS, 2010).

5 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

Consideramos, nesta pesquisa, a importância de apresentarmos o sujeito de estudo como ser histórico, social e atuante em ambientes variados, de acordo com o seu campo de atuação, formação, identidade, gênero e as memórias de suas práticas individuais e coletivas.

Desse modo, as mulheres, aqui apresentadas, possuem uma unicidade em suas histórias de vida desafiadoras para a realização de uma investigação na busca de compreendermos como se destacam em suas funções laborais, exercendo ofícios em órgãos públicos, cujas funções necessitam de juízo de justiça, qualidade identificada no homem ao longo da construção histórica nas sociedades ocidentais e patriarcais.

Nessa abordagem qualitativa apresentamos, sucintamente, quem são essas mulheres, suas percepções em relação aos espaços, tempos e aos contextos históricos, bem como suas aspirações e ideais que não foram reconhecidos nas histórias registradas e oficializadas por homens.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21).

Destarte, buscamos compreender em qual contexto a pesquisa foi desenvolvida e quais os dados que poderíamos considerar imprescindíveis para a análise, avaliando o que as mulheres falam e como falam para compreensão do processo de transformação da nossa transcrição analítica.

Faz necessário destacar que os estudos da pesquisa qualitativa tornam-se diferentes entre si quanto aos métodos, objetivos e formas. Para Chizzotti (1991), esse tipo de investigação possibilita ao pesquisador analisar em que grau de complexidade encontra-se os sujeitos do estudo, bem como, quais os fenômenos singulares e contradições que permeiam a temática em questão.

A pesquisa qualitativa nos permitiu reconhecer como as mulheres da pesquisa conceituam as memórias das relações de gênero, bem como, percebem sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma possui um caráter exploratório, pois no primeiro momento estabelecemos um diálogo com os diversos autores que discutem os conceitos de sexo/gênero e o processo de inserção da mulher no mundo do trabalho.

Segundo Gil (1999, p. 43):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Esse tipo de pesquisa é a mais utilizada quando existe a necessidade de explorar mais o tema pesquisado, podemos dizer que é a primeira etapa de nossa investigação mais ampla, permitindo ao pesquisador ampliar seus conhecimentos em torno do *corpus* de sua pesquisa. Dessa forma, o pesquisador participa no sentido de ler, compreender e interpretar as informações já existentes a respeito do assunto, escolhendo o que é relevante para subsidiar a execução do seu trabalho.

Quanto ao procedimento metodológico optamos pela História Vida, pois proporcionamos as mulheres rememorarem seu tempo passado, consolidando suas identidades e suas consciências individuais e coletivas. Para Bobbio (1997, p. 30):

O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. Se o futuro se abre para imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo as nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade.

Destarte, contribuimos para as participantes da pesquisa percorrerem os tempos de sua vida, rememorando suas experiências e auto reconhecendo-se como sujeitos, trazendo suas visões particulares de uma memória coletiva, trabalhando com as múltiplas temporalidades, uma vez que as entrevistadas relataram suas falas da jovem do passado, utilizando de sua situação atual, presente.

5.1 HISTÓRIA DE VIDA NA PESQUISA QUALITATIVA

A história de vida, como uma metodologia de pesquisa, possibilita ao narrador inscrever-se dentro de sua história por meio de suas lembranças, construídas pela disposição de um conjunto de representações que povoam sua consciência presente. Para Queiroz (1988, p.21), a história de vida “seria o relato do informe sobre sua experiência, através do qual ele tenta reconstruir os acontecimentos que vivenciou, ao longo do tempo”.

De acordo com Weiss (2013, p. 37):

As experiências vêm pela fala, pelos olhares, pela escolha das palavras evidenciadas a partir da memória, que, por sua vez, relaciona o passado com o aqui e agora, como se vivesse ou sentisse as situações que marcaram sua trajetória e, em alguns momentos, não se distingue o passado e o presente na sua narrativa.

Neste processo de construção das histórias de vida, as entrevistadas avivam suas experiências pelo ato de narrar sobre si, rememorando suas trajetórias sociais individuais e coletivas do passado, atualizando o presente, dando “origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo recurso a uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos” (NÓVOA, 2007, p. 19).

Ao assumirmos a postura de “escuta” no processo investigativo, percebemos que as construções presentes foram realizadas e fundamentadas em atos conjuntos entre pesquisadora e pesquisadas, pois

[...] só uma história de vida permite captar o modo como cada pessoa, permanecendo ela própria, se transforma. Só uma história de vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza os seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma a sua identidade, num diálogo com os seus contextos (MOITA, 2007, p. 116).

Nesta perspectiva, apresentamos a história de vida como um procedimento de contraposição de análise das memórias coletivas e sociais. Amparamo-nos, para análise de nossa pesquisa, nas falas das colaboradoras com base em suas trajetórias pessoais e profissionais, suas experiências, decisões, rupturas, sonhos e contribuições na construção das memórias individuais e coletivas flutuantes na temporalidade, sendo nosso papel de pesquisadora “fazer emergir os sentidos que cada pessoa pode encontrar entre as várias dimensões de sua vida” (MOITA, 2007, p. 117).

Utilizaremos como instrumento de coleta de dados a entrevista, pois é um instrumento de compreensão das subjetividades das participantes, em seus aspectos sócio-culturais. Weiss (2013, p. 51), afirma:

A história de vida vai ao encontro do sujeito que narra sua história a partir de suas trajetórias pessoal e profissional. Por conseguinte, a história de vida está relacionada com a história oral e a entrevista, porque no momento em que o sujeito relata, mostra imagens, documentos, cartas, ele está apresentando sua história, sua memória, com isso, a vida pessoal se entrelaça com a social, que, por sua vez, se entrelaça com o profissional.

A memória detém sua singularidade, reconstruindo por meio das entrevistas e dos relatos orais um significado próprio para apresentar o passado no momento presente. Assim, “a memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente” (DELGADO, 2010, p. 38).

Além da memória, apresentamos a narrativa como outro elemento metodológico da história de vida. Lembramos que tanto a narrativa quanto a memória auxiliam as pesquisadas na rememoração de suas trajetórias, contribuindo para construção de sua história de vida. Para Huberman (2007, p. 58):

Uma narração é, em grande parte, mais uma reinterpretação do que um relato. É o facto de querer dar um sentido ao passado e de o fazer à luz do que se produz desde então até o presente que nos leva até um modelo mais transformacionista, mas ‘construtivista’ da memória do que aquilo que se imagina intuitivamente.

Para o autor, as narrativas proporcionam às pesquisadas articular as situações entre o passado e o presente, sem obedecer a uma linearidade, utilizando-se da memória.

Para Queiroz (1988), as histórias de vida é uma das técnicas mais fascinantes das Ciências Sociais, sendo função do pesquisador apropriar-se dos instrumentos de coleta do material na pesquisa de campo: o depoimento gravado, a ficha do informante e o diário de campo, sendo este último instrumento primordial para detectar o que não ficou registrado por meio das transcrições dos relatos gravados. Assim, podemos afirmar que a história de vida:

[...] Se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir as experiências que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delinea as relações com membros de seu grupo, de

sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desenrolar (QUEIROZ, 1988, p. 6-7).

Desta forma, cabe ao pesquisador perceber o que faz parte das memórias individuais e coletivas do narrador, encerrando em um conjunto de depoimentos com a finalidade de estabelecer a realidade dos fatos, reflexões que a memória vai resgatando.

Salientamos que como pesquisadora não poderia intervir na maneira de relatar das narradoras, mas ficou ao nosso comando a escolha dos temas das entrevistas e formulação das questões estabelecidas para solução de nossa temática. Cabe ao pesquisador transformar o material bruto – as transcrições – em fonte de saberes por meio de suas análises, pois

A história de vida, como qualquer outro procedimento empregado na coleta de dados, é um instrumento, não é produto final de pesquisa; ela recolhe um material bruto, uma vez registrado, permanece inerte e imutável através dos tempos, tendo as mesmas características de persistência e identidade que possui qualquer outro documento e, como estes, durando através das idades desde que convenientemente armazenado (QUEIROZ, 1988, p. 15).

Percebemos que o movimento necessário para explanarmos essas histórias de vida está na associação da escrita - mecanismo da memória – com os contextos socioculturais na inserção da coletividade. Para Queiroz (1988, p. 19), “o que se busca é o esclarecimento de relações coletivas entre indivíduos num grupo, numa camada social, num contexto profissional, noutras épocas e também agora”, apreendendo e compreendendo a vida das nossas narradoras conforme suas histórias foram relatadas.

Assim como as construções em uma sociedade possuem variadas facetas – morais, política, técnicas, econômicas, dentre outras -, consideramos as pesquisas baseadas nas práticas das histórias de vida multiformes.

5.2 A HIPÓTESE CENTRAL E HIPÓTESES SINGULARES DA PESQUISA

Por meio da pesquisa buscamos romper com as divisões binárias entre o público e privado, homem e mulher, apresentando o fato de que as mulheres, apesar de não estarem presentes em diversos momentos históricos, sempre exerceram funções na sociedade. Perrot (2006, p.212) defendia:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra.

Sua invisibilidade na historiografia é resultado da ausência da mulher nos setores públicos, pois seus encargos estavam relacionados a outras práticas cotidianas consideradas como privadas.

Como hipótese central, defendemos que as mulheres pesquisadas inseridas no mundo do trabalho, que exercem a profissão da advocacia, têm que confrontar grandes diferenças em função do gênero na sua situação profissional, questão que tem seu reflexo na sua identidade de gênero.

Assim, de forma conceitual e específica, elencamos as seguintes hipóteses singulares de nossa pesquisa:

- ✓ Nas memórias das mulheres estão presentes três modelos de identidade feminina, sendo:
 - 1- Levantamos como hipótese que as memórias relatadas pelas mulheres, por meio da história de vida, apresentam de forma flutuante a apropriação de seu passado, realizando um processo de leitura para caracterizar a identidade de gênero como orientação familiar, sob a vertente da valorização do cuidado com a família, seguindo uma orientação doméstica. Nesta vertente, a profissão aparece em plano secundário, subordinado ao papel das mulheres na família.
 - 2- Identidade de gênero com orientação profissional prioritária, sob uma vertente que prevalece um perfil de independência, identificação com o setor público e com orientação extra-familiar. A mulher só consegue subjetivar em vários ambientes, principalmente no mundo do trabalho, em virtude de sua determinação e aprimoramento de seus conhecimentos nos espaços acadêmicos e políticos.

3- Identidade de gênero com dupla orientação: familiar e profissional, demonstrando que essas identidades não são incompatíveis, mas conciliadoras. Acreditamos que os relatos de vida apresentados pelas mulheres constituem como um resgate das lembranças passadas que são reprisadas no presente como foco de luta por seus direitos nos contextos públicos e privados.

5.3 A BUSCA DAS HISTÓRIAS DE VIDA COMO FONTES ORAIS

Nos contextos históricos identificamos a alteração dos fatos, relacionados à mulher, a partir do instante que os movimentos feministas passaram a emergir nas sociedades patriarcais, alterando a universalidade masculina ao questionar as narrativas históricas. Esse silêncio das vozes das mulheres marcou o período da historiografia brasileira produzidas por homens. Essas vozes femininas não eram consideradas como complementares da história masculina.

Desta forma, optamos por realizar nossa pesquisa com mulheres inseridas no mundo do trabalho, setor judiciário, que se destacaram e/ou destacam em seus cargos, executando seus ofícios em setores públicos, cujas funções necessitaram de juízo de justiça, característica considerada como uma qualidade masculina.

Ao elegermos essa categoria de profissionais, intencionávamos perceber como as mulheres, selecionadas para as entrevista das histórias de vida, posicionavam-se diante de fatos correspondentes aos seus processos de formação familiar e profissional, bem como suas percepções socioculturais das identidades e relações de gênero presentes em seu meio social. Sabemos que a história das mulheres está em constante diálogo com as memórias das identidades de gêneros que, apesar de distintas, colaboram para compreendermos os processos históricos, os papéis sociais e culturais.

Para abriremos os caminhos do processo de escuta, através das histórias de vida, estabelecemos critérios para seleção das mulheres participantes da pesquisa:

- ✓ Ser natural de alguma cidade baiana;
- ✓ Possuir formação, no ensino superior, de bacharel em direito;
- ✓ Funções laborais relacionadas com o campo jurídico;

- ✓ Idade entre 25 aos 70 anos, pois correspondem aos períodos históricos brasileiros marcados por transformações sociais e políticas, principalmente da participação da mulher na sociedade.
- ✓ Que tenham atuado ou atuam, preferencialmente, na comarca baiana de Vitória da Conquista.
- ✓ Aceitar o convite para participar da pesquisa, assinando um termo de compromisso.

Assim, este trabalho foi realizado na comarca baiana do município de Vitória da Conquista, tendo em vista como participantes da pesquisa 5 (cinco) advogadas, na faixa etária dos 28 (vinte e oito) aos 67 (sessenta e sete) anos. Levamos em consideração para escolha das entrevistadas a idade, formação e a situação socioeconômica, pois essas características podem influenciar na realização das análises dos resultados, tanto em relação aos conceitos de gênero quanto a sua figura diante do mundo do trabalho do setor judiciário.

A partir da escolha das participantes da pesquisa, elencamos as técnicas para coleta de dados: as entrevistas e o diário de campo¹⁵ da pesquisadora. As experiências das entrevistas de histórias de vida foram gravadas, transcritas e apresentadas em uma vertente valorativa da humanização das subjetividades, classes sociais e identidades sexuais das narradoras. Como técnica, permitiu-nos conhecer e compreender as narradoras das histórias de vida, captando e registrando nossa percepção do objetivo da pesquisa pelas informações e impressões apresentadas. Assim, as entrevistas permitiram realizar uma pesquisa em profundidade, registrando de forma mais completa toda informação importante da técnica e categorias.

Nossa intenção no decorrer das entrevistas foi permitir as nossas narradoras compartilhar suas histórias de vida, sem cortar ou determinar o tempo de suas falas, sem perdermos o foco de nossos objetivos. Assim, com base em Ludke e André (1996), informamos da importância das gravações das entrevistas, bem como objetivo da pesquisa, confiabilidade, anonimato e confiabilidade nas informações apresentadas pelas nossas narradoras.

¹⁵ O diário de campo foi importante no percurso das entrevistas como um instrumento de apoio para obtenção das informações em profundidade.

Vale salientar que nos deslocamos para a cidade de origem das nossas entrevistadas. Segundo Zago (2003, p. 299), “uma das vantagens de a entrevista se realizar nas residências dos informantes é reduzir ao máximo as interferências exteriores na produção do discurso e, ao mesmo tempo, facilitando a conversação para que esta possa ocorrer mais livremente”. Desta forma, montamos um calendário de encontros de acordo com as datas e horários de disponibilidade das entrevistadas.

O diário de campo, para nós pesquisadoras, tem como objetivo auxiliar nos registros das nossas observações e das entrevistas, além de sua utilidade como um instrumento de rememorar os aspectos relevantes de cada encontro (LUDKE; ANDRÉ, 1996).

5.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Na construção da pesquisa qualitativa também definimos as etapas do processo da realização dos relatos de vida. Para isso, elencamos questionamentos que pudessem direcionar as narrativas em categorias de abrangência social e particular, pois nosso papel, enquanto pesquisadoras foi desvendar as relações de gênero estabelecidas pelas narradoras com membros de seus grupos nas comunidades que estão inseridas.

Após apresentarmos as categorias de análise e de posse dos resultados apresentados das histórias de vida realizamos a análise dos dados com base nas seguintes categorias operacionais, tendo em conta as nossas bases epistemológicas e teóricas:

a) Identidade de gênero no espaço familiar:

Essa categoria se refere à família da origem e a família de constituição própria: as concepções, ideias e vivências no espaço da família de origem e no marco da família própria, nas relações com a mãe, o pai, irmãs, irmãos, casal e filhos. A categoria Identidade de gênero no espaço familiar, relaciona-se nesse sentido às respectivas lembranças, os relatos das histórias de vida em relação com as identidades e papéis de gênero, a situação da entrevistada no próprio espaço

familiar, definições em função do gênero dos papéis sociais na família, incluindo períodos da infância, adolescência e da vida adulta com marido e os filhos.

b) Identidade de gênero no espaço profissional:

Essa categoria foca nos conceitos/concepções e definições das funções e das identidades de gênero no espaço profissional. Focamos como estão configuradas as identidades de gênero no espaço profissional das mulheres entrevistadas que apontam as questões relacionadas com as vivências das mulheres no espaço profissional e do trabalho no contexto do século XX, no qual a história da classe trabalhadora tem seus avanços e retrocessos. A mulher aumenta sua inserção no mundo do trabalho em profissões padronizadas e reconhecidas, historicamente, como masculinas. Nosso interesse aponta, precisamente, como a problemática afeta a identidade de gênero e seus padrões em função do gênero.

c) Aspecto de mudança referente à memória enquanto as identidades de gênero das mulheres na família e no trabalho:

Essa categoria vai analisar através das nossas pesquisadas a ocupação e feminização do mundo do trabalho no Brasil com vistas às mudanças nesse espaço referido à identidade de gênero das mulheres no campo do trabalho e da família. Identificamos as transformações ocorridas na vida das entrevistadas e, portanto, na sociedade. Isso é, focamos os aspectos de mudança referente à memória enquanto identidades de gênero das mulheres na família, no trabalho e no contexto histórico social de cada uma delas.

Apesar de gerações diferentes, as entrevistadas, foram inseridas no mundo do trabalho. Cada uma delas com suas motivações, mas com objetivo convergente que interessa aqui, sua emancipação – enquanto mulher – e as mudanças referentes a essa questão.

d) Aspecto de avanço na carreira profissional:

A presente categoria foca as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ao longo das últimas décadas, com vistas ao avanço na carreira profissional das nossas

pesquisadas - se tiveram a possibilidade de avanço profissional no seu âmbito de trabalho. Interessa se existiu igualdade nas condições de avanço ou destaca a temática da fragilidade do papel social feminino e, assim, as diferenças em função do gênero negativas para o coletivo das mulheres profissionais. Concretamente, a conquista de *status* e ascensão social da pessoa que está inserido no mundo do trabalho em um ambiente laboral que proporcione o reconhecimento no espaço de trabalho, respeito por parte de colegas e realização pessoal para as mulheres. Assim, nesta categoria, apresentamos os avanços e promoção no trabalho, na carreira profissional de nossas relatoras. Com isso, focamos uma questão importante do empoderamento das mulheres.

e) Relações intergêneros na família e no espaço profissional

Nesta categoria de análise, apresentamos como estão estabelecidas as relações intergêneros na família e no trabalho, isso é, na sociedade que separa o espaço familiar privado e o espaço público e do trabalho.

Durante séculos as mulheres passaram despercebidas e silenciadas, em estado de opressão e desvalorização no âmbito público das sociedades ocidentais, mas também na esfera da família, inclusive, desenvolvendo tarefas muito importantes para a produção e reprodução social. Interessou analisar as características das relações intergênero e os traços reais de poder, de exclusão e inclusão, presentes nas mesmas.

5.5 CONTEXTO DA PESQUISA

Optamos pela comarca de Vitória da Conquista, uma cidade situada no sudoeste baiano, região que se encontra a 510 km da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, com 315.884 mil habitantes por ser terceira cidade em dimensão populacional e por ter um bom índice de desenvolvimento. Possui um centro comercial dinâmico, acesso a serviços públicos e com maiores condições de empregos e habitacionais.

Em relação à distribuição populacional por sexo “as mulheres representam o maior percentual com 51,81% enquanto os homens correspondem a 48,19%” (NESP, 2016, p. 05).

Outro aspecto pelo qual escolhemos a comarca de Vitória da Conquista se dá devido às inúmeras instituições de ensino superior que oferecem o curso de Direito, das quais podemos citar Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, Faculdade Juvêncio Terra, Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC, Centro Universitário Tiradentes, Universidade Estácio de Sá, dentre outras.

Desta forma, assim que definimos os critérios para escolha das mulheres a serem entrevistadas, encaminhamos a carta-convite contendo a explicação dos objetivos de nosso trabalho, bem como, um termo de compromisso garantindo o sigilo das suas identidades. Para isso, elegemos representá-las, em analogia a sua importância para a tese, usamos nomes de pedras preciosas: Esmeralda, Safira, Turquesa, Ametista e a Pérola.

É importante ressaltarmos que inicialmente elegemos como profissionais para relatarem as suas histórias de vida defensoras e juízas da região, na faixa etária dos 60 anos. Entramos em contato, dispuseram-se a participar da pesquisa, mas não conseguimos agendar datas, tendo como justificativa suas agendas lotadas. Então, mudamos o perfil de nossas entrevistadas para advogadas que estão ou estiveram envolvidas em movimentos ou departamentos em defesa dos direitos das mulheres no município de Vitória da Conquista.

Na realização dos relatos das histórias de vida das entrevistadas, procuramos deixar as advogadas à vontade para relatarem suas experiências, falarem de si mesmas, garantindo-lhes que trataríamos as informações ali colhidas com base nos pressupostos éticos que envolvem as pesquisas acadêmicas.

As entrevistadas têm entre 28 e 67 anos, referenciando décadas diferenciadas para estabelecermos uma análise baseada nos aspectos históricos e sociais de cada período (Tabela 7).

Tabela 7 – Apresentação das mulheres entrevistadas na pesquisa

PEDRA	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	FORMAÇÃO
Pérola	67	Divorciada	5	Graduada em Sociologia e Direito
Turquesa	60	Solteira	Não tem	Graduada em Letras e Direito, com especialização em Processo Civil e Direito Civil
Safira	38	União estável	1	Graduada em Direito com Mestrado e doutorado em Ciências Sociais
Ametista	37	Casada	1	Graduada em Direito, com especializações na área de Saúde da Família e outra em Direito Médico e Mestrado em Saúde Pública
Esmeralda	28	União estável	Não tem	Graduada em Direito, com especialização em Direito Judiciário.

Fonte: Elaboração própria

Pérola e Turquesa são, respectivamente, das décadas de 1940 e 1950, período marcado por movimentos feministas em busca de seus direitos como o princípio da igualdade entre homens e mulheres no casamento e a inserção da luta pelo divórcio na Legislação brasileira. Mas vale salientar que, por outro lado, realizaram grande parte de seus estudos em meio ao Regime Militar, no auge da repressão.

Pérola tem 67 (sessenta e sete) anos, nasceu na cidade de Ibicaraí, município baiano, é formada em Sociologia e Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, começou a atuar no mundo do trabalho depois de 25 (vinte e cinco) anos de formada em Direito. Tem 5 (cinco) filhos, sendo 4 (quatro) mulheres e 1 (um) homem. Está divorciada há 20 (vinte) anos. Trabalhou na delegacia de mulheres e na corregedoria no estado de Santa Catarina. Atualmente reside na Bahia.

Turquesa tem 60 (sessenta) anos, nasceu em Vitória da Conquista, é formada em Letras e Direito, com especialização em Processo Civil e Direito Civil. Exerce a profissão de advogada, sendo funcionária pública de uma instituição de ensino superior desde 1985.

Safira nasceu na década de 1970, período em que o movimento feminista tomou grande proporção no cenário mundial, mas com características diferenciadas.

Uma das ações significativas foi o lançamento do Decênio das Nações Unidas para as Mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU, com o objetivo de desenvolver ações afirmativas em relação à saúde, educação e ao mundo do trabalho. No cenário brasileiro, o movimento feminista defendia a transformação da sociedade como um todo.

Safira tem 39 (trinta e nove) anos, natural de Itabuna-Ba, graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP. Exerce sua profissão de advogada, sendo sua especialidade na área do Direito Penal, além de ministrar aulas no curso de Direito em uma instituição de ensino superior. Está em uma união estável e tem uma filha de 7 (sete) anos.

Ametista e Esmeralda nasceram na década de 1980, marcada pelas lutas contra a violência às mulheres, com o objetivo de exterminar a discriminação, bem como contribuir para o aumento da participação feminina nas ações políticas, econômicas e culturais.

Ametista tem 37 (trinta e sete) anos e nasceu em Vitória da Conquista. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, especialista em Saúde da Família e Direito Médico e mestre em Saúde Pública, tendo como área de concentração a violência obstétrica. Atualmente possui um escritório advocacia, em sociedade, atendendo casos ligados a área trabalhista e ao direito tributário. É casada e tem 1 (um) filho.

Esmeralda tem 28 (vinte e oito) anos. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, especialista em Direito Judiciário. Tem um escritório de advocacia em sociedade com mais duas advogadas, sendo sua área de atuação direito trabalhista. Está em uma relação de união estável há 6 (seis anos) e não tem filhos.

Ao iniciarmos o trabalho de escuta, propriamente dita, percebemos que as advogadas se encontravam mais à vontade para relatar fatos de suas vidas. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 136), os bons relatos

caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista [...] produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos. Um bom entrevistador comunica ao sujeito o

seu interesse pessoal, estando atento, acenando com a cabeça e utilizando expressões faciais apropriadas.

Procuramos ouvir, cuidadosamente, cada pedra preciosa, estando atenta a cada palavra, gesto e expressões faciais que demonstravam suas emoções e lembranças durante o relato.

As mulheres apresentadas nesta pesquisa fazem parte de diferentes períodos históricos. Sendo assim, há questões que necessitamos levar em consideração, como:

A diversidade objetiva da experiência feminina nas diferentes sociedades: sociedades constituídas por diferentes estruturas familiares, diferentes níveis de tolerância masculina para com os pontos de vista da mulher ou a sua expressão, diferentes papéis econômicos das mulheres, diferentes níveis de exclusão e diferenciação sexual e diferentes níveis de cooperação mútua entre as mulheres ou de cumplicidade com os homens. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 168).

São em períodos históricos, formação cultural e gerações diferentes que encontramos os pontos em comum e as variantes na formação de cada mulher pesquisada, desvendando seus mistérios e o modo de ver, viver e reviver suas lembrança de mundo.

Agendamos os encontros com entrevistadas de acordo com suas disponibilidades de horários e em ambientes escolhidos por elas, para garantir a qualidade de suas narrativas.

Após as transcrições dos relatos, iniciamos as análises preliminares por meio das leituras a fim de apreendermos os sentidos e identidades apresentadas para elaborarmos as categorias operacionais de estudo. Essas leituras foram realizadas, primeiramente, de forma individualizada para depois cruzarmos as lembranças apresentadas e identificarmos os pontos de convergências e divergências relatadas.

Ao apresentar suas memórias, as mulheres pesquisadas relataram suas experiências marcadas pelas diversas identidades e representações de gênero, demarcando variedades de acordo com cada um dos quadros das memórias mencionados: família, escola, mundo do trabalho e sociedade.

6 O PASSADO PRESENTE NA VIDA DAS MULHERES: apresentação e interpretação dos dados

Cada mulher, como sujeito histórico, constitui-se de acordo com suas experiências individuais e sociais, pois não podemos esquecer nossa história de vida, nosso tempo e das relações sociais estabelecidas nos diversos lugares que nos subjetivamos.

Nossa história é formada, antes mesmo do nosso nascimento, por outras pessoas e são carregadas pelas experiências exteriores, dando a entonação de um lugar que ocuparemos na sociedade em um determinado contexto histórico. Sendo assim, “tomamos consciência de nós mesmos, originalmente, por meio dos outros” (BAKHTIN, 2000, p. 378).

Sob essas perspectivas, situamos as narrativas em diferentes categorias operacionais, desde suas infâncias, formações familiares de origem e atuais, e as perspectivas do mundo do trabalho que estão inseridas para elucidarmos as identidades de gênero encontradas em suas relações históricas e socioculturais.

6.1 IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO FAMILIAR

Iniciamos nossa análise pela categoria operacional **Identidade de gênero no espaço familiar**, relacionando as respectivas memórias, nos relatos das histórias de vida, sobre o espaço familiar, apresentando períodos da infância, adolescência e vida adulta.

Pérola declarou que teve uma criação rígida, em ‘moldes tradicionais’, relatando:

Eu tive uma criação muito rígida. Minha mãe era muito rígida e preconceituosa. Minha vida era de casa para o colégio e do colégio para casa. Com 14 anos eu conheci esse meu marido. [...] Minha adolescência foi horrível, presa, apesar de ter tudo que uma moça poderia desejar: vestidos belíssimos, sapatos maravilhosos, joias, salão toda semana, mas para ficar em casa. (PÉROLA, 67 anos).

Nas memórias de Pérola, foram reconstruídas suas lembranças pessoais situada em um contexto histórico repressor, no qual a mulher não tinha direito de voto, em uma trama de relações estabelecidas pelos aspectos sociais, de uma família de posses e tradicional, da cidade de Ibicaraí-Ba. As ações de sua mãe eram

tidas como opressoras para satisfazer os moldes no qual as relações foram estabelecidas entre homens e mulheres. São as lembranças que falam de um passado que está presente em sua formação familiar de origem.

Para Turquesa sua infância foi normal, mas em seu relato, também, encontramos questões atenuantes de uma criação rígida pela figura da mulher. Mais uma vez, encontramos a criação dos filhos e as atividades domésticas a cargo das mulheres. Turquesa declara que:

Minha infância foi normal. Eu tenho 2 irmãos. Eu sou a única mulher. Nossa infância foi normal com os percalços que toda criança tem. Minha mãe era severa e meu pai muito amoroso. A minha mãe exigia muito da gente, mas também dava muito carinho e atenção. A gente cresceu com aquele aspecto comportamental de obrigações, de ter suas atividades, mas somos pessoas normais. Talvez se não fosse desse jeito não teríamos crescido assim. Os pais de hoje não podem punir os filhos e nem cobrar muito (TURQUESA, 60 anos).

Vale salientar que, as décadas representadas pela infância e adolescência, tanto de Pérola como de Turquesa, predominava a figura da mulher como dona de casa e reprodutora e o do homem como mantenedor do lar.

A identidade de gênero, latente em suas formações, estão presentes a influência da família patriarcal, bem como mulheres que foram criadas para serem subservientes, reprodutoras e mantenedoras dos padrões masculinos, ou seja, “uma história que diz respeito aos aspectos privados da casa, da família, da reprodução e do sexo”. (TORRÃO FILHO, 2005, p. 131).

Quanto à formação familiar de Safira:

Eu venho de uma família tradicional, meu pai, minha mãe e três filhos. Quando a gente fala da criação, depois que a gente vai estudar as relações de gênero, que a gente olha para trás, com um olhar crítico, percebo que parte de minha criação, sobretudo minha mãe, tinha padrões de gêneros definidos. O papel da menina e o papel do menino diferenciado. Essas questões machistas, infelizmente, colocam, nós mulheres que somos vítimas, como reprodutoras desse padrão. Eu vivenciei isso. Na minha infância, na minha adolescência, o período que estive com os meus pais eu tive, principalmente por parte de minha mãe, esses padrões mais definidos. Então assim, os trabalhos domésticos meu irmão não fazia. Eu e minha irmã tínhamos que fazer. Por outro lado, em relação ao meu pai, eu já sentia que tinha um pouco de rompimento em relação a isso. Eu lembro que quando comecei a dirigir tinha um pouco de medo, pensava em viajar de ônibus, mas meu pai sempre me encorajou. Dava-me a chave, quase obrigando a ir. Então assim, meu pai rompia muito com esse padrão de que o espaço da mulher era o doméstico. Enquanto minha mãe me puxava para o espaço doméstico, meu pai rompia. Jogava-me de certa forma para o espaço

público. Não que meu pai não tivesse traços patriarcais, mas ele rompia um pouco com essas questões (SAFIRA, 38 anos).

As práticas da mãe e do pai, apresentadas por Safira, constituem os sujeitos femininos e masculinos produtores de marcas na sua formação. A mãe responsável pelas atividades domésticas, pela criação e educação dos filhos, enquanto o pai representava a parte do lazer ou ações secundárias. De acordo com Beauvoir (1967, p. 23), o papel do pai aparece na história como secundário, pois:

Haverá sempre tias, avós, primas para contrabalancear a influência do pai. [...] Do mesmo modo, as mulheres quando se lhes confia uma menina, buscam, com um zelo em que a arrogância se mistura ao rancor, transformá-la em uma mulher semelhante a si própria. E até uma mãe generosa que deseja sinceramente o bem da criança pensará em geral que é mais prudente fazer dela uma mulher de verdade, porquanto assim é que a sociedade a acolherá mais facilmente.

Detectamos um processo da naturalização das funções femininas e masculinas, além de ser uma forma reducionista e discriminatória das possibilidades de desenvolvimento das potencialidades das mulheres.

Quanto à formação familiar de origem de Esmeralda, percebemos que não se distancia da formação familiar de Pérola, Turquesa e Safira:

Quanto à minha família de origem, foi constituída por meu pai, minha mãe eu e um irmão mais novo. Considero que minha estrutura familiar foi importante para meu equilíbrio como pessoa, para construir o que sou hoje. Mas que não deixa que, hoje, eu faça algumas reflexões sobre atitudes que não me ajudaram muito nessa construção também (risos). Meu pai, apesar de ser de uma outra geração, sempre foi diferente dos outros homens que eu convivia. Ele sempre teve atitudes mais libertadoras em relação à minha mãe. Ela sempre foi mais severa, prendia mais, tentava fixar ideias muito conservadoras. Muito diferente com meu irmão. Ela colocava pra ele a questão da liberdade para o homem, dele ter que sair para passear. Comigo era totalmente diferente. Tentou inculcar a ideia de casamento, de ter filhos, de ser boa dona de casa, inclusive até de minha escolha profissional, que também foi uma coisa muito difícil para mim, pois fiquei entre escolher o que eu queria e o que a minha mãe optou para mim (risos). Então como éramos só eu e meu irmão e morávamos em uma rua que não tinha muita gente para brincar, acabava brincando com meu irmão. Eu sempre brincava com coisa de meninos e gostava muito. Para mim essa situação foi muito interessante, pois quando era criança tínhamos mais liberdade, entre eu e meu irmão, de adentrar o universo de menino. Tinha até familiares que falavam que eu era moleque macho (riso). Eram algumas coisas nesse nível que eu ouvia. Eu tinha badogue, empinava pipa, andava do jeito que eu queria e não ligava para

nada. E sempre com meu irmão. Curtíamos muito. Mas, quando eu queria, brincava de boneca também. A gente não tinha muito essa separação. Em determinado momento, minha mãe começou a criar essa divisão. Minha mãe começou com esse comportamento conservador a partir do momento que estávamos adentrando a adolescência. Passou a separar o que era de menino e o que era menina (ESMERALDA, 28 anos).

Observamos que os padrões de criação de meninos e meninas não são os mesmos. Enquanto as mães são responsáveis pelo processo educacional, os pais permanecem omissos, ou seja, “os pais se mostram muito evasivos” (BEAUVIOR, 1967, p. 26).

As identidades de gêneros, encontradas nos perfis dos pais e das mães de Pérola, Turquesa, Safira e Esmeralda, foram construídas pelos princípios da orientação familiar que sustenta as relações sociais de subordinação da mulher, bem como seu papel reprodutor.

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece a coletividade. O papel de reprodutora e doméstica em que si configurou a mulher não lhe assegurou igualdade (BEAUVIOR, 1967, p. 166).

Desta forma, deduzimos que somos vítimas de um condicionamento estabelecido em função do sexo. As identidades são firmadas com base em uma estrutura social, resultante das relações humanas em que, meninos e meninas, são modelados de acordo com cânones particulares de comportamento.

Recorrendo as transcrições realizadas do relato da história de vida de Ametista, percebemos a formação sociocultural familiar diferenciada das demais pedras preciosas.

Eu sou filha de um professor formado em Veterinária e de uma economista. Nasci na década de 1980, uma década difícil. Na minha casa sempre houve o compartilhamento das funções domésticas. Meu pai ajudava nos afazeres domésticos, ajudava no cuidado das crianças, comigo e com minha irmã. Ambos trabalhavam fora. Minha mãe um pouco menos que meu pai, mas eu tenho lembranças de uma relação equânime entre eles. Na questão doméstica, eu tenho lembranças que se destacam nessa perspectiva de meu pai também colaborando em funções, originalmente, determinadas pela

sociedade apenas para a mulher. Sempre dividiu bem essa questão do cuidado com os filhos. [...] Eu tive uma adolescência um tanto rebelde, muito questionadora sobre todas as questões que me eram impostas, né? Tinha o desejo de estar saindo com minhas amigas, sendo muito ativa e sociável. O que posso dizer é que talvez eu não tenha tido a liberdade para estar nesses espaços de festas, de ficar tanto tempo fora de casa até mais tarde como se fosse homem. Não sei se estou fazendo por me explicar, mas a condição de mulher coloca algumas restrições que a gente percebe em relação aos pares masculinos (AMETISTA, 37 anos).

Diante do exposto, detectamos um partilhamento dos papéis desempenhados pelo pai e pela mãe. Pressupomos a existência da igualdade de oportunidades e responsabilidades entre ambos, desde o sustento da casa até as atividades do espaço doméstico.

Para Saffioti (1993, p. 15), essa igualdade de oportunidades entre homens e mulheres “trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como lazer e as atividades garantidoras do sustento da família”. No relato de Turquesa, encontramos essa partilha garantida na sua formação e de seus irmãos:

Minha mãe nunca fez diferenciação entre eu e meus irmãos. Nós tínhamos obrigações iguais. É tanto que não nos apertamos quando perdemos ela. Todos nós tínhamos as atividades domésticas, o que fazer, obrigações para estudar. Então, ela sempre pensava no amanhã, o que poderia acontecer no amanhã. Graças a isso, hoje que estou morando sozinha, com as minhas atividades profissionais e minhas atividades em casa. Eu sei me virar sem nenhum problema. Meus irmãos também não se apertam, sabem fazer tudo. É essa questão, você tem tudo hoje, mas amanhã você não sabe (TURQUESA, 60 anos).

Mas, vale salientar que, quando esse partilhamento fica subentendido como ajuda, significa que a responsabilidade é de alguém. Turquesa, em seu contexto histórico, apresentou outra plasticidade de comportamento feminino:

Sou solteira, tenho 4 sobrinhos que adoro. O mais velho foi uma criança que ficou muito perto de mim, me considera muito mais mãe do que tia. Tenho muitos gatos que, também, gosto muito [risos]. Atualmente moro só porque minha mãe faleceu. Primeiro foi meu pai e depois minha mãe. Meus irmãos casaram e eu fiquei só com meus gatos e minhas cachorras [risos] (TURQUESA, 60 anos).

Percebemos, no relato de Turquesa, que a maternidade não é centralidade na sua formação identitária feminina. A vocação da maternidade é resultado da valorização do mito do instinto materno, da realização pessoal da mulher no

processo reprodutivo, além da construção histórica do papel na mulher nas sociedades ocidentais.

Contudo, Perrot (2006), defende a questão de que não exista apenas uma forma de vivenciar a maternidade. A forma de conceber a maternidade faz parte de um ideário e de práticas sociais que, atualmente, estão sendo repensadas, principalmente pelas teorias feministas da desconstrução do gênero.

No caso de Pérola, que constituiu uma nova família com seu marido, percebemos em sua fala uma cultura de subordinação ao homem:

Dos 14 aos 18 anos eu estava comprometida com o homem que se tornou meu marido. Casei com 18 anos completamente leiga do que era a vida de casada. É tanto que eu não sabia nem que na relação sexual sentíamos prazer, não sabia que precisava sentir prazer. Fiquei 25 anos sem atuar porque meu marido não queria que eu trabalhasse. Quando meus filhos foram crescendo eu pensei: “o que eu vou fazer da minha vida?”. Dentro de uma casa com um marido que não deixava trabalhar, repressor, não conversava quase comigo. Para ele bastava fazer sexo várias vezes que estava tudo ótimo. Ele era juiz de Direito e eu como advogada não tinha diálogo com ele por se achar muito bom. Ele sempre dizia que eu era um zero a esquerda, sempre. Eu aturava tudo aquilo porque tinha meus filhos pequenos. Eu tinha quatro meninas, não queria criá-las sem o pai presente. Então não pensava nunca em separar, queria pai e mãe juntos, como vivemos durante 30 anos. Depois os filhos se formaram, começaram a trabalhar e eu fui ficando sozinha demais. [...] Ele achava que nunca, na vida, eu iria deixá-lo de tão maravilhoso que ele se achava. Aliás, se acha até hoje, né? (risos). Eu ousei a sair de casa. Para ele, foi a pior coisa do mundo. Como que uma mulher, submissa como eu, 30 anos de submissão, ousava pegar minhas coisas, durante uma viagem dele, ir embora? [...] Quando a primeira filha tinha um ano a segunda nasceu e fui parindo um atrás do outro. Engravidei sete vezes, tive cinco filhos e dois abortos. Com 29 anos, com muito sofrimento e por muito implorar ao meu médico, ele conversou com meu esposo. Alertou que eu não poderia mais ter parto normal, pois tinha começado a parir muito nova e corria o risco de morrer em mais um parto normal. [...] Casei com um homem que fazia exatamente a mesma coisa que a minha mãe. Não podia ter uma amiga, um amigo. Eu tinha que estar sempre impecavelmente pronta para acompanhá-lo nos jantares, reuniões e congressos. Essa cobrança começou a fazer mal. Depois de um desses congressos, comecei a pensar na possibilidade de me separar. Mas cadê a coragem? Como iria viver? E os meus filhos? E a família? Eu sempre colocava tudo em primeiro lugar. [...] Ele me humilhava, diminuía como ser humano. O prior é que chegou uma época que comecei a ficar abatida, passando a acreditar que eu era um zero a esquerda. Até que chegou um dia que eu decidi não ser mais um zero a esquerda, não queria mais ser a mulher dele. Queria apenas ser eu, que foi o dia que saí de casa, me separei (PÉROLA, 67 anos).

Um relato carregado de emoção, um passado vivenciado e atualizado no presente. Nele, observamos a situação da mulher submissa e reprimida, seguindo seu desígnio natural: a maternidade. Historicamente, apresentada como uma vocação natural de toda mulher para a perpetuação da espécie sob as bases biológicas e com a responsabilidade do cuidado com as crianças e sua formação.

As estruturas de dominação fazem parte de construtos sociais solidificados historicamente. Sardenberg (2004, p. 30) afirma que:

Historicamente, porém, o feminino tem sido construído como subordinado ao masculino, sendo que, no Brasil, como de resto na América Latina (ou mesmo a nível mundial) dominam as relações de gênero patriarcais, resultando em uma situação real de prestígio, privilégios e poder maior para os homens.

Essa dominação foi reproduzida durante várias gerações. Assim, o processo de discriminação, instaurado na sociedade, fez parte das relações de poder e privilégios que asseguraram ao homem a supremacia sobre as mulheres. Percebemos a questão da superioridade entre homens e mulheres no momento em que, o esposo de Pérola, só atendeu a solicitação do médico em fazer a laqueadura das trompas.

Para Léon (2002, p. 32), “la masculinidad como especie universal de nobleza surte sus efectos correlativos al convertirse en generadora de violencia simbólica y al lograr la dominación y subsiguiente desvalorización de lo femenino”. Pérola não governava nem seu próprio corpo, vivenciado as mais variadas formas de violência: psicológica, sexual e moral. Traz consigo as marcas de uma geração em que as mulheres não tinham voz nem vez na sociedade brasileira. Desde sua infância, foi criada pela sua mãe, para ser uma mulher submissa ao seu marido, uma cuidadora do lar. Ressaltamos que:

Nesse processo de diferenciação e hierarquização entre os sexos, o modelo de família hegemônico em nossa sociedade tem um papel preponderante. Baseando-se na noção de que o sexo feminino é o “sexo frágil”, que necessita proteção, a moral familiar burguesa tem sustentado os princípios básicos do modelo de família patriarcal, propondo que ao homem/marido/pai caiba o papel de chefe da família e do grupo doméstico, destinando-lhe a função de provedor. A mulher/esposa/mãe cabe a função de “nutriz”, cabendo-lhe, junto aos filhos menores, a situação de dependente do “chefe”. Como “cabeça do casal”, cabe ao homem também deter a autoridade sobre o grupo; esposas e filhos são subordinados à vontade do pai-marido, e as filhas mulheres a de seus irmãos (SARDENBERG, 2004, p. 30).

Para a mulher/esposa/mãe, representada por Pérola e outras mulheres, cabe as responsabilidades domésticas e socializadoras dos filhos, bem como uma identidade constituída pelos fatores socioculturais da orientação familiar. Seu estado conjugal de submissão, idade/quantidade dos filhos e dedicação familiar limitavam suas atividades no mercado formal. Apesar de notarmos necessidade de independência, sua fala garante a idéia de plenitude, enquanto sujeito, em seu papel de mãe.

Vale salientar que as nossas pedras preciosas correspondem a períodos históricos diferenciados, ou seja, gerações diferentes. Sendo assim, identificamos variantes nos construtos familiares de origem e atual de Safira.

Possuo uma união estável. A percepção do meu companheiro, em relação a minha profissão, é muito tranquila. O que eu tento o tempo todo mostrar, lá em casa, que meu companheiro tem que compartilhar responsabilidades de casa comigo. Então, ele tem que cumprir o papel dele de pai, de dono daquela casa também. Hoje eu posso falar que as coisas são muito compartilhadas, mas eu tive que forçar para que isso acontecesse. Até mesmo porque o meu esposo vem de uma família, extremamente, machista tanto por parte do pai quanto da mãe. A minha filha tem os horários de escola balé, então ele leva e busca. Quando necessário eu também faço isso. As atividades da escola, uma parte da semana eu acompanho a outra fica sob a responsabilidade dele. Quando era pequenininha, ele dava banho, trocava fralda. Tudo isso ele sempre fez, mas também porque foi chamado. Teve grande resistência, mas se eu não chamasse a responsabilidade não seria compartilhada. (SAFIRA, 38 anos).

Na fala de Safira identificamos a materialização social da transição e avanços dos papéis das mulheres no contexto público e privado. De uma criação rígida, Safira transita numa formação familiar compartilhada com companheiro. Percebemos que as questões que tangem “mais diretamente o feminismo, como a relação da mulher com o homem, o casamento como meio de vida e significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas sociais” (SARTI, 2001, p. 40).

Safira relata questões pertinentes sobre o processo da formação de identidade de gênero ao que se refere à criação de sua filha:

Tento trabalhar sempre com minha filha o papel da mulher na sociedade, mas sinto que ela ainda não tem essa percepção que há diferença. Como ainda não tem essa percepção, tento não ser tão enfática. Quando aparece alguma coisa, como a questão do

brinquedo de menina e menino, enfatizo que existem brinquedos de criança. Sempre mostro o que a mulher pode fazer o homem também pode. Esses papéis não são rígidos, mas que ela, como mulher, pode fazer tudo, qualquer coisa. Não há nenhum impedimento. Esses dias a gente estava assistindo um programa da GNT, foi perto do dia 8 de março, passou uma chamada bem rápida de como deveria ser a educação da menina. Minha filha perguntou por que as pessoas achavam que as meninas eram mais importantes que os meninos. [risos]. Percebi que ela ainda não tem a dimensão da diferenciação que estava sendo dada entre homens e mulheres na sociedade (SAFIRA, 38 anos).

Diante das informações passadas por Safira para sua filha, ficou claro que a menina não possui ainda discernimento sobre identidade de gênero, mas identifica alguns elementos de acordo com as orientações e marcas que são transmitidas por meio do convívio familiar e escolar. Precisamente, essa pluralidade de identidades é apresentada como resultante dos reflexos histórico-político-social que demarcam as gerações de homens e mulheres. São as constantes atualizações das memórias passadas de homens e mulheres no presente.

É necessário compreendermos que esses marcadores fazem parte dos processos identitários do feminino, bem como das lógicas que contribuem para perpetuação das diferenciações do gênero dentro das sociedades ocidentais. Assim, a identidade “não é produto espontâneo de um processo uma vez desencadeado; é, antes de tudo, uma relação de auto-construção cultural, segundo as premissas e diretrizes vigentes no espaço e no tempo sócio-históricos” (TRIVINHO, 2007, p. 374).

Quanto à Esmeralda, a pedra preciosa mais jovem da pesquisa, realizou várias indagações relacionadas aos construtos dos papéis de gênero estabelecidos na sociedade, dentre eles a maternidade, o casamento e a profissão.

Minha formação, enquanto família atual, eu convivo com meu companheiro há 6 anos. Nosso relacionamento teve início antes da minha faculdade e já tem 6 anos que moramos juntos. Minha mãe sempre ficava preocupada se aquele era um rapaz para casar. Eu não queria casar, queria curtir [risos]. A questão do casamento sempre foi muito forte, lá em casa, por parte de minha mãe. Sentia-me pressionada com essa questão de ter um namorado, uma coisa assim certinha, na porta, já pensando no futuro. Aquela situação era de opressão, de imposição de padrões que eu não aceitava. [...] Meu irmão sempre teve muita liberdade para escolher o que ele queria. Nunca vi meus pais direcionando meu irmão para qualquer coisa ou vertente profissional. Lá em casa a cobrança maior, do ponto de vista profissional e de estudo, sempre foi comigo. [...] Essa questão de vir para Conquista foi muito complicada, principalmente para minha

mãe. Depois de certo tempo que estava aqui, eu e meu companheiro decidimos morar juntos. Para ela tínhamos que casar [risos]. Ai comecei a esconder. Agora, hoje eu escuto a questão de netos [risos]. Eu convivo com meu companheiro e não tenho essa pretensão de casar. Considero minha família materna bem conservadora. Sinto sempre essa cobrança, por parte dela, em relação ao casamento, de uma cerimônia, uma celebração. Não sei se pelo fato de serem muito católicos, mas eu não sou. Não sou nem batizada, não tenho nada a ver com isso [risos]. Acho que isso acontece simplesmente pelo fato de constituição de família estar ligada ao matrimônio, ao casamento. Mas eu não tenho problema nenhum com isso. Ele acaba me cobrando muito a questão do casamento. Veja que situação eu vivo!!! Para ele tem que existir o casamento formalizado. Para ele a gente tem que casar na igreja, eu entrar de branco na igreja, ter uma festa e depois viajar. Esse é o sonho dele. Enfim, eu já consegui fugir por seis anos e pretendo manter a minha fuga [risos] (ESMERALDA, 28 anos)

No discurso de Esmeralda está presente uma identidade distanciada dos padrões de gênero estabelecidos por gerações anteriores. Assim como Turquesa, Esmeralda não prioriza a maternidade e nem o casamento, mas sim sua realização profissional. Nessa luta pelos direitos em relação ao homem, na atualidade, as estruturas familiares têm sido modificadas. Mas esse processo não ocorre com a mesma dinâmica em todas as famílias.

Não se há de negar que, nas últimas décadas, esse modelo ou ideal de família venha sendo bastante contestado, inclusive porque as mulheres vêm saindo cada vez mais da sua suposta “domesticidade”, tornando-se figura marcante no mundo da produção (SARDENBERG, 2004, p. 33).

Por razões históricas, a luta das mulheres contra a dominação, hierarquização e diferenciação entre os sexos não está próximo a deixar de existir. A divisão sexista da sociedade por gênero é resultado de uma construção histórica da estrutura patriarcal de dominação do homem.

6.2 IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO PROFISSIONAL

Nesta seção, apresentaremos como estão configuradas as **identidades de gênero no espaço profissional** de nossas pedras preciosas. Com o avançar do século XX, a história da classe trabalhadora tem seus avanços e retrocessos, no qual a mulher aumenta sua inserção no mundo do trabalho em profissões padronizadas e reconhecidas como masculina – medicina, engenharia e advocacia.

Os movimentos feministas contribuíram para diminuir a invisibilidade das mulheres nos âmbitos públicos e privados. A divisão sexual do trabalho colaborou para a formação de identidades femininas e masculinas. Apontamos uma das questões que estabelece a divisão sexual do trabalho está relacionada com o nível de instrução de homens e mulheres, bem como no desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim, apresentamos o relato de Pérola impregnado pela opressão patriarcal, bem como seu processo de transição e emancipação profissional.

Senti vontade de trabalhar. [...] Quando ele ficou sabendo que eu estava fazendo esse trabalho voluntário na delegacia da mulher, sentiu-se ultrajado porque ele achava que era humilhante para ele, como juiz de direito, ter sua mulher trabalhando numa delegacia. Mas eu queria trabalhar na delegacia de mulher. Queria fazer alguma coisa pelas mulheres, que eu não conseguia fazer por mim. Até então, eu com duas faculdades, não me sentia gente (PÉROLA, 67 anos).

Percebemos que as mudanças de paradigmas do mundo do trabalho contribuíram para impulsionar Pérola a exercer sua profissão. É interessante observar como a sua inserção no mundo do trabalho proporcionou o rompimento das fronteiras opressoras, de forma positiva, para sua autoestima, sua autonomia econômica e sua visibilidade produtiva enquanto mulher.

Apesar de sua formação superior e de pertencimento a uma classe média alta, Pérola era vítima das opressões e do sistema de valores de gênero, representado pelo ex-marido. Dentro dessas relações de poder, tais sistemas implicavam nas desigualdades de gênero entre eles.

Em relação a Turquesa, Ametista, Safira e Esmeralda, percebemos que o curso de Direito partiu de suas escolhas, influência de seus pais ou de terceiros com os quais conviviam.

Recebi uma certa influência de meu pai para a escolha de meu curso, não que na família tivesse alguém formado na área de direito. Eu fui a primeira na família. Depois que me formei, hoje tenho dois primos advogados e uma prima cursando. Na época de escolher meu curso fiquei meio perdida. Eu sabia que a minha área era de humanas. Conversei com o meu pai e ele disse que direito seria interessante. Acabei me identificando com o curso. (SAFIRA, 38 anos).

Eu queria ser professora, então primeiro fiz o curso pedagógico. Depois do curso pedagógico fiz o vestibular para Letras na antiga

Faculdade de Formação de Professores daqui da UESB. [...] Convivi com alguns advogados. Então resolvi fazer Direito. Uma das coisas que me levou a fazer direito eram os júris que eu era fascinada (TURQUESA, 60 anos).

Eu trabalhei muito tempo fazendo assessoramento jurídico e técnico dentro do setor público. Hoje atuo, prioritariamente, com contabilidade civil, na área da saúde, questões trabalhistas, consumidor e empresarial. [...] No primeiro momento desejava estudar história, sempre gostei muito da área de ciências humanas e sempre tive muita dificuldade de exatas. Mas pela história de formação de meus pais, principalmente meu pai por militar na área da educação, tentaram um pouco dissuadir esse meu desejo de ingressar, de fazer um vestibular na área de história sob a alegação que poderia estudar história de outras formas. Até mesmo em curso como direito me traria uma empregabilidade maior (AMETISTA, 37 anos).

Eu tinha que passar em medicina porque minha mãe trabalhou em um hospital por 30 anos e o sonho dela era fazer medicina. Chegou o ponto que estudar para fazer medicina tornou-se insuportável. Sentia-me sufocada, não aguentava mais permanecer naquilo. Comecei a fazer uma terapia. Percebi que eu tinha atração pelas ciências sociais e humanas. Fiz escondida as inscrições para os vestibulares em Direito. Fiz na UFBA, na UESC e na UESB. Por coincidência, quando fiz a inscrição, eu já namorava o meu companheiro. Ele veio morar em Conquista, pois conseguiu um trabalho aqui. Eu continuei estudando para os vestibulares. Em meio aos vestibulares, revelei para minha família que havia me inscrito para Direito. Meu pai, como sempre, apoiou. Era o sonho dele ter um filho advogado ou juiz. Por outro lado minha mãe ficou um pouco decepcionada. Ter passado aqui em Conquista foi muito bom. Meu companheiro acabou me dando um suporte muito forte no início e sempre (risos). Hoje sou sócia em um escritório de advocacia (ESMERALDA, 28 anos).

Nas escolhas das entrevistadas, mesmo pertencentes a gerações diferentes, identificamos que foram suggestionadas por pessoas de sua convivência. Atuaram, desde o início de seus cursos, como estagiárias ou tinham outras funções. Diferente de Pérola que não desenvolveu nenhuma atividade na área durante o período do curso.

Vale salientar que a profissão da advocacia era tratada como elitista e monopolizada por homens,

Em outras palavras, a Medicina, o Direito e o próprio Magistério não eram ocupações a serem desenvolvidas pelo sexo feminino, que deveria se dedicar aos filhos – concebê-los e criá-los –, uma vez que a procriação é a finalidade naturalíssima da mulher (VANIN, 2011, p. 178).

Por outro lado, percebemos pontos convergentes entre elas. Ao descortinarem a inserção no mundo do trabalho, puderam experimentar da independência financeira e emocional. Cada uma em seu tempo, desafiou os padrões sociais e as normas vigentes estabelecidas pela educação patriarcal.

6.3 ASPECTO DE MUDANÇA REFERENTE À MEMÓRIA ENQUANTO AS IDENTIDADES DE GÊNERO DAS MULHERES NA FAMÍLIA E NO TRABALHO

No Brasil, a partir de 1990, começou a ocupação e feminização do mundo do trabalho. Esse processo pode ser identificado com as transformações ocorridas na sociedade em virtude do capitalismo, bem como da globalização e as atividades de produção. Pensando nesse processo, apresentamos, aqui, os **aspectos de mudança referentes à memória enquanto identidades de gênero das mulheres na família e no trabalho.**

Apesar de gerações diferentes, as pedras preciosas, foram inseridas no mundo do trabalho. Cada uma delas com suas motivações, mas com objetivo convergente: a emancipação da mulher.

Ao analisarmos o contexto histórico e social de cada uma delas, notamos que Pérola, com melhor situação econômica, foi quem encontrou maiores dificuldades para sua inserção no mercado, pois sua identidade de gênero estava respaldada pelo espaço familiar na figura opressora do marido.

Quando comecei a trabalhar tive todo apoio dos meus filhos. [...] Eu fiquei 10 anos trabalhando na polícia civil. Quando eu consegui o segundo emprego, de assessora jurídica da corregedoria, meu marido disse: "Olha, você conseguiu o emprego no primeiro escalão do governo, mas perdeu o marido." Daí nosso casamento não prestou mais. Quando fez dois anos que eu estava na corregedoria, ele saiu de férias. Ele estava com uma amante, precisamente em Jequié, onde a mãe dele morava, levando todos os meus filhos. Como eu estava trabalhando, não pude acompanhá-los. Tive uma sensação que tudo tinha acabado. Perdi!!! Daí, decidi sair de casa, fui embora, pois sentia que tinha acabado meu casamento. Entrei em casa, ele já começou a me perguntar quem tinha autorizado a sair de casa, que eu era uma mulher casada, não poderia sair de casa. Ele fechou os punhos, veio com quem fosse me bater. Gritei calma, pedi para ele sentar, chamei para conversar. Aí ele começou a gritar. Simplesmente peguei as chaves do meu carro e fui embora. Não teve mais conversa. Até hoje, 20 anos de separada, nunca sentamos e conversamos sobre a separação, nunca! [...] Eu tenho o amor dos meus filhos, tenho meus amigos, tenho uma casa linda que eu moro. Tenho os amigos que quero, porque antes não poderia ter nem um

amigo e amiga. Hoje, estamos separados, terminei minha casa, vivo com os meus filhos (PÉROLA, 67 anos).

A complexidade da relação de poder estabelecida entre Pérola e seu ex-marido é proveniente dos estereótipos produzidos por uma sociedade patriarcal. Outra marca diz respeito à sua renúncia para ocupar-se dos filhos. Suas expectativas de realização, enquanto mulher estavam focalizadas na maternidade. Pérola ressaltou a impossibilidade de conciliação entre exercer sua profissão e maternidade, prevalecendo seu papel de mãe.

Essa cultura de naturalização do amor materno e da dona de casa, que tem como característica a abnegação, impõe um modelo padrão de uma boa esposa e mãe, a qual deve sacrificar-se em nome da família. Isso, pode levar a mulher a uma visão equivocada da maternidade, além de desenvolver sentimento de culpa ao exercer outras funções em setores extra-familiares.

Para Safira e Ametista:

Quando a sociedade traz essa visão patriarcal da mulher, ela vem carregada de culpa. Por mais que tenhamos toda essa mentalidade que o trabalho doméstico tem que ser compartilhado em casa, a sociedade está te bombardeando com o sentimento de culpa. Eu quase entrava nessa na época do meu doutorado, porque eu defendi meu mestrado com minha filha no peito amamentando. Fui fazer a prova de doutorado e ela ainda estava amamentando e com poucos meses. Tive que enfrentar o doutorado em outro estado com minha filha morando aqui. Tinha viagens que, às vezes, eu precisava ir para o exterior apresentar trabalho, tendo toda uma rotina. Ai pessoas da minha família e do meu companheiro falavam que era um absurdo viajar e deixar minha filha. Mas eu estava trabalhando. Quando ela era pequena e amamentava acabava levando para as viagens. A partir de 1 ano e meio eu deixava com ele. Eu era tão bombardeada que chegou uma época que comecei a sentir que estava sendo menos mãe. Daí, parei para pensar que não estava deixando de ser mãe. Eu tinha que trabalhar. Comecei a sentir uma pontinha de culpa, mas depois deixei para trás. Consegui concluir o doutorado. Não foi fácil, principalmente porque a sociedade estava o tempo todo me bombardeando em relação ao meu papel de mãe e mulher (SAFIRA, 38 anos).

Existe uma dificuldade muito grande de conciliar o trabalho com a casa, mesmo eu tendo uma formação em que vivenciava meu pai dividindo as tarefas de casa com minha mãe. Minha mãe muito obcecada por limpeza. Esse fato criou um padrão de referência na gente muito exigente. Então a gente fica tentando chegar à perfeição. Passei a ter o sonho de ter uma casa bacana, arrumada, com os filhos bem cuidados, ter uma carreira profissional bem sucedida, cuidar do corpo para estar dentro de padrões aceitáveis que a sociedade acaba impondo. Então assim, cumprir todos esses papéis

acaba que, por vezes, a gente vivencie uma situação de esgotamento, de muita ansiedade, porque a gente só tem 24 horas por dia. Eu sou casada com um médico que é cirurgião. Ele tem uma vida muito corrida, uma profissão também que limita um pouco a divisão de algumas atividades por conta da natureza do trabalho dele e eu também tenho esse problema que sou muito perfeccionista com as coisas, controladora. A questão é que a empregabilidade dele (marido) tem maior retorno do ponto de vista financeiro. Isso me deixa em uma situação de inferioridade da seguinte maneira: do ponto de vista econômico é mais interessante que ele trabalhe e eu fique encarregada dos afazeres de casa, pra gente não ter que terceirizar tudo. Assim nos embates do dia a dia, na ponta do lápis, infelizmente, não faz tanto sentido dividir exatamente meio a meio as tarefas. Exemplo disso, o que eu trabalho para ganhar durante o mês todo ele pode ganhar em dois dias, entende? (risos) se você pensa a família como um conjunto tem que organizar. Assim, a divisão social do trabalho doméstico não existe. A gente vem fazendo escolhas de forma conjunta para que cada um possa colaborar da melhor maneira para família, mas que isso precisa ter uma clareza muito grande, a importância de cada papel, de cada ator ocupa dentro desse lugar. (AMETISTA, 37 anos).

Percebemos que essas cobranças são marcantes para Safira e Ametista, porém administradas de forma diferenciada. Safira consegue manter um equilíbrio entre as influências familiares e profissionais na organização de sua identidade de gênero, Enquanto isso, na fala de Ametista, notamos a presença marcante da formação da identidade de gênero, tendo como base os padrões familiares estabelecidos.

Para Sarti (2001), a mulher, que está inserida no mundo do trabalho, acaba acumulando funções e responsabilidades antigas, pois os estereótipos de gênero acabam predominando nas tarefas masculinas e femininas. Destarte, a presença de filhos, menores de idade, contribui para limitar a participação da mulher no mercado formal.

Percebemos que a feminização da advocacia não é apresentada, na contemporaneidade, em igualdade de oportunidades, pois as rotinas dos trabalhos domésticos continuam sendo cobradas para as mulheres, principalmente quando referem-se aos cuidados com os filhos. Para Bertolin (2017, p. 27) “a evasão de advogadas plenas e seniores se mostrou como um problema, o que está relacionado diretamente com a maternidade”.

No caso de Turquesa e Esmeralda, percebemos que a identidade de gênero predominante é profissional. Parece-nos impossível analisar seus discursos sem

levar em conta a formação social e política presentes em seus testemunhos. Assim, segue o testemunho de Esmeralda:

Eu lembro de uma coisa que me incomodava muito na faculdade. Meu companheiro é 10 anos mais velho e ele já tinha a carreira profissional definida, é médico. Na faculdade me perturbava muito que, até professores, achavam que eu não precisava fazer estágio. Porque eu fazia faculdade? Porque eu tinha a vida corrida? Porque estudava finais de semana, sendo que meu companheiro tem condições e pode me dar tudo? Esses eram questionamentos que as pessoas faziam. Eu ouvia muito isso de colegas de sala, de professores, de pessoas dos ambientes de meus estágios. Eu sempre respondia que a vida era dele e que eu queria ter a minha. Eu não nasci para viver na sombra de ninguém. Talvez ele fique na minha algum dia [risos]. Mas eu não nasci para viver dependendo e na sombra de ninguém. [...] A visão do meu companheiro sobre meu trabalho ainda é conflituosa, vive em cima do muro. No início ele sempre quis ter uma mulher independente. Com meus estudos, nós sempre discutimos muito. Tento mostrar para ele o quanto essa ideologia machista, patriarcal é apresentada de forma sutil na convivência e que poderia ser um obstáculo para o crescimento profissional que sempre sonhei. Então, hoje, meu companheiro vive em cima do muro. Ele tem muita admiração por mim, fala isso sempre, por eu ter construído muito rápido minha vida profissional. Da faculdade, já sou sócia um escritório, enfim, independente. Ele tem admiração e orgulho muito grande. Sempre fala de mim para as pessoas com muita admiração pela minha conquista. Isso acaba me motivando, pois é uma relação libertadora. Ele não age como um companheiro que me oprime e fica cerceando meu crescimento profissional. Por outro lado, também, percebo nele um medo. Tipo assim, até onde ela vai? Até onde essa mulher pode ir, gente? Alguém segura, por favor? [risos]. Eu tenho alguns trabalhos apresentados em outros países. Todas essas viagens eu fiz sem ele [risos]. Quando um trabalho meu é aprovado, ele entra em contato com os nossos amigos para contar logo que vou ter mais um artigo publicado. Mas quando vai chegando perto da viagem ele começa a questionar: “vai passar quantos dias? Como vai ser lá?” Também assim, eu trabalho muito mais que ele. Todos os turnos da tarde dele são livres. Quem cuida mais da casa é ele [risos]. Para ele isso também é uma dificuldade. Às vezes, ele faz numa boa. Ele sente cansado de cuidar dessas coisas, reclamando que estou trabalhando demais e não fazendo a minha parte. Tento mostrar que não é uma obrigação minha porque sou mulher. Tento mostrar que ele tem mais tempo para cuidar dessas coisas do que eu. Trabalho doméstico é para quem tem mais tempo, não para quem é mulher [risos]. Ele chega faz almoço, arruma as coisas, cozinha e eu fico estudando. Isso foi uma conquista muito grande, tive que lapidar, ao longo desses anos minha relação mostrando para ele como as coisas deviam ser. [...] Não sei como vai ser se um dia eu tiver filhos, porque a outra pressão que sofro é de ter filhos. É algo que estou sentindo incomodada, sabe? Todos os dias fico pensando nessa questão da maternidade porque é uma pressão muito grande. A minha descoberta atual é essa. Foi aí que comecei a estudar direitos

sexuais e obstétricos da mulher. O primeiro momento foi por meio de uma palestra, convidada por Turquesa. Comecei a ler para montar a palestra. Eu já tinha o costume de estudar, mas a temática me deu aquela fome de querer saber mais, pesquisar mais. Deparei com a questão da maternidade, já estava sentindo a pressão de meus pais querendo um neto, meus vizinhos, amigos. Sem contar que todas minhas amigas da minha idade já têm filhos. Questionam quando terei um filho. Comecei sufocar. Assim, essa questão casou com os estudos que eu estava realizando para a palestra. Hoje estou conseguindo fazer uma análise que eu não preciso ser mãe. Ser mãe não é uma obrigação da mulher. Biologicamente fomos feitas para isso. Não sei dizer se feliz ou infelizmente. Quem é mãe diz que é uma dádiva, mas eu não sei até que ponto eu quero ser mãe. Hoje eu não quero ser mãe, acho que daqui a alguns anos vou continuar não querendo ser mãe. Acho que não tenho capacidade para ser mãe. Quero construir minhas questões primeiro, pois não sou resolvida para isso, entendeu? (ESMERALDA, 28 anos).

Ao apresentarmos o relato de Esmeralda, percebemos uma série de questões sociais presentes: a diferença de idade entre ela e o companheiro, o empoderamento da mulher, o papel da dona de casa, o direito de ir e vir e a maternidade. Para Smeha e Calvano (2009, p. 213), nas últimas décadas, a emancipação feminina repercutiu pela busca de:

uma identidade profissional, uma vez que passaram a ser reconhecidas pelo que fazem e não mais, unicamente, pelo que “naturalmente” podem ter. A possibilidade de reconhecimento, investimento e satisfação pelo trabalho torna esta vivência cada vez mais atrativa e recheada de sentidos. Hoje, o contingente feminino na esfera trabalhista faz com que a maternidade deixe de ser a única conquista fálica, pois a cultura permite tal transcendência. Portanto, a maternidade passa a assumir o formato de escolha, na medida em que deixa de ser obrigação moral, psíquica e imposição social.

Por meio de seu empoderamento¹⁶, Esmeralda apresenta um sentimento de igualdade de direitos na relação entre homens e mulheres, desconstruindo a visão patriarcal na qual a mulher aparece com papéis bem definidos. Outro aspecto relevante, em relação à identidade de gênero apresentada por Esmeralda, é a diferença de idade – gerações – entre as demais testemunhas. Desta forma, para Esmeralda, o reconhecimento social e a valorização do trabalho feminino “faz com

¹⁶ Sardenberg conceitua o empoderamento da mulher como um processo de conquista da autonomia, da auto-determinação, implicando na libertação das mulheres da pressão do gênero e patriarcal. “Para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG 2006, P. 02).

que haja uma elevação da identidade profissional feminina que, ao mesmo tempo, exige maior energia, mas coloca como fonte de prazer” (SMEHA; CALVANO, 2009, p. 213).

6.4 ASPECTO DE AVANÇO NA CARREIRA PROFISSIONAL

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ao longo das últimas décadas, contribuíram para quebrarmos os paradigmas, dentre os quais destacamos a fragilidade feminina. Um instrumento de conquista de *status* e ascensão social da pessoa é estar inserido no mundo do trabalho em um ambiente laboral que proporcione situações em que se sintam dignas de respeito e com oportunidade de realização profissional e pessoal. Assim, nesta categoria, apresentamos os **avanços na carreira profissional** de nossas relatoras.

Percebemos, na fala de Pérola, a sua realização enquanto profissional da área de Direito, e reconhecimento por parte dos colegas de trabalho. Desenvolveu funções na delegacia de mulheres, bem como na corregedoria e defensoria de policiais. A sua inserção no mundo do trabalho e a conquista do espaço público foram fatores determinantes para o seu processo de empoderamento feminino.

Depois desses dois anos na delegacia da mulher teve uma campanha política para governador e a delegada titular da delegacia da mulher saía muito para ajudar na campanha. Eu acabei ficando substituindo enquanto estava fora. Atendia, conversava com as mulheres, fazia papel de advogada, mãe, amiga, psicóloga, fazia o papel de tudo ali na delegacia. E a delegada gostava muito de mim. Quando o governador foi eleito, ela me chamou na sala dela, eu fiquei com tanto medo...eu falei “meu Deus será que ela vai dizer que não me quer mais aqui? Vou morrer se eu não puder fazer mais esse trabalho.” Isso porque ele me mantinha viva, eu fazia tudo por aquelas mulheres. Ela me chamou na sala dela e disse assim: “Doutora, eu quero conversar com você. Sente aí.” Sentei morrendo de medo que ela dissesse que a partir daquele momento não poderia mais trabalhar lá. Ela perguntou para mim: “Você quer fazer parte da equipe do governador?” Fiquei estarecida. Falei: “claro que eu quero doutora.” Aí não tinha o cargo de assistente jurídico policial e eles criaram um cargo para mim dentro do governo. Nesta época passei a defender os policiais quando tinha alguma sindicância contra eles e eles não podiam pagar um advogado por ganharem muito pouco, então eu entrava em cena como advogada deles. Passou um tempo me convidaram para ser assessora jurídica da corregedoria que também era do primeiro escalão do governo. Eu sempre fui respeitada no meu local de trabalho. Hoje estou aposentada (PÉROLA, 67 anos).

Nesse sentido, Pérola transitou pelas identidades de gênero de organização familiar e profissional, sendo que, em determinados momentos de sua vida teve, a predominância de uma delas em sua formação.

Turquesa, graduada em Letras e Bacharel em Direito, iniciou sua jornada no mundo do trabalho como professora além de sua experiência com a Câmara de Diretores Lojistas – CDL. Mais tarde, foi aprovada em um concurso público atingindo uma função jurídica na instituição. Hoje, além de exercer a advocacia, desenvolve um projeto, em grande escala, sobre assédio no ambiente de trabalho.

Quando cheguei passei formalizar os pareceres. Eles passavam por mim, emitia, mas não podia assinar. Quem assinava os pareceres era o procurador chefe. Você se matava de trabalhar, mas não assinava. Os pareceres eram dados à mão. [...] Senti a frieza do tratamento. Comecei a atender as pessoas diferencialmente. Sentava, víamos as leis e explicava para as pessoas o porquê do parecer e quais eram os seus direitos. Começou um atendimento, porque até esse momento não existia. Comecei a humanizar. Quando eu assumi o cargo de chefia eu abri as portas para todos. Você chegou e tinha um problema para resolver, então vamos resolver. Isso sempre me causou problemas porque as pessoas achavam que eu era a metida, a mandona, 'a sabe' tudo. Eu nunca me importei com isso. Se as pessoas tinham problemas pessoais ou administrativos e eu poderia fazer, porque não fazer? (TURQUESA, 60 anos).

Na fala de Turquesa está presente seu cuidado com o outro. Tanto que, em sua atual função, desempenha um trabalho de assistência aos colegas de trabalho, vitimizados por ações opressoras e de violência verbais, físicas e psicológicas. Sua luta está relacionada com a valorização do ser humano, bem como as condições mais favoráveis de trabalho.

Já Safira, que busca um equilíbrio entre a identidade de gênero familiar e profissional, faz um relato de sua trajetória do período que estudava, de sua função como professora de uma instituição de ensino superior e advogada do setor penal.

Na faculdade, tínhamos um número equilibrado de meninas. O que eu percebia era que as meninas tinham maior dedicação ao curso. Por outro lado, estava pensando esses dias, quando formamos o nosso grupo no whatsapp, percebi que poucas mulheres trabalham na área. Assim acaba sendo ainda uma área muito masculina. Então tenho colegas advogadas, professoras, delegadas, mas se eu for computar a maioria da turma está fora do mercado de trabalho na área que se formou. [...] No nosso colegiado de direito temos até um equilíbrio do número de homens e mulheres. Até mesmo nos cargos administrativos tem um equilíbrio de troca entre homens e mulheres. O que eu percebo, não só no colegiado de Direito, mas no

departamento, quando as mulheres estão chefiando, as falas dos homens para se contrapor são mais agressivas. Teve um dia até que a gente falou isso na reunião, porque os homens tem que falar gritando quando é uma coordenadora, mas quando é um coordenador o tom de voz não é o mesmo. Então percebo que a gente consegue adentrar em alguns campos, mas esses campos têm resistências. [...] Nas audiências observo certa resistência por ser mulher, principalmente em minha área que é penal. Eu lembro que logo no primeiro júri que fiz aqui em Conquista, olha que isso tem uns 10 anos, a gente estava no embate. O promotor falava uma coisa e eu falava outra, no meio do júri ele falou assim: “Pena que eu não estou falando com um homem, porque eu tenho mãe, irmãs e eu não posso falar para você o que poderia falar para um homem.” Respondi que ele poderia ficar à vontade, pois estava falando com uma profissional. Então a gente percebe que tem esses embates. [...] Quando a gente vai fazer esses júris sempre é destacado como é bom fazer júri com uma mulher para embelezar o plenário, um machismo disfarçado. Nós estamos ali como profissionais, não tem que ser destacadas essas peculiaridades. Acho que nunca participei de um júri que não fosse destacada questão da presença feminina. Quando destaca é porque tem algo deslocado de lugar, algo que não é comum, que não é o lugar dela ali (SAFIRA, 38 anos).

Os ambientes de ocupação profissional feminina, apresentados por Safira, historicamente foram majoritários pela presença masculina. Daí as situações de opressão identificadas nas relações sociais estabelecidas com os colegas de trabalho.

As inquietações de Ametista estão relacionadas com a concorrência no mundo do trabalho, visto que passou 12 anos de sua vida atuando no setor público mediante cargo comissionado.

Eu acho que existe a questão da concorrência. Em estudos recentes sobre mulheres na advocacia mostra que temos menos oportunidades que os homens. Tenho dois filhos pequenos, assim não posso ir para um happy hour com clientes; menos disponibilidade de tempo para poder fazer network; menos tempo para dedicar a projetos institucionais. Estou considerando uma mulher com filhos, talvez sendo uma mulher solteira, sem filhos possa ter mais oportunidades. Mas o machismo ainda existe. Uma mulher casada, com filhos dentro de uma sociedade machista, estruturada desta forma que a gente vive fica tudo um pouco mais difícil. Hoje as mulheres até já estão mais presentes na advocacia, mas existe uma pesquisa que, em consideração ao número de homens, comprova que nós ocupamos funções diretivas, participamos em sociedades empresariais, mas ainda não temos a capacidade de fazer parte de um universo igualitário. O meu exemplo é claro, minha parceria aqui no escritório tem ocorrido apenas com mulheres, com perfis parecidos ao meu de ter filhos, esposo e tarefas domésticas. [...] No meu caso ainda tenho problemas maiores porque tenho 12 anos de atuação no setor público. Então eu fui assessora,

técnica, trabalhei no ministério da saúde pública, em uma fundação em Salvador, militando na gestão pública e na área da saúde. Recentemente que eu enveredei para a carreira jurídica privada, exercendo a advocacia, uma profissional liberal. Até então tinha apenas experiência com gestão pública, cargos e funções que me davam um conforto, uma tranquilidade. Apesar de não ter sido uma servidora concursada, construí uma trajetória profissional importante. Recentemente que estou me descobrindo em outro universo, outro espaço que antes que não havia priorizado como empreendimento. A competitividade que existe hoje no mercado, o aumento do número de cursos de direitos e de profissionais no mercado de trabalho e esse ato de tempo que fiquei me dedicando a funções adversas à advocacia liberal, isso me deixa um pouco atrás de pessoas que estão na mesma faixa etária. Desta forma, o desafio ainda é maior, eu preciso correr atrás do tempo perdido que fiquei fora desse mercado de trabalho. Sem contar que ainda tenho dois filhos para cuidar e ainda exerço uma profissão limitadora do ponto de vista de fazer uma divisão equânime das tarefas domésticas. Então tem sido muito difícil dentro desta perspectiva (AMETISTA, 37 anos).

As suas dificuldades em adentrar o mundo do trabalho correspondem a uma demanda da estruturação, recente, de seu escritório de advocacia. Percebemos a predominância de associação com outras profissionais que possuem perfis aproximados, ou seja, que compreendem seus papéis sociais – esposa, dona de casa e mãe – por se encontrarem na mesma situação. Segundo Bertolin (2017, p. 27):

A importância que o cuidado com os filhos assume para a maior parte das mulheres trabalhadoras – e não é diferente para as advogadas – faz com que, muitas vezes, elas sejam consideradas “menos comprometidas” do que os colegas do sexo masculino, com relação ao trabalho produtivo, o que tem servido de justificativa para a não ascensão profissional de mulheres com responsabilidades familiares.

Esse perfil, apresentado pela autora supracitada, converge com as questões relatadas por Ametista quando refere-se aos papéis que tem que executar na função de esposa e mãe, bem como em suas relações estabelecidas no mercado de trabalho como advogada.

Esmeralda relatou sua experiência durante o curso de graduação em que participou dos estágios oferecidos pelo Ministério Público.

A maior parte do curso eu estagiei em uma vara criminal. Na vara criminal 90% das pessoas que circulam são homens. No direito penal isso é muito forte, sendo as mulheres excluídas. É uma exclusão por parte dos clientes e dos colegas. Enfim, eu convivia nesse ambiente de muitos homens. A gente percebia os olhares, por isso sempre tive

muito cuidado com o tratamento formal, com as roupas. As roupas sempre compostas para não ter comentários. Quando chegava para atender algum advogado era comum ouvir falar que eu estava bonita, perguntar por meu namorado. Agradecia formalmente e respondia que meu companheiro estava em casa me esperando [risos] (ESMERALDA, 28 anos).

As conquistas de igualdade política, econômica e social perante a lei não garantem uma prática igualitária de subsistência nas relações sociais. As situações a que Esmeralda ficou exposta condizem com a realidade de muitas mulheres que estão em ambiente, marcadamente, pela presença masculina.

Segundo Bertolin (2017), há uma predominância na aceitação de advogados do que de advogadas, pelo fato de serem considerados mais imponentes ou, até mesmo, por considerar que eles não possuem demandas das obrigações familiares.

Na busca de sua emancipação, as mulheres intensificam sua participação “na organização da sociedade, em atividades produtivas com direitos profissionais, desafios intelectuais, lutando, depois de séculos, contra papéis que historicamente lhes foram impostos pela cidadania” (CALLEGARI, 2000, p. 116).

6.5 RELAÇÕES INTERGÊNEROS NA FAMÍLIA E NO ESPAÇO PROFISSIONAL

Nesta categoria de análise apresentamos como estão estabelecidas as **relações intergêneros na família e no trabalho**, ou seja, situadas na sociedade.

Durante séculos, as mulheres passaram despercebidas e silenciadas, em estado de opressão e desvalorização nas sociedades ocidentais. Não podemos dizer que estamos sendo ouvidas em bom som, pois ainda temos os vestígios de uma sociedade segregadora e excludente.

Para atingirmos um objetivo, muitas vezes, temos que nos desfazer de outras conquistas que nos satisfiziam de alguma forma. Nesse processo de construção e amadurecimento, passamos pelas mais diversas experiências, ora boas e ora ruins. Assim é a situação de Pérola, para ter reconhecimento no mundo do trabalho, precisou desfazer de um casamento 30 de anos. Ao deixar de exercer o papel de esposa, passou a ser provedora de seu lar, construindo um novo arranjo familiar.

Depois de um ano separada ainda não acreditava que tinha feito. Eu chorava muito quando me via sozinha. Mas eu não chorava pro ele, porque dele eu estava livre de verdade. Chorava pela família, pelos planos não realizados, pelos filhos, pelo todo da família. Sofri muito

pela família. Todas as noites eu chorava. [...] A cada suíte de minha casa que ficava pronta vinha um filho morar comigo. Até que consegui recuperar todos os meus filhos. Trouxe todos para morar comigo novamente. Senti-me realizada. [...] Hoje tenho minha liberdade que não troco por nada, nada dessa vida. Depois de dois anos de separada arrumei um namorado, fiquei com ele durante cinco anos, sendo cada um em sua casa. Simplesmente namorando. Terminamos e, de lá para cá, estou sozinha. Faz 10 anos que estou só, vivo tranquilamente, cuido dos meus filhos. Esses últimos 10 anos eu vivi para meus filhos, netos e para minha casa. Agora que resolvi viajar, quero sair, conhecer pessoas diferentes. Eu estou sentindo que estou velha, mas eu quero curtir um pouco ainda. Eu ainda penso em viver um amor, uma grande paixão, eu penso! Eu quero viver isso, vivenciar uma paixão, um amor, ficar junto. Não de morar na mesma casa, mas de ter alguém que eu possa dividir as coisas, conversar, eu tenho muita vontade. Ultimamente esse desejo de ser feliz, esse desejo imenso de ser feliz, está uma coisa tão forte que estou preocupada. Sabe? Não querendo ser feliz a qualquer custo, mas aquela necessidade enorme de ter alguém, de amar, de abraçar, sabe? De estar junto, de aconchegar! Estou me sentindo assim ultimamente. Não sei se vai dar certo, mas estou tentando. Quero viver um grande amor, uma grande paixão, mas não sei como vai ser (PÉROLA, 67 anos).

Apesar de ter vivenciado um casamento em que foi oprimida, encontramos presente a memória da identidade de gênero familiar, ressaltando sua necessidade de ser amada, de ter um companheiro, sem perder sua liberdade.

O gênero está presente em todas as estruturas sociais, sendo o tempo e a história determinantes na organização coletiva e na reprodução das gerações. As classes sociais são legitimadas pela condição sexuada e etária de seus membros. Apesar de sentir-se velha, Pérola necessita vivenciar sua sexualidade, em uma dimensão humana de intimidade, afetividade, companheirismo, amor, prazer, autoestima e auto-imagem.

Safira considera importante a mulher ser empoderada para romper com os padrões patriarcais, desde o âmbito familiar ao laboral. Sua luta de resistência para equilibrar as identidades de gênero sob orientação familiar e profissional é constante. São relatos de sala de aula, convivência familiar e de experiências em atendimento de mulheres em situação de violência que fazem parte de sua vivência.

Considero que para mulher ser empoderada é necessário romper com a visão patriarcal, pois ela impede que a gente adentre profissionalmente em determinados campos, tendo muita resistência. Quando eu fui ter minha filha eu tinha um horário diferenciado por conta de minha amamentação. Fiz meu horário em função disso. Ai uma turma pediu para modificar. Falei que não poderia modificar porque eu tinha planejado todo meu horário em função da

amamentação da minha filha. Eu vi vários estudantes sorrindo de canto de boca como se eu não quisesse mudar por um capricho, por alguma coisa assim. Então a dificuldade é a gente vencer esses pontos de patriarcalismo que a gente encontra a todo o momento. Nós não temos esse direito de licença maternidade. Então são várias situações que são passadas como naturalizadas e que a gente tem que ficar rompendo o tempo inteiro para quebrar com esse padrão. [...] A minha profissão, além de ser um campo masculino, trabalho com o Direito Penal que é mais masculino ainda. Ai vem essas questões, às vezes, de meu companheiro achar que determinado caso eu não deveria pegar. Ele nunca falava que eu não poderia pegar tal caso por eu ser mulher, mas usava a oração acho que você não deveria pegar. Tinha essa questão implícita. [...] Um dos grandes desafios para adentrar o mercado de trabalho foi ser aceita como advogada e de uma área criminal. Outro desafio, que já foi um desafio profissional e não de mercado de trabalho, foi quando fui ser advogada do centro de referência de Vitória da Conquista. A gente estuda as leis na faculdade como se houvesse uma neutralidade. Mas quando comecei a atender mulheres em situação de violência, fiz mestrado e doutorado pesquisando essa área, percebi que o que aprendi na universidade não me dava respostas e eu não conseguia fazer as intervenções significativas. Eu tinha que conhecer a sociedade patriarcal. Porque a sociedade patriarcal gera violência para conseguir fazer uma intervenção. Para mim foi um grande desafio, mas um desafio positivo que foi romper com esse direito que estudei apresentado como neutro, que não deveria ser necessário uma lei, como a Maria da Penha. Isso mexeu muito com minhas bases teóricas e até hoje não saí desse tema e nem dessa área de trabalho (SAFIRA, 38 anos).

Suas construções sociais e atitudes referentes a determinadas realidades demonstram o quanto o meio social está impregnado de valores patriarcais que se misturam e se transformam em valores contemporâneos.

Ametista enfatiza muito a questão do preconceito e das desigualdades sociais, principalmente situações que vivenciou por ser mulher e estar grávida. Em seus relatos está presente a identidade de gênero direcionada para os aspectos de orientação familiar. O que prepondera em sua concepção é a família.

Nas desigualdades do mercado de trabalho ainda está presente o preconceito com as mulheres e, também pelas próprias mulheres. Eu mesma sofri preconceito uma vez por uma mulher. Eu fiquei grávida na época que estava fazendo mestrado, ela questionou minha situação “mas eu achei que você só fosse engravidar depois do mestrado”. Então as pessoas se sentem no direito de opinar, de achar que a mulher deve planejar sua vida reprodutiva de acordo com a empresa, com a instituição que trabalha. Eu não vejo muito por esse lado. A mulher tem o direito de ter sua vida e aos homens essas coisas não são colocadas. Ninguém pergunta ao homem quando ele terá filho. Essa questão não é colocada para o homem. A gente tem o nosso relógio biológico, tem o nosso tempo e a gente não pode ser reprimida. [...] Eu percebo que, socialmente, existe

esta estigmatização em relação às mulheres pela condição feminina. Existe a questão também do assédio, de serem negadas a ela oportunidades por essas condições. Discriminação por mulheres que tem filhos, sendo pior ainda quando ficam doentes e precisam ser acompanhados pela mãe. Esse fato é narrado aqui recorrente por minhas clientes. Como são as mulheres que sempre cuidam dos filhos, acaba acarretando que as mesmas precisam faltar ao trabalho para acompanhar ao médico, cuidar do filho. Os homens acabam participando menos. Do ponto de vista social são marcas que eu vejo bem presentes na questão do tratamento diferenciado que tem entre homens e mulheres considerando sua inserção no mercado de trabalho. Até mesmo os empresários possuem essa discriminação, às vezes eles preferem um advogado para sentar em um bar, tomar um uísque, contar piadas. Eu ainda não sofri isso, mas a gente percebe uma preferência pelo homem. Parece que as pessoas se sentem mais à vontade (AMETISTA, 37 anos).

A valorização dos estereótipos característicos das funções sociais de esposa/mãe/dona de casa encontram-se latentes em sua formação. Para Bertolin (2017, p. 29) as cobranças presentes dessas profissionais “o cumprimento de metas de sua permanência durante muitas horas no escritório, mas também que sejam excelentes donas de casa e mães, que estejam sempre com as unhas feitas e os cabelos arrumados e em boa forma física”.

No que tange à condição feminina, a luta pelos direitos é constante. Buscamos subjetivar nos lugares que são pertinentes aos nossos interesses. Sendo assim, estamos constantemente criando subterfúgios para garantir aquilo que desejamos, seja no âmbito público ou privado.

Esmeralda considera alguns fatores marcantes ao subjetivar nos espaços familiar e extra familiar.

Duas coisas sobressaíram muito em minha vida. Uma foi a questão de ter um relacionamento com uma pessoa mais velha, não pelo fator idade uma vez que em nossa sociedade a mulher pode ficar com um homem mais velho. Isso é normal. Assim como o homem pode ficar com uma mulher mais nova. Estava em uma situação confortável em relação à idade, mas o que reporto é a situação dele ser um homem que já tinha uma carreira construída, independente financeiramente. A outra coisa é a respeito do meu estereótipo de ser considerada bonita. Isso sempre era invocado na faculdade e nos estágios que fiz. [...] Na advocacia trabalho na área previdenciária e trabalhista. Estou me especializando. Faço muita coisa de civil e penal fica com minha sócia, mas não deixo de auxiliá-la. [...] É muito complicado para nós mulheres nos estabelecermos profissionalmente. Eu vejo que a questão da profissão é uma luta diária. A gente tem que estar provando que pode, que é competente, inteligente, que pode aquilo. Especialmente que você não é frágil. Talvez por eu ser nova passe mais por essas situações de ter que

estar sempre provando que sou capaz. A questão da credibilidade fica comprometida. Tenho que provar que eu posso, que eu sou competente e que eu consigo. Juntando todas essas questões a gente forma um saquinho de coisas que acaba comprometendo minha credibilidade. A gente mata um leão por dia para sobreviver a essa loucura. Minha sorte é que minhas ambições estão centradas no campo intelectual, de crescimento do meu conhecimento. [...] Hoje o que vejo é que posso fazer diferente. Tenho um trabalho voluntário em organizações que atendem mulheres em situações de vulnerabilidade e de violência. Isso é um alento poder contribuir de alguma forma com meus estudos. Eu vejo que eu posso com meu trabalho fazer a diferença na vida dessas mulheres. Não posso mais afastar das questões de gênero [risos] (ESMERALDA, 28 anos).

Seus conflitos pessoais são resultantes de escolhas e de situações concretas – escolha do companheiro, opção pelo curso de direito, campo de atuação, campo de estudo, trabalhos voluntariados. Na sua identidade de gênero está presente a sua liberdade de escolha, seus interesses, sua independência emocional e financeira.

Apesar de notarmos que o papel da mulher no mundo do trabalho tem se efetivado, sua visibilidade em determinadas áreas ainda permanecem restritas, como é o caso da advocacia. Questões como as diferenças salariais e de oportunidades, reconhecimento social, absorção no mundo do trabalho são entraves presentes nas relações de gênero, contribuindo para as desigualdades sociais.

Notoriamente, nas sociedades organizadas com base na hierarquização do gênero, nas estruturas predominantes o homem exerce a função de dominador, enquanto cabe a mulher a função de dominada.

Apresentamos, ainda, como um desafio para as mulheres, na contemporaneidade, é a luta para reverter os valores sociais no qual a figura feminina é a responsável pelas tarefas domésticas, fato que foi solidificado na sociedade durante séculos de nossa história.

Apresentamos como fatores contribuem para a expansão da participação feminina no mundo do trabalho a expansão do capitalismo, a globalização, a urbanização e, principalmente, o aumento da escolaridade da mulher e seu acesso às universidades, possibilitando a inserção em ocupações, historicamente, exercidas por homens.

7 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FINAIS DAS HIPOTÉSES

A realização deste trabalho partiu de nossas inquietações a respeito do universo feminino. Percebemos, por meio de nossas leituras, que as abordagens presentes nos estudos acadêmicos relacionam diversas perspectivas de identidades de gênero, contribuindo para delimitar seus papéis na sociedade.

Traçamos nossos objetivos para analisar como estão construídos os discursos de memória das mulheres inseridas no mundo do trabalho em funções concebidas como masculinas, bem como, suas narrativas referentes à memória da relação de gênero na sociedade contemporânea.

Assim consideramos que a nossa hipótese central está confirmada pelos nossos dados. Isso é que as mulheres pesquisadas inseridas no mundo do trabalho, que exercem a profissão da advocacia, têm que afrontar efetivamente, diferenças em função do gênero na sua situação profissional, questão que tem seu reflexo na sua identidade de gênero.

Concretamente, podemos afirmar que nas memórias das mulheres pesquisadas estão presentes os três modelos de identidade feminina anteriormente citadas.

Mais especificamente, identificar como estão constituídas as memórias das relações de gênero na contemporaneidade que contribuem para as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho; compreender e comparar os discursos e concepções das memórias de identidade de gênero nas narrativas de mulheres inseridas no mundo do trabalho em funções concebidas como masculinas; e analisar as memórias das identidades presentes nas narrativas das mulheres e o discurso da relação de gênero entre masculino e feminino.

Percebemos que a história é constantemente atualizada pelos fatos sociais que refletem no cotidiano de homens e mulheres pertencentes ao meio que estão inseridos. Os conceitos são formados pelas influências recebidas. Desta forma, não podemos observar os conceitos isoladamente, mas inseridos em um enredo histórico, cultural, político e social.

O mesmo cuidado devemos tomar ao analisarmos conceitos como sexo/gênero, feminismo/machismo e homem/mulher que estão enraizados em nossos construtos sociais. Percebemos a variação de conceitos em cada cultura, época, sistema político e espaço geográfico, bem como seus avanços e retrocessos.

As variações conceituais derivavam da complexidade das sociedades, as quais humanizam o público por meio de suas reivindicações e conquistas e politizando o privado.

Diante de tantas correntes epistemológicas, o feminismo como doutrina que preconiza a igualdade entre homens e mulheres, expressa a consciência crítica da redefinição do papel das mulheres nos diversos espaços da sociedade.

Essa consciência crítica é construída em meio às grandes transformações ocorridas inicialmente nos países europeus, França e Inglaterra, decorrentes da mudança do sistema econômico. Com o capitalismo foram construídas as bases dos ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade trazidas pela democracia burguesa. Porém, esses ideais ainda estavam restritos para uma sociedade burguesa centrada no homem. A mulher ainda estava reservada os espaços privados direcionados aos papéis de filha, esposa e mãe, longe de uma vida pública.

Com o crescimento do movimento social pelo sistema econômico capitalista, nas relações começa a ser estabelecida a necessidade de acúmulo de lucro, principalmente dentro dos espaços privados – família. Assim, percebemos que uma autoconsciência surge entre as mulheres das classes médias, lutando pelos seus espaços públicos nos países mais avançados.

As sociedades com características patriarcais foram inundadas com os avanços tecnológicos da Revolução Industrial, o que contribuiu para homens e mulheres venderem sua força de trabalho no mercado. Porém, a longa história da submissão das mulheres contribuiu no processo de inferioridade salarial, jornadas de trabalho excessivas e insalubres, permanecendo oprimidas e exploradas e negado o direito delas à cidadania.

Com o rompimento do isolamento doméstico e sua participação no mundo do trabalho, começou a emergir um sentimento de subversão contra a exploração a que estavam submetidas, dando origem aos movimentos feministas em suas mais variadas formações ideológicas e políticas, sendo as principais tendências nesse período histórico: o feminismo burguês ou sufragista que reivindicava reformas jurídicas com base na igualdade nas leis entre homens e mulheres; e o feminismo socialista que não reconhecia questões específicas à mulher, mas em um movimento de classes sem divisão.

Essas duas correntes ideológicas dominaram o feminismo internacional com momentos de efervescência e de desarticulação por mais de um século, dando lugar

para uma nova corrente feminista nos anos 60, do século XX, que vem questionar comportamentos, práticas e padrões do papel da mulher nas esferas familiares, no mundo do trabalho e na sociedade.

Trata-se de movimentos contemporâneos com o objetivo de transformar as relações humanas de discriminação social, de produção e sexuais, bem como proporcionar uma reflexão crítica coletiva sobre a práxis política da mulher.

Percebemos que as relações de diferenciação entre o público e o privado só existiam no mundo ideológico, bem como que as relações não são naturais e nem tão pouco biológicas, mas construídas nas suas raízes sociais e históricas.

A distinção entre sexo/gênero contribui para diferenciar o natural do que é estabelecido socialmente, acentuando as discriminações sociais estabelecidas pelo que pode ser adequado para a mulher e para o homem nas sociedades que estão inseridos.

A identidade é caracterizada como relacional, dando lugar à fluidez em virtude das situações relacionais que serão cruciais no processo de construção identitária.

O processo identitário funcionará como mecanismo de designação dos termos masculino e feminino. Diante do contexto histórico das sociedades ocidentais, notamos que a predominância foi o homem como centro das articulações sociais, dando origem ao sistema patriarcal. O termo homem era universal, utilizado para designar homens e mulheres nas sociedades patriarcais do ocidente.

Os movimentos sociais de reivindicações dos direitos identitários feministas tiveram início em primeira instância com o desejo de ter direito de voto, mais tarde esses movimentos ganharam maiores proporções sinalizando como reivindicações de outros direitos sociais a exemplo podemos citar do reconhecimento no mundo do trabalho e o combate à violência doméstica.

Simone de Beauvoir (1980) foi uma das representantes da teoria feminista da igualdade, expressão de reivindicações do sentimento de equidade social. Defendeu que a identidade feminina é constituída de forma socio-cultural, daí a predominância da cultura de dominação masculina.

Neste contexto histórico que prevalecia o sistema patriarcal, as mulheres eram submissas ao seu pai e, posteriormente, ao seu marido, tendo como função a reprodução e as tarefas domésticas.

A teoria feminista da diferença tem como representante a francesa Luce Irigaray (1992), preconizando a feminização do mundo. As feministas da diferença foram

acusadas de essencialistas, pois afirmavam que as diferenças estavam registradas no sexo, promovendo a diferença em relação aos homens.

A mulher, por portar em seu corpo características do sexo frágil, torna-se oprimida e submissa ao sexo predominante, masculino. Em seu corpo estão as marcas da menstruação, da gravidez e do processo de amamentação pertencentes ao sexo frágil. Quanto ao sexo masculino, estavam centradas as características de virilidade, sabedoria e razão. Assim, para as feministas da diferença, as mulheres deveriam por em condições de valor as diferenças dos homens e das mulheres.

Diante desse contexto histórico, surge outro movimento feminista conhecido como teoria da desconstrução. Afirmavam que dentro da categoria da diferença feminina existiam outras diferenças que reivindicavam também seus direitos sociais – mulheres mestiças, indígenas, brancas, negras, pobres, trabalhadoras.

Percebemos que, *a priori*, a sociedade contribui na validação das identidades por meio da concepção de valor estabelecido para cada identidade sexual e de gênero. Butler (1999) reivindica a desconstrução dessas identidades fixas formadas pelo binarismo, pois considerava necessário a desnaturalização de gênero e sexo.

Gilligan (1982) critica a visão construída da mulher e as normas de gênero dentro das sociedades patriarcais. Por isso, a ética do cuidado com o outro deve estar presente na sociedade patriarcal, servindo como instrumento transformador das relações sociais. A moral deve ser construída em um prisma formado de direitos, princípios e justiça, valorizando as relações de interdependência entres os seres humanos por meio do cuidado com o outro.

A ética do cuidado não deve ser uma característica apenas feminina, pois todos os indivíduos deveriam ser educados em uma perspectiva de valorização do outro e de sentimentos morais como o amor, a empatia e respeito mútuo.

Compreendemos a necessidade das duas vozes serem ouvidas, pois são modos de percebermos a moralidade. Não podem ser negadas, mas complementares, simétricas. Assim, a busca de inserção da voz da feminina, o respeito aos direitos, o cuidado com o outro e a valorização de sentimentos morais devem estar integrados ao conceito de moral na sociedade.

A responsabilidade na preservação das relações sociais e o cuidado com o outro são necessários para alimentar a noção de moralidade em que os sentimentos morais sejam valorizados.

Diante do exposto, selecionamos 5 mulheres como fontes para coletar suas histórias de vida que constituem a pesquisa, as quais nomeamos de Ametista, Esmeralda, Pérola, Safira e Turquesa. Consideramos a escolha dos nomes fictícios de pedras preciosas devido aos seus valores para nossa pesquisa. Vale salientar que essas mulheres pertencem a gerações diferenciadas, o que nos oportunizou esclarecer como as lembranças passadas podem ser atualizadas no momento presente.

Com essas fontes de histórias de vida elegemos 5 categorias operacionais de análise para verificarmos nossas hipóteses: Identidade de gênero no espaço familiar; Identidade de gênero no espaço profissional; Aspecto de mudança referente à memória enquanto as identidades de gênero das mulheres na família e no trabalho; aspecto de avanço na carreira profissional; e, Relações intergêneros na família e no espaço profissional.

Verificamos que a hipótese central é solidificada em nossa tese, pois na memória das mulheres existem três identidades de gênero firmadas, que em momentos predominam em sua individualidade e, em outros, convergem em suas nuances. Isso é, comprovamos por meio da história de vida, que apresentam de forma flutuante a apropriação de seu passado, realizando um processo de leitura para caracterizar a identidade de gênero como orientação familiar, sob a vertente da valorização do cuidado com a família, seguindo uma orientação doméstica. Nesta vertente, a profissão aparece em plano secundário, subordinado ao papel das mulheres na família.

Também o outro modelo da Identidade de gênero com orientação profissional prioritária, sob uma vertente que prevalece um perfil de independência, identificação com o setor público e com orientação extra familiar pode ser confirmado. A mulher só consegue subjetivar em vários ambientes, principalmente no mundo do trabalho, em virtude de sua determinação e aprimoramento de seus conhecimentos nos espaços acadêmicos e políticos.

E como modelo dominante comprovamos, efetivamente, a existência da Identidade de gênero com dupla orientação: familiar e profissional, demonstrando que essas identidades não são incompatíveis, mas conciliadoras. Acreditamos que os relatos de vida apresentados pelas mulheres constituem como um resgate das lembranças passadas que são reprisadas no presente como foco de luta por seus direitos nos contextos públicos e privados

Evidentemente, ao analisarmos cada personagem das histórias de vida, identificamos as aproximações e distanciamentos sobre suas memórias de identidade de gênero.

Segundo Bruschini (1994), muitas mulheres, ainda carregam valores de outras gerações que foram atualizados em seu comportamento. As tradições, os valores, os papéis sociais contribuem para a formação de um comportamento patriarcal – a dona do lar, esposa e mãe. Aqui apresentamos o primeiro modelo de identidade de gênero baseada na orientação familiar. Nela está presente o cuidado com o outro, as relações de afetividade, a orientação doméstica e a submissão ao gênero masculino.

Para Callegari (2000), as mulheres querem desprender do lar para vivenciar novas experiências e desafios. Centramos, neste aspecto, o segundo modelo de identidade de gênero, ancorado na orientação profissional, que prioriza o exercício laboral, o empoderamento e a independência social e econômica.

Porém, aquelas mulheres que optam por construir uma família, acabam gerando tendências, também, pautadas na valorização do núcleo familiar por meio de suas emoções e afetividade (CALLEGARI, 2000). Localizamos aqui, o nosso terceiro modelo de identidade de gênero, buscando a conciliação das identidades em uma vertente familiar e profissional, sendo um dos grandes desafios para essas mulheres conciliar as funções familiares, afetivas e profissionais.

Com base nos modelos, percebemos que as nossas pedras preciosas – Ametista, Esmeralda, Pérola, Safira e Turquesa – transitam nessas identidades, forjando assim estereótipos do seu gênero.

Em relação à **Ametista (37 anos)**, percebemos sua preocupação em ser inserida no mundo do trabalho como profissional liberal da área da advocacia. Após ter atuado durante 12 anos em funções do setor público, em cargos comissionados, optou por estruturar seu escritório de advocacia, o qual possui outras sócias.

Diante das dificuldades elencadas pela entrevistada, percebemos que as maiores preocupações estão relacionadas ao campo familiar: sua disponibilidade de tempo para dedicar às atividades laborais, pois possui filhos pequenos; a organização da casa, uma vez que seu marido não pode partilhar as atividades por exercer a função de médico cirurgião; as tarefas escolares dos filhos; os horários de compromissos dos filhos; e a falta de tempo para fazer social para seus clientes.

Em relação aos afazeres domésticos, deixou clara a dificuldade encontrada em virtude de sua formação primária de família, apresentando como uma das suas principais características o perfeccionismo. Sendo assim, tem o cuidado de administrar todas as atividades e cuidados com os filhos, casa e marido. Observamos, também, que sua relação com o esposo não é de cobrança, mas sim um sinal de sua formação enquanto mulher.

Para Bruschini (1994), o peso da responsabilidade no crescimento profissional, acaba prejudicando a mulher uma vez que precise conciliar com os afazeres domésticos e as atividades profissionais em horário integral. Destate, suas condições de trabalho acabam anulando a mulher de concorrer em situação de igualdade com o homem.

Desta forma, elegemos a identidade de gênero com orientação familiar predominante em sua formação enquanto sujeito social. Percebemos sua ansiedade ao relatar o estresse diário para conciliar a carreira e as atividades voltadas para o lar, sendo predominante a família.

Esmeralda (28 anos) é a nossa fonte mais jovem. Apesar de ser originária de uma família tradicional, possui concepções distanciadas de sua mãe. Em relação aos aspectos familiares, tem um companheiro há 6 anos, uma relação estável, sem nenhum interesse, por sua parte, de oficializar o casamento mediante uma cerimônia religiosa. Outro aspecto de seu perfil é não nutrir desejo de ser mãe, distanciando-se do determinismo biológico reservado às mulheres. Segundo Saffioti (2013), a maternidade compreende um construto social, do qual a mulher poderá decidir sobre seu corpo.

Suas maiores aspirações estão centradas em suas atividades laborais, apresentando seu desejo de concluir sua especialização e engajar em um mestrado. É sócia em um escritório de advocacia e executa atividades voluntárias com mulheres em situação de violência.

No caso do companheiro de Esmeralda, identificamos que sua co-participação nas atividades domésticas não significa sua aceitação incondicional das atividades laborais de sua companheira (SAFFIOTI, 2013).

Em nossa concepção, a identidade de gênero predominante no perfil de Esmeralda está sob a vertente da orientação profissional, que busca a igualdade de condições e direitos de trabalho, bem como o empoderamento e a independência social e econômica.

Pérola (67 anos) é a nossa depoente mais velha. Transitou pelos dois modelos de identidade de gênero: familiar e profissional. Em suas memórias, as lembranças passadas contribuíram para identificarmos as transformações pelas quais passou. Oriunda de uma família abastada e patriarcal teve uma criação rígida. Com o primeiro namorado casou-se, vivendo juntos durante 30 anos. Viveu sob forte domínio de opressão, em virtude do amor que nutria por seus filhos.

Durante esse período, observamos o predomínio de uma identidade de gênero voltada para os papéis sociais da família. Sua função resumia em ser mãe de cinco filhos, esposa e dona de casa.

Após 27 anos de casada, conseguiu seu primeiro emprego como voluntária na delegacia de mulheres. Depois de 2 anos, foi contratada pela corregedoria do estado. Nesse processo de empoderamento, percebemos que sua identidade de gênero esteve orientada para o aspecto profissional.

Safira (38 anos) é bacharel em Direito, possui uma união estável e tem uma filha. Com o seu companheiro, vive uma relação de partilha dos afazeres domésticos, funções conhecidas dentro da tradição patriarcal como femininas. Além de ser sócia em um escritório de advocacia, é funcionária pública de uma instituição de ensino superior. Sua área de concentração é Direito Penal.

Percebemos na formação de identidade de gênero uma dupla orientação: familiar e profissional. A conciliação dessas duas identidades contribui para que Safira possa transitar em seus papéis sociais.

Turquesa (60 anos), graduada em Letras e Bacharel em Direito, dedicou-se ao longo de sua vida à sua carreira profissional. Mediante seus esforços, foi aprovada em um concurso público de uma instituição de ensino superior, na qual chegou a exercer cargo de chefia com procurada jurídica. Atualmente desenvolve um projeto nesta instituição dando respaldo aos funcionários que foram abusados moral e fisicamente. Diante do quadro descrito, afirmamos que em seu perfil prevalece a identidade de gênero centralizada na orientação profissional.

Parafraseando Beauvior (1980), percebemos que Esmeralda, Safira e Turquesa são as mulheres que mais aproximam do homem na prática de seus direitos e cidadania, bem como do processo de profissionalização.

Salientamos que, apesar das conquistas da mulher no mundo do trabalho e na formação superior em profissões, predominante e historicamente, masculinas, elas ainda assumem inúmeras tarefas domésticas.

Ao longo do texto incorporamos uma análise sobre a temática da construção da identidade de homens e mulheres como num processo dinâmico e relacional pautada nas interações dos sujeitos no contexto social.

Percebemos, em suma, que o processo de construção das identidades pode ser apreendido e aceito, dependendo de como o indivíduo processará, suas vivências e experiências interativas e intersubjetivas. Tal como afirma a concepção teórica interacionista sobre o processo de construção das identidades: os processos de construção das identidades de gênero é um processo reflexivo interativo e intersubjetivo no qual o sujeito transforma e constrói ativamente seus papéis sociais em função do gênero. Afirmamos ainda que a construção da identidade passa por uma dimensão individual e coletiva, sendo ambas produto dos processos de socialização.

Assim, somos produtos das experiências, das vivências e das articulações realizadas na sociedade, construídas a partir das demandas sociopolíticas, culturais e históricas, um processo constante de mudanças e adaptações dos papéis, regras e normas alimentadas pela tradição cultural, mas os próprios sujeitos são os protagonistas sociais ativos desse processo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, M. L. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.3, p.593-607, 2003.

BASTOS, A. P. B. L. **Herdeiros ou sobreviventes**: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro. 2004. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência: Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.163 p.16-42 jan./mar. 2017.

BLUMER, Herbert. **El interaccionismo simbólico**: perspectiva y metodo. Barcelona: Hora. 1982.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOBBIO, Noberto. **O tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; UMNOZ-VARGAS, Monica. **Mulher Brasileira é assim**. RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1994, p.63-94.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras - Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu** v.17, n. 18. p. 157-196, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set/dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>> Acesso em 30/06/2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo Simbólico: Origens, pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 1, n. 30, p. 146-161, 2010.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávaro (Org.). **Diversidades**: dimensão de gênero e sexualidade. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres. 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S.T.M; CODO, W. (Org.). **O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 59–75, 1987.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar (Org.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo Interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: autêntica, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ENGELS, Frederich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1952. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/textos/O%20Papel%20do%20Trabalho%20na%20Transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Macaco%20em%20Homem.pdf>> acesso em 02/01/2017.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Portugal/Brasil: Martins Fontes, 1977.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chis. **Memória Social:** novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FIGUEIREDO, Mariza Athayde. A evolução do feminismo. COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar (Org.). **O feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo Interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

FONTELA, Odil Matheus. **Ocupações web:** a construção de identidades profissionais em cenários recentes de trabalho. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão e sexualidade feminina.** Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GARCIA, Néelson Jahn. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade.** São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1985.

GAY, Peter. **A experiência burguesa:** da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** SP: Atlas, 1999.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. **Floripa Total.** Mar/abril, 2007. Disponível em <http://www.floripatotal.com> > Acesso em: 10/10/2014.

HAHNER, Jane E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas:** 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALBERSTART-FREUD, Hendrika. Electra versus Édipo. **Psychê**, Ano X, n. 17, São Paulo, p. 31-54, jan-jun. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2004.

_____. **Los marcos sociales de la memória**. São Paulo: Vértice, 1994

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomaz T. HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. (org.), In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARAWAY, Donny. 'Gênero' para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu** n. 22, p. 201-246, 2004.

_____. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista da década de 80. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994, p. 243-288.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios – 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

HUBERMAN, Michel. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2007. p. 31-61.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção**. São Paulo, Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. Entrevista. In: **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Editora Caros Amigos. n° 32, p. 10, 1999. Disponível em <<http://carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/3156-em-defesa-da-historia-da-usp>> Acesso em maio/2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. **Série estudos e pesquisas**, n° 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>. Acesso em 30/06/2016.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2011. **Série estudos e pesquisas**, n° 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>. Acesso em 30/06/2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados do IPEA: Mulher e trabalho: avanços e continuidades**. Brasília: IPEA, 2010.

IRIGARAY, Luce. **Yo, tú, nosotras**. Cátedra: Valencia, 1992.

IZQUIERDO, Maria Jesús. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A invenção de si: Uma teoria da Identidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.1977.

LEON, María Antonia. **Herderas y Heredas**. Sobre las elites profesionales femeninas. Madrid: Cátedras, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Currículo, género e sexualidade**. Portugal: Porto, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, V. 18, n. 36: 67-9, Jun. 2010.

MEAD, George H. **Espíritu, Persona y sociedad**. México: Paydós, 1993.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2003. p.9-27.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 9-29.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pela diferença**. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP, 2013.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2007. p. 111-140.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice. Gênero: para além da diferença sexual. Universidade Luterana do Brasil: **Aletheia**, n.32, p. 174-182, mai-ago. 2010.

NESP. **Perfil do município de Vitória da Conquista/Ba**. Disponível em: http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Vitoria_da_Conquista.pdf
Disponível em: 12/12/2016.

NOGUEIRA, Cláudia Mazei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O avesso ao trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 243-284.

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In.: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2007. p. 11-30.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Herline Câmara de; SANTOS, Joseneide Sousa Pessoa dos; CRUZ, Eduardo Franco Correia. O mundo do trabalho: concepções e historicidade. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis-MA, ago. 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

PIZÁN, Christine. **A Cidade das Mulheres**. Lisboa: Coisas de ler Edições, 2007.

_____. **O livro das três virtudes**: ensinância das damas. Editora Caminho. Lisboa. 2002.

PROBST, Elisiana Renata. **Evolução da Mulher no mercado de trabalho**. 2007, 205f. Dissertações (Pós Graduação em Gestão Estratégica de Recursos humanos) – Instituto Catarinense de Pós Graduação, Santa Catarina, 2007.

QUEIROZ, Rosane Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SINSON, Olga de Moraes Von (org.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 01-26.

RADL-PHILPP, Rita. Conocimiento del lãs mujeres e del gênero y ciencia moderna: uma visão epistemológica. In: BERTONI, Luci Mara; MORORÓ, Leila Pio;

SANT'ANA, Claudinei de Camargo (Org.). **Desafios Epistemológicos das Ciências na atualidade**. Bauru, SP: Canal6, 2013.

_____. Identidades de gênero, medios y nuevos médios tecnológicos de la comunicación. In.:MARIN, Jorge García. (Org.). **Postmodernidade e novas redes sociais: identidades de xénero nos videoxogos**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012, p. 21-34.

_____. Feminismo y conocimiento de lãs mujeres y del gênero: Recomendando su historia particular. In.:LOMBARDI, José Claudinei; BITTENCOURT, Ana Palmira; MAGALHÃES, Livia Rocha (Orgs.). **História, Memória e Educação**. Campinas-SP: Alínea, 2011.

_____.Derechos humanos y gênero. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.30, n. 81, p. 135-155, mai-ago. 2010.

_____. Questões epistemológicas sobre gênero: o debate atual. **Revista de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas a Linguagem**. Ponta Grossa: UEPG, n. 16, p. 9-20, jun. 2008.

_____. Los procesos de la constitución social de las identidades de género en el contexto de la socialización humana: bases para un modelo teórico-interaccionista.In. RADL-PHILIPP, Rita Maria (Org.). **Mujeres e institución universitaria en Occidente: conocimiento, investigación y roles de género**. Universidade de Santiago de Compostela, 1996a, p. 15-37.

_____. **Sociología Crítica: perspectivas actuales**. Síntesis, 1996b.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1993.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha. Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: contribuições da psicologia. 2006, p. 257 Tese (Doutorado em Psicologia). **Instituto de Psicologia**. Universidade de Brasília, 2006.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, n.13, p. 11-30, 2005.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. O trabalho feminino no Brasil: desigualdades de gênero e contrastes regionais. In.: SARDENBERG, Cecília Maria

Barcellar; FERREIRA, Silvia Lúcia; COSTA, Ana Alice Alcântara. (Orgs.). **A face feminina do complexo metal-mecânico**: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste. Salvador: UFBA, 2004.

_____, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. **Projeto TEMPO**, Salvador, Bahia, jun. 2006

SARTI, Cyntia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu** [on line]. n. 16, p. 31-48, 2001.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Carmem Lúcia. Interacionismo Simbólico: história, pressupostos e relação professor e aluno – suas implicações. **Revista Educação por Escrito**, PUCRS, v.3, n.2, dez. 2012.

SMEHA; Luciane Najar; CALVINO, Lize. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicologia Argumentada**. n. 27, p. 207-217, 2009.

SOARES, Vera Lúcia Ramos. Somos todas feministas? COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar (Org.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo Interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

STOLLER, Robert J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
TEIXEIRA; Simone Andrade; FERREIRA; Silvia Lúcia. Direitos Sexuais e direitos reprodutivos. In: BENNETI; Alinne; SOUZA, Ângela Maria Ferreira Lima e. (Orgs.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM, pp. 261-290, 2011.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, on line. n. 24, pp. 127-152, 2005.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

VANIN, Iole Macedo. Feminismo verso “anti-feminismo”: embates baianos. In: BENNETI; Alinne; SOUZA, Ângela Maria Ferreira Lima e. (Org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2011, p. 166-187.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. Estudos de Sociologia. **Araraquara**, v.15, n. 28, p. 107-124, 2010.

WEISS, Andréia. **História de vida pessoal e profissional de uma professora do Campo**. 2013, 146 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2013.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicaciones de los Derechos de la mujer**. Madrid: Editorial Debate, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e cultural. WOODWARD, Kathryn. (Org.), In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; C ARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICE:



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
CRENCIADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº 9.996 DE 02.05.06
Campus de Itapetinga

TERMO DE COMPROMISSO

Prezadas,

Sou Cristina Silva dos Santos, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E, com o intuito de contribuir com os estudos no campo da Educação, especificamente, com os estudos de gênero, venho convidá-lo a participar como colaborador da pesquisa **“NARRATIVAS DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA”**. Nesse sentido, este Termo de Consentimento objetiva esclarecer o projeto de pesquisa em questão que está sob a inteira responsabilidade da doutoranda Cristina Silva dos Santos.

A pesquisa tem como objetivo Analisar e compreender como estão construídos os discursos de mulheres inseridas no mercado de trabalho em funções concebidas como masculinas, bem como, suas narrativas referentes à relação de gênero na sociedade contemporânea.

Para tanto, adotará a abordagem qualitativa, com a metodologia de História de vida. O processo de coleta de dados será realizado por meio da observação e diário de campo, podendo ser utilizada a gravação em áudio. Posteriormente, serão realizadas entrevistas, também gravadas em áudio, com as convidadas que aderirem à pesquisa.

Em relação à sua colaboração, esclarecemos que sua participação será voluntária e não haverá penalidades e nem prejuízos para aqueles que decidam desistir de participar do estudo em qualquer época. Em tempo, informamos ao participante será garantido o direito de informações junto à pesquisadora, no endereço também relacionado abaixo.

Todos os dados que obtivermos serão utilizados somente para fins científicos, vinculados ao projeto de pesquisa, com garantia de anonimato conferindo desta forma a Confidencialidade do Estudo.

Caso aceite colaborar com a pesquisa, o TC será assinado em duas vias: uma ficará com o participante da pesquisa e a outra será arquivada por um período de cinco anos.

Certa de poder contar com a colaboração das senhoras, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

CRISTINA SILVA DOS SANTOS
 Pesquisadora – Doutoranda

CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO:

Eu declaro que estou devidamente informado e esclarecido quanto aos itens acima citados, referentes à pesquisa. Além disso, a pesquisadora responsável pela pesquisa me garantiu disponibilizar qualquer esclarecimento, adicional, que eu venha solicitar durante o curso desta e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem ocasionar qualquer prejuízo à minha pessoa. Garantiu ainda o anonimato e o sigilo referente à identificação e que a participação nesta pesquisa não trará benefício financeiro, por isso estou de acordo com a minha participação voluntária no referido estudo.

Eu, _____, aceito livremente participar do estudo intitulado “**NARRATIVAS DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Cristina Silva dos Santos, professora lotada no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, tendo como orientadora Prof^a Dr^a Rita Maria Radl-Philipp, da Universidade de Santiago de Compostela - USC.

ASSINATURA DA PARTICIPANTE

COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Eu, **Cristina Silva dos Santos**, discuti as questões acima apresentadas com as participantes desse estudo e estou consciente que o mesmo compreendeu todos os itens supracitados.

Itapetinga-BA ____/____/2017.

CRISTINA SILVA DOS SANTOS

Para maiores informações:

Pesquisadora: Cristina Silva dos Santos

Avenida Morumbi, 857 – Bairro Morumbi – Itapetinga-BA – 45700-000

Tel. (77) 3261-8473 / (73) 98143-0266 - E-mail: tinasantosba@hotmail.com

Orientadora: Dra. Rita Maria Radl-Philipp

Universidade de Santiago de Compostela _ USC

Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Estrada do Bem Querer, Km 4 - Caixa Postal 95

Vitória da Conquista - Bahia - CEP 45083-900

Fone (77) 3425-9395

E-mail: ppgmemorials@gmail.com